

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Janeiro 2016

Volume 10 | Número 1



Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Janeiro 2016

Volume 10 | Número 1



CGC 00.038.166/0001-05

Boletim Regional do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 10	n. 1	jan.	2016	p. 1-127
---	----------	-------	------	------	------	----------

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (e-mail: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém (e-mail: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza (e-mail: ce.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Recife (e-mail: pe.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador (e-mail: ba.depec@bcb.gov.br);

Região Centro-Oeste – Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte (e-mail: mg.depec@bcb.gov.br);

Região Sudeste – Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte (e-mail: mg.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro (e-mail: rj.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo (e-mail: sp.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba (e-mail: pr.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre (e-mail: rs.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1042

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 10, n. 1.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil
Comun/Dipiv/Coivi
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565
Fax: (61) 3414-1898
E-mail: editor@bcb.gov.br

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
 - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
Departamento de Atendimento Institucional (Deati)
Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate)
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <http://www.bcb.gov.br?FALECONOSCO>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	17
Bahia _____	23
Ceará _____	29
Pernambuco _____	34
Região Centro-Oeste	39
Região Sudeste	47
Minas Gerais _____	53
Rio de Janeiro _____	60
São Paulo _____	66
Região Sul	73
Paraná _____	80
Rio Grande do Sul _____	87
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	95
Boxes	
Desempenho Recente da Construção Civil no Brasil _____	99
Disseminação da Crise Econômica: uma análise regional _____	103
Efeito das Mudanças das Regras do Seguro-desemprego _____	110
Economia Cearense: estrutura produtiva e desempenho recente _____	113
Apêndice	121

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem

os órgãos e os institutos de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

A economia brasileira segue em processo recessivo, desempenho influenciado, em grande parte, pela crise de confiança dos agentes econômicos. Os desdobramentos desse cenário, que exerce efeitos negativos sobre os gastos com investimentos e consumo – estes influenciados, adicionalmente, pelo menor dinamismo no mercado de crédito e pela deterioração da renda real –, são intensificados pelos impactos do processo de ajuste macroeconômico em curso – essencial para a consolidação de fundamentos que favoreçam a convergência da inflação para a meta em 2017 – e de eventos não econômicos recorrentes. Nesse contexto, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) recuou 1,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, dados dessazonalizados.

A atividade econômica no Norte foi impactada, no trimestre, pelas trajetórias negativas da indústria de transformação, que recuou 7,5%, em cenário de redução da atividade no polo industrial de Manaus, e das vendas do comércio ampliado, que decresceram 3,1%. Nesse contexto, em que o mercado de trabalho registrou cortes de empregos formais, com impacto sobre a renda disponível dos consumidores, e os índices de confiança persistiram em declínio, o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-N) recuou 1,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto.

A análise da economia do Nordeste evidencia, na margem, o aprofundamento do processo recessivo na região, expresso em retrações acentuadas nas vendas do comércio ampliado – que decresceram 4,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, com destaque para o desempenho negativo das vendas de material de construção – e na produção da indústria. Nesse ambiente, em que o mercado de trabalho registrou perdas líquidas de postos, apesar da sazonalidade favorável a contratações, o IBCR-NE recuou 1,6% no período.

No Centro-Oeste, o aprofundamento da desaceleração da atividade registrado no trimestre encerrado em novembro foi evidenciado pelas trajetórias de indicadores relacionados à indústria de transformação, à construção civil e ao comércio ampliado, cujas vendas recuaram 5,2% no período, após retração de 3,1% no trimestre encerrado em agosto. Essa dinâmica reflete, em grande parte, o impacto do patamar reduzido das expectativas dos agentes econômicos e a distensão do mercado de trabalho, expressa na retração do emprego formal e na redução da renda disponível dos trabalhadores. Nesse contexto, o IBCR-CO diminuiu 1,3% em relação ao trimestre finalizado em agosto.

A retração da atividade econômica no Sudeste manteve-se nos últimos meses de 2015, dinâmica evidenciada pelo patamar reduzido dos indicadores de confiança de consumidores e empresários, pelas reduções contínuas das vendas do comércio ampliado e da produção industrial, e pela distensão do mercado de trabalho – foram eliminados 244,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro, ante corte de 11,2 mil em igual período de 2014. Nesse contexto, o IBCR-SE recuou 1,3% no trimestre mencionado, em relação ao finalizado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados.

No Sul, a persistência do processo de retração do nível de atividade foi evidenciada, no trimestre encerrado em novembro, pela trajetória do comércio ampliado – as vendas de veículos automotores decresceram 6,7% no período, evolução consistente com o ambiente de redução da confiança e da renda real dos consumidores e de moderação das operações de crédito – e da atividade industrial. Nesse cenário, em que o volume do setor de serviços passou a apresentar resultados negativos, o IBCR-S recuou 0,9% em relação ao terminado em agosto, quando decrescera 5,9%, nesse tipo de comparação, dados dessazonalizados.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados
2002 = 100

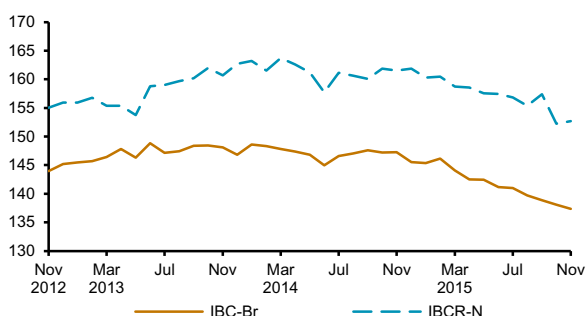
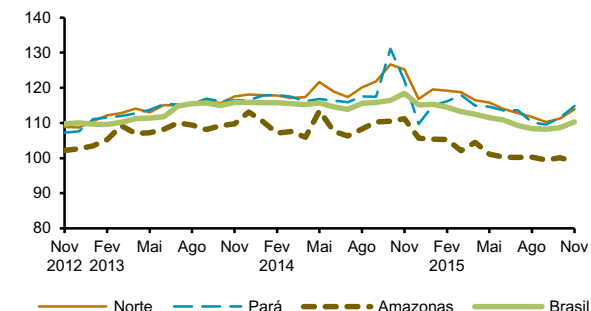


Gráfico 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo

Dados dessazonalizados
2011 = 100



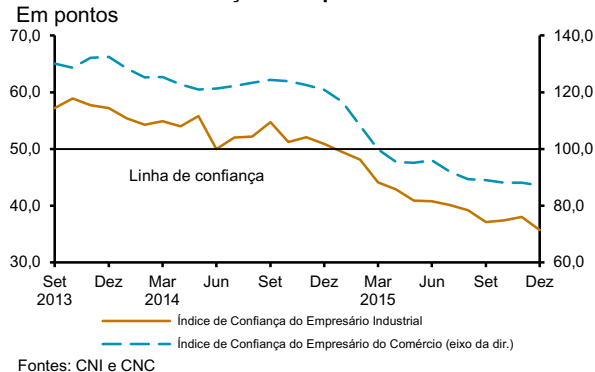
Fonte: IBGE

Os efeitos do ajuste macroeconômico realizado no país, bem como os desdobramentos de eventos não econômicos observados em 2015, seguem impactando a atividade econômica no Norte, ressaltando-se as trajetórias negativas das vendas do comércio e da indústria de transformação. Nesse cenário, o IBCR-N recuou 1,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando diminuía 1,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 2,3% em novembro e 1,2% em agosto.

As vendas do comércio ampliado do Norte recuaram 3,1% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando decresceram 3,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Destacaram-se as reduções no Tocantins (6,7%), Amapá (4,5%) e Acre (4,4%). Excluídas as vendas de veículos, peças e motocicletas, e de materiais de construção, o comércio varejista da região retraiu 0,9% no período (-3,6% no trimestre encerrado em agosto).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 7,5% em novembro (Tocantins, -12,9%; Amapá, -10,2%; Amazonas, -9,6%) – quinto recuo consecutivo nessa base de comparação –, ante retração de 1,7% em agosto. As vendas do comércio varejista variaram -4,0% e 0,3%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves na região recuaram 13,6% no trimestre finalizado em dezembro, em relação ao terminado em setembro, quando retraíram 10,1%, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabreve. Os emplacamentos retraíram 19,4% em 2015, período em que as vendas de ônibus e caminhões diminuíram 34,9%, para 6,6 mil unidades.

Gráfico 1.3 – Confiança do empresariado – Norte**Tabela 1.1 – Volume de serviços – Norte**

Índice geral

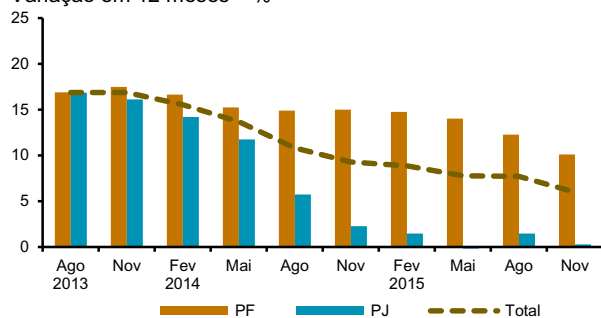
UF	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 Meses
Região Norte	1,6	-2,8	-6,3	-3,9
Acre	6,5	-4,7	-4,8	-5,0
Amapá	-3,8	-13,9	-14,7	-10,7
Amazonas	3,2	-8,8	-14,7	-9,3
Pará	0,2	-0,8	-1,3	-0,8
Rondônia	0,7	13,4	3,8	4,9
Roraima	-1,8	-0,5	7,6	-2,3
Tocantins	3,5	1,8	-1,2	0,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior

Gráfico 1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}

Variação em 12 meses – %



O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) do Norte situou-se em 87,1 pontos em dezembro (89 pontos em setembro e 120,9 pontos em dezembro de 2014), segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC). O recuo trimestral repercutiu variações respectivas de -13,9%, -0,2% e 0,3% nos componentes que avaliam as condições atuais, as expectativas de venda e as intenções de investimentos.

O volume de serviços diminuiu 6,3% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2014, destacando-se as reduções de 14,7% no Amapá e no Amazonas, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE. Considerados períodos de doze meses, o indicador variou -3,9% em novembro, ante -1,9% em agosto (Amapá, -10,7%; Amazonas, -9,3%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no Norte totalizou R\$117,6 bilhões em novembro, aumentando 1,1% no trimestre e 6,0% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados atingiram R\$48,5 bilhões, elevando-se 2,3% no trimestre e 11,5% em doze meses, e os efetuados com recursos livres, R\$69,1 bilhões (elevações respectivas de 0,3% e 2,4%, nos períodos mencionados).

A carteira de pessoas físicas atingiu R\$70,9 bilhões, variando 1,6% no trimestre, com destaque para as modalidades de cartão de crédito financiado, financiamentos imobiliários e crédito consignado, e 10,1% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$46,7 bilhões, crescendo 0,4% no trimestre, quando sobressaíram as contratações dos segmentos de transportes, outros serviços e administração pública, e 0,3% em doze meses.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4,37% em novembro, variando -0,14 p.p. no trimestre e 0,75 p.p. em doze meses. O recuo trimestral repercutiu variações respectivas de -0,66 p.p. e 0,21 p.p. nos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas, nos quais a inadimplência situou-se em 4,05% e 4,58%, respectivamente.

O índice Intenção de Consumo das Famílias (ICF) do Norte, divulgado pela CNC, atingiu 87,5 pontos no quarto trimestre de 2015 (91,9 pontos no terceiro e 120,8 em igual período de 2014). A evolução trimestral repercutiu retrações nos sete componentes do indicador, em especial na avaliação do momento atual e na disposição para aquisição de bens duráveis e acesso ao crédito.

Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Norte totalizaram R\$11,8 bilhões em 2015 (R\$14 bilhões em 2014), dos quais 18% destinados às micro, pequenas e médias empresas. O saldo das operações de crédito realizadas na região pelo BNDES somou R\$51,2 bilhões no trimestre encerrado em novembro.

A economia da região eliminou 35,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (-3,4 mil no mesmo período de 2014), de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Caged/MTPS), dos quais 20,2 mil na construção civil, 8,1 mil na indústria de transformação e 5,8 mil no setor de serviços. O nível de emprego formal, considerados dados dessazonalizados, recuou 2,1% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, com destaque para as reduções no Amazonas, 2,6%; Rondônia, 2,2%; e Pará, 2,2%.

A taxa de desemprego do Norte situou-se em 8,8% no trimestre terminado em setembro (6,9% em igual período de 2014), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE. Destacaram-se os aumentos no Amazonas (3,3 p.p., para 10,0%) e em Roraima (3,0 p.p., para 9,3%). O rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas e a massa salarial real da região recuaram 4,6% e 3,5%, respectivamente, no período.

Os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte registraram *superavit* primário de R\$592 milhões nos nove primeiros meses de 2015, ante R\$190 milhões no mesmo período em 2014. Destaque para o aumento, de R\$45 milhões para R\$601 milhões, no *superavit* dos governos estaduais.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$1,0 bilhão e o *deficit* nominal, R\$421 milhões, no período (R\$721 milhões e R\$531 milhões, respectivamente, nos nove primeiros meses de 2014).

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte somou R\$14,9 bilhões em setembro (aumento de 37,9% em relação a dezembro de 2014), representando 2,0% do endividamento de todos os estados, capitais e principais municípios do país (1,6% em dezembro de 2014).

Considerados dados consolidados, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte

Tabela 1.2 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-3,4	-46,9	-22,5	-12,4	-35,6
Extrativa mineral	0,4	-0,8	-0,5	-0,2	0,0
Indústria de transformação	-1,5	-5,3	-8,7	-7,5	-8,1
Comércio	9,4	-5,3	-4,4	-2,2	-0,1
Serviços	1,7	-9,4	-0,5	0,3	-5,8
Construção civil	-12,8	-22,7	-7,4	-3,6	-20,2
Agropecuária	-0,7	-2,5	-0,9	0,6	-1,1
Outros ^{2/}	0,0	-0,9	-0,1	0,1	-0,1

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais, administração pública e outros.

Tabela 1.3 – Evolução do emprego formal – Norte

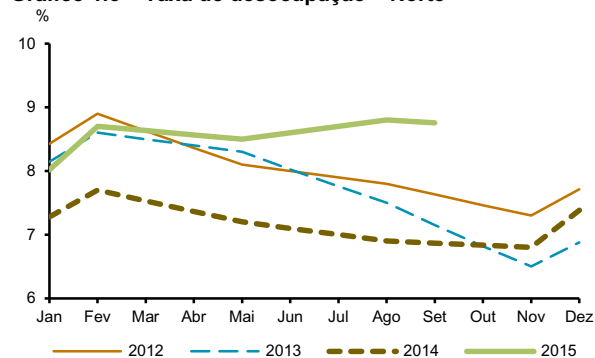
Novos postos de trabalho

UF	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Região Norte	-3,4	-46,9	-22,5	-12,4	-35,6
Acre	-1,0	-1,7	-0,2	1,2	-1,6
Amapá	0,9	-3,2	-1,7	-0,9	-0,0
Amazonas	0,3	-9,3	-10,3	-8,2	-8,6
Pará	0,2	-22,5	-6,8	-0,4	-17,8
Rondônia	-3,4	-7,0	-2,4	-3,1	-6,1
Roraima	0,2	-0,5	-0,6	-0,1	0,2
Tocantins	-0,6	-2,8	-0,5	-0,8	-1,6

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

Gráfico 1.5 – Taxa de desocupação – Norte



Fonte: IBGE

Tabela 1.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

	R\$ milhões				
Discriminação	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}
	2014	Nominal		Outros ^{4/}	2015
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set
Total	10 818	-592	1 013	421 3 677	14 916
Governos estaduais	12 557	-601	1 080	479 2 958	15 994
Capitais	-381	-34	-11	-45 719	293
Demais municípios	-1 358	43	-55	-13 0	-1 370

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 1.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Dezembro de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AC	2 716	154	356	3 225	-260	12
AM	3 276	983	1 237	5 462	211	621
AP	-71	618	666	1 067	490	594
PA	686	180	360	1 323	-8	242
RO	2 786	-402	-235	2 977	-113	159
RR	51	-529	-449	53	-35	8
TO	1 375	330	418	1 814	-31	109
Total (A)	10 818	1 333	2 354	15 920	254	1 745
Brasil^{4/} (B)	655 704	10 713	67 433	793 064	-11 900	85 611
(A/B) (%)	1,6	12,4	3,5	2,0	-2,1	2,0

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 1.6 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2015/2014
		2014	2015	
Grãos ^{3/}	38,2	6 341	7 741	22,1
Soja	25,4	3 522	4 252	20,7
Milho	6,2	1 724	2 382	38,2
Arroz (em casca)	4,7	933	987	5,7
Outras lavouras				
Mandioca	26,2	8 038	7 971	-0,8
Banana	7,0	963	1 029	6,8
Abacaxi	3,6	456	526	15,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

registraram *deficit* de R\$254 milhões em 2015 (R\$1,3 bilhão em 2014). Os juros nominais somaram R\$1,5 bilhão e o *deficit* nominal, R\$1,7 bilhão (R\$1,0 bilhão e R\$2,4 bilhões, respectivamente, em 2014). O endividamento líquido das três esferas totalizou R\$15,9 bilhões em dezembro (R\$10,8 bilhões em dezembro de 2014), e sua participação no total da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país atingiu 2,0%.

A receita de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na região totalizou R\$22,7 bilhões nos onze primeiros meses de 2015, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe), com aumento real de 2,1% em relação a igual período de 2014 (deflacionado pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI). As transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), somaram R\$24,7 bilhões, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), recuo real de 0,9% (deflacionado pelo IGP-DI) em relação aos onze primeiros meses de 2014.

A safra de grãos da região totalizou 7,7 milhões de toneladas em 2015, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de dezembro do IBGE. A expansão anual de 22,1% reflete, especialmente, os desempenhos nas colheitas de milho (38,2%) e soja (20,7%), essa concentrada no Pará e em Tocantins. Entre as demais culturas, houve aumentos nas produções de abacaxi (15,3%), banana (6,8%) e cacau (5,6%).

O terceiro prognóstico do IBGE, divulgado em janeiro, estima recuo anual de 5,2% para a produção de grãos do Norte em 2016, destacando-se as projeções de retrações nas colheitas de milho (13,8%) e arroz (13,7%).

O valor bruto da produção (VBP) dos principais produtos agrícolas da região deverá registrar aumento real de 14,0% em 2015, considerado o IGP-DI como deflator, de acordo com estimativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Estão previstas elevações no VBP real do milho (35,4%), banana (30,6%) e soja (23,9%), e recuos nos de mandioca (7,8%) e arroz (3,2%).

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) cresceram 4,2% nos onze primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2014, de acordo com o Mapa. Destacaram-se os aumentos em Rondônia (8,0%) e no Pará (6,6%), e o recuo de 4,2% no Tocantins. As exportações de

carnes desossadas de bovinos congeladas e de bovinos vivos recuaram 9,9% e 71,8%, respectivamente, em 2015, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá crescer 3,7% em 2015, de acordo com o Mapa. Estão projetados aumentos para o VBP de bovinos (5,4%) e frango (20,0%), e recuo de 15,7% para o de leite.

A produção industrial da região cresceu 0,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando recuara 2,7%, nesse tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. A indústria extrativa e a indústria de transformação variaram, na ordem, 6,6% e -7,5%, em cenário de redução da atividade no polo industrial de Manaus (outros equipamentos de transporte, -20,7%).

Considerados intervalos de doze meses, a indústria do Norte recuou 4,4% em novembro (-3,8% em agosto). A produção da indústria de transformação decresceu 13,6% (equipamentos de informática e eletrônicos, -32,2%; outros equipamentos de transporte, -14,4%), consistente com o menor dinamismo das indústrias de televisores, computadores portáteis, telefones celulares e receptor-decodificador de sinais, e de motocicletas e suas peças, no Amazonas; e da indústria extrativa aumentou 7,1%, refletindo, em especial, maior extração de minério de ferro no Pará.

O faturamento nominal das vendas industriais amazonenses diminuiu 14,9% no período de doze meses encerrado em novembro (-12,6% no terminado em agosto), de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). O nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) no estado atingiu 75,7% em novembro (75,9% em agosto e 79,7% em novembro de 2014).

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (IcEI) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), ratificando a crise de confiança do empresariado, atingiu 35,7 pontos em dezembro (37,1 pontos em setembro e 50,9 pontos em dezembro de 2014).

A balança comercial do Norte apresentou *superavit* de US\$2,6 bilhões em 2015 (US\$2,7 bilhões em 2014), segundo o MDIC. As exportações atingiram US\$13,2 bilhões e as importações, US\$10,6 bilhões, com reduções respectivas de 24,9% e 28,6%.

Gráfico 1.6 – Produção industrial – Norte

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

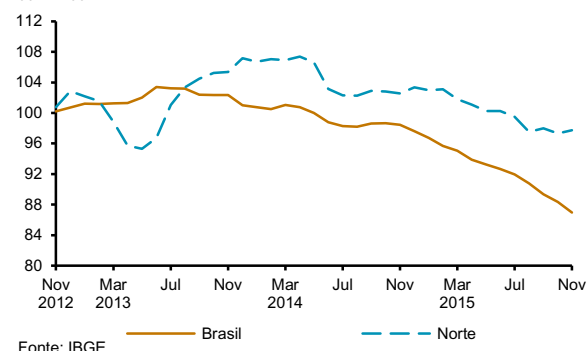


Tabela 1.7 – Produção industrial – Amazonas

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos1/ 2015	Variação % no período		
		Ago ^{2/} Nov ^{2/} Ac. 12 meses		
Indústria geral	100,0	-4,8	-6,2	-14,9
Indústrias extrativas	7,7	1,4	-0,9	-0,7
Indústrias de transformação	92,3	-3,6	-8,5	-15,7
Informát., eletrôn. e ópticos	30,5	-16,0	-8,4	-32,2
Bebidas	23,8	13,9	1,7	1,2
Outros equip. transporte	19,8	4,3	-20,7	-14,4
Produtos de metal	4,6	-5,5	-2,7	-5,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 1.8 – Produção industrial – Pará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos1/ 2015	Variação % no período		
		Ago ^{2/} Nov ^{2/} Ac. 12 meses		
Indústria geral	100,0	-1,0	4,9	5,5
Indústrias extrativas	80,6	-2,2	5,3	7,8
Indústrias de transformação	19,4	-2,0	7,3	-3,1
Metalurgia	6,8	-1,2	-7,6	-1,5
Produtos alimentícios	5,3	-6,1	-6,6	-0,5
Prod. miner. não-metálicos	3,0	4,4	14,7	-9,9
Produtos de madeira	2,7	-24,3	1,2	-17,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 1.9 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	17 597	13 207	-24,9	-15,1
Básicos	13 030	9 117	-30,0	-20,4
Industrializados	4 567	4 090	-10,5	-10,0
Semimanufaturados	1 795	1 475	-17,8	-9,0
Manufaturados1/	2 773	2 615	-5,7	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 1.10 – Importação por categoria de uso – FOB

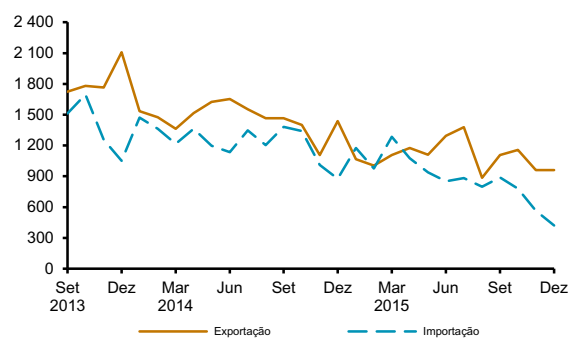
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	14 900	10 632	-28,6	-25,2
Bens de capital	4 230	2 968	-29,8	-21,2
Matérias-primas	6 126	4 447	-27,4	-21,2
Bens de consumo	4 090	2 964	-27,5	-20,6
Duráveis	3 815	2 707	-29,0	-26,7
Não duráveis	275	257	-6,5	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	455	252	-44,6	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 1.7 – Balança comercial – Norte

US\$ milhões



Fonte: MDIC/Aliceweb

A trajetória das exportações repercutiu variações de -31,1% nos preços e de 8,9% no *quantum*. Houve reduções nas vendas de produtos básicos, 30,0% (minérios de ferro, -47,9%); de semimanufaturados, 17,8% (alumínio não ligado em forma bruta, -15,0%); e de manufaturados, 5,7% (outras madeiras, -13,8%). As vendas para a China, Japão, Alemanha, Estados Unidos da América (EUA) e Holanda, corresponderam, em conjunto, a 42,7% do total exportado pela região em 2015, com destaque para o recuo de 57,7% nos embarques de minério de ferro para a China.

O desempenho das importações, resultado de retrações de 5,0% nos preços e de 24,9% no *quantum*, repercutiu recuos nas compras em todas as categorias de uso: combustíveis e lubrificantes, 44,6% (óleo diesel, -82,1%); bens de capital, 29,8% (outras partes para aparelhos de telefonia, -25,1%); bens de consumo duráveis, 29,0% (outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão, -33,7%); bens intermediários, 27,4% (microprocessadores, -43,1%); e bens de consumo não-duráveis, 6,5% (água-de-colônia, -16,6%). As importações originárias da China, EUA, Coreia do Sul, Japão e Taiwan representaram, em conjunto, 70,2% das compras externas do Norte em 2015, com destaque para o recuo de 63,6% nas aquisições de outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão provenientes da Coreia do Sul.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Belém (RMB) variou 3,76% no quarto trimestre de 2015 (0,38% no terceiro), reflexo de acelerações dos preços livres, de 0,08% para 3,74%, e dos monitorados, de 1,45% para 3,81% (gasolina, 9,49%; gás de botijão, 7,64%).

A evolução dos preços livres repercutiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 0,15% para 4,15% (açúcares e derivados, 26,26%; frango inteiro, 19,73%; arroz, 10,37%) e dos não comercializáveis, de -0,02% para 3,21% (passagem aérea, 45,66%; feijão carioca, 12,99%; frutas, 8,75%). O índice de difusão atingiu 63,5% no quarto trimestre de 2015 (47,8% no anterior).

O IPCA da Região Metropolitana de Belém aumentou 9,95% em 2015, ante 6,60% em 2014. A aceleração repercutiu as elevações nas variações dos preços livres, de 5,84% para 8,29%, e nos monitorados, de 9,57% para 16,22% (jogos de azar, 47,49%; gás de botijão, 31,05%; energia elétrica residencial, 23,76%). A evolução dos preços livres refletiu acelerações dos preços dos itens comercializáveis, de 6,60% para 7,63% (açúcares

Tabela 1.11 – IPCA – Belém

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %				
		2014	2015			
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano	
IPCA	100,0	6,60	0,38	3,76	9,95	
Livres	78,1	5,84	0,08	3,74	8,29	
Comercializáveis	44,0	6,60	0,15	4,15	7,63	
Não comercializáveis	34,0	4,84	-0,02	3,21	9,12	
Monitorados	21,9	9,57	1,45	3,81	16,22	
Principais itens						
Alimentação	34,5	7,17	-0,66	5,45	11,10	
Habitação	13,0	13,43	1,19	4,38	14,34	
Artigos de residência	5,2	6,58	0,64	1,74	5,29	
Vestuário	8,4	1,86	0,17	3,10	6,11	
Transportes	12,5	4,27	-0,57	3,48	9,31	
Saúde	10,3	5,94	2,64	2,12	9,38	
Despesas pessoais	8,3	6,79	2,33	2,39	11,61	
Educação	4,5	6,68	-0,00	0,86	6,88	
Comunicação	3,3	0,32	0,38	2,25	3,08	

Fonte: IBGE

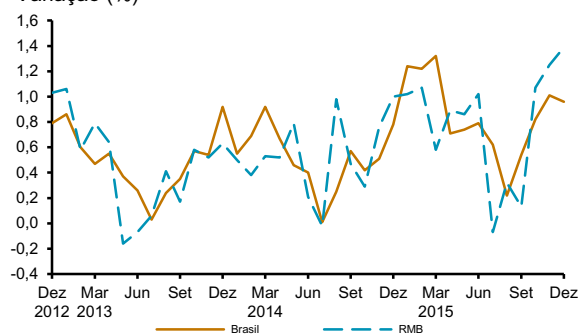
1/ Referentes a dezembro de 2015.

e derivados, 29,72%; sal e condimentos, 21,84%; frango inteiro, 20,94%) e dos não comercializáveis, de 4,84% para 9,12% (feijão carioca, 55,72%; tubérculos, raízes e legumes, 28,14%; motel, 20,97%).

O processo de retração da atividade econômica do Norte segue repercutindo o recuo da produção da indústria de transformação no Polo Industrial de Manaus e o menor dinamismo da construção civil no setor hidrelétrico, em virtude da conclusão de etapas de grandes obras. As perspectivas para a economia da região nos próximos meses estão condicionadas, em grande parte, pela evolução da confiança dos agentes econômicos – dependente, em parte, da consolidação do ajuste em curso na economia e da solução adequada de eventos não econômicos – e pelo desempenho do setor exportador, que deve se favorecer do novo patamar da taxa de câmbio, mas segue dependente de efetiva retomada da atividade na economia mundial.

Gráfico 1.8 – IPCA – Norte

Variação (%)



Fonte: IBGE

Região Nordeste

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

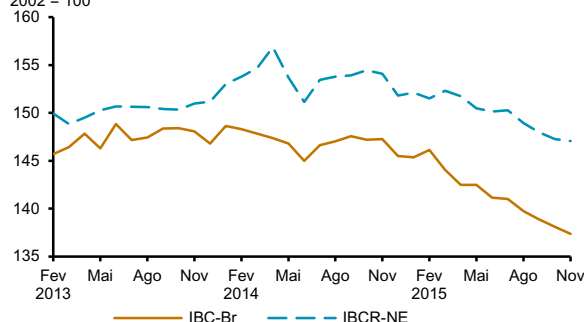
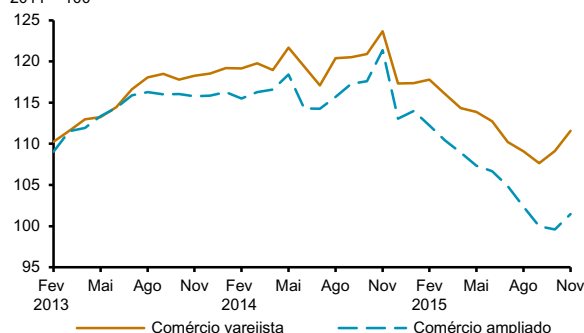


Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2015		
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-3,5	-1,1	-5,5
Combustíveis e lubrificantes	-4,5	-1,5	-6,5
Híper e supermercados	-3,3	-0,3	-4,1
Móveis e eletrodomésticos	-4,8	-0,2	-13,4
Equip. e mat. para esc., inf. e comunicação	-2,1	-12,6	-24,1
Comércio ampliado	-3,9	-4,1	-8,2
Automóveis e motocicletas	-4,8	-5,5	-14,1
Material de construção	-4,0	-9,0	-5,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A evolução da economia do Nordeste no decorrer de 2015 esteve influenciada pelos efeitos do ajuste macroeconômico em curso no país e pelos impactos do recuo da confiança de consumidores e empresários, em parte, decorrentes de eventos não econômicos. A análise na margem evidencia a continuidade do processo recessivo na região, expresso em retrações nas vendas do comércio e na produção da indústria, com desdobramentos negativos sobre o mercado de trabalho. Nesse cenário, o IBCR-NE recuou 1,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando decrescera 1,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-NE diminuiu 2,6% em novembro (-0,6% em agosto).

As vendas do comércio ampliado do Nordeste decresceram 4,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando haviam recuado 3,9%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções em oito dos dez segmentos pesquisados, sendo as mais expressivas em equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 12,6%; material de construção, 9,0%; e veículos, motocicletas, partes e peças, 5,5%. Excluídas as retrações nas vendas de veículos e de material de construção, o comércio varejista retraiu 1,1% no período (-3,5% no trimestre terminado em agosto).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 8,2% em novembro, ante 3,6% em agosto (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 24,1%; veículos, motocicletas, partes e peças, 14,1%). As vendas do comércio varejista diminuíram 5,5% e 2,2%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

O volume do setor de serviços do Nordeste decresceu 8,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual período de 2014 (serviços profissionais,

Tabela 2.2 – Volume de serviços – Nordeste

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

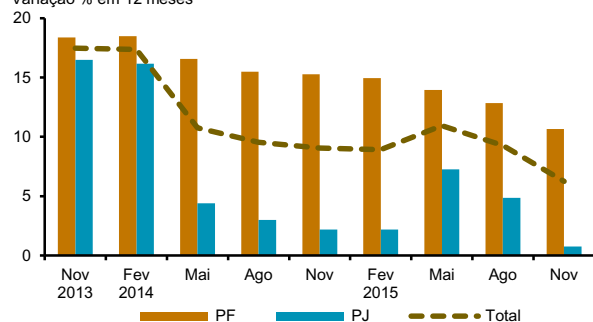
Segmentos	Variação %		
	2015		
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	-6,0	-8,1	-3,7
Serviços prestados às famílias	-0,6	-7,1	-2,6
Serviços de informação e comunicação	-6,0	-8,1	-5,4
Serviços profissionais e administrativos	-12,8	-14,4	-6,4
Transportes e correio	-2,8	-4,6	-0,9
Outros serviços	-9,2	-8,4	-3,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

administrativos e complementares, -14,4%; outros serviços, -8,4%), segundo a PMS, do IBGE. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,7% em novembro, em relação a igual período de 2014 (serviços profissionais, administrativos e complementares, -6,4%; serviços de informação e comunicação, -5,4%).

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na região somaram R\$399,1 bilhões em novembro, elevando-se 0,5% no trimestre e 6,2% em doze meses. As operações com recursos livres totalizaram R\$216,8 bilhões, variando -0,7% no trimestre e 2,6% em doze meses, e as realizadas com recursos direcionados, R\$182,3 bilhões, aumentando, na ordem, 2% e 10,9%.

A carteira de pessoas jurídicas somou R\$168,5 bilhões em novembro, com variações de -1,1% no trimestre e de 0,8% em doze meses, destacando-se os empréstimos para a indústria de transformação e para o comércio. A carteira de pessoas físicas, impulsionada pelas modalidades crédito consignado e financiamento de veículos, totalizou R\$230,6 bilhões, com aumentos respectivos de 1,7% e 10,6%, nas mesmas bases de comparação.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4,3% em novembro, aumentando 0,37 p.p. no trimestre e 0,75 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu elevações de 0,32 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,41 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de inadimplência de 4,8% e 3,7%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o Nordeste totalizaram R\$9,3 bilhões no quarto trimestre (-4,1% na comparação com igual período de 2014) e R\$22,5 bilhões em 2015 (recuo anual de 7,6%).

A economia do Nordeste eliminou 7,5 mil empregos formais no trimestre finalizado em novembro (criação de 82,8 mil no mesmo período de 2014), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os cortes nas atividades construção civil e serviços (eliminação, em conjunto, de 39,2 mil postos de trabalho, ante criação de 8,5 mil no mesmo período de 2014). O nível do emprego formal na região, de acordo com dados dessazonalizados, recuou 1,5% no trimestre encerrado em novembro, com destaque para as reduções na construção civil (5,1%) e na indústria de transformação (2,7%).

A taxa de desemprego do Nordeste, agregadas as estatísticas do IBGE para as Regiões Metropolitanas

Tabela 2.3 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014		2015		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	82,8	-110,6	-98,4	-42,9	-7,5
Indústria de transformação	40,4	-24,2	-53,8	-0,7	23,7
Serviços industriais de util. pública	0,1	0,5	1,4	-0,1	-1,3
Construção civil	-9,8	-47,1	-26,1	-19,8	-22,7
Comércio	37,3	-20,6	-5,6	-13,8	8,6
Serviços	18,3	-5,1	-7,9	-21,1	-16,5
Agropecuária	-2,3	-12,8	-6,6	13,1	3,4
Outros ^{2/}	-1,2	-1,3	0,2	-0,4	-2,8

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 2.4 – Necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Total	-1 285	-4 060	2 416	3 639
Governos estaduais	-966	-2 897	2 425	3 686
Capitais	-83	278	27	66
Demais municípios	-236	-1 441	-36	-113

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.
Dados preliminares.

Tabela 2.5 – Dívida líquida – Nordeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões		
	2013	2014	2015
	Dez	Dez	Set
Dívida bancária	16 524	20 726	21 898
Renegociação ^{2/}	20 123	20 053	20 554
Dívida externa	16 150	20 917	31 380
Outras dívidas junto à União	248	240	33
Dívida reestruturada	893	924	1 352
Disponibilidades líquidas	-16 898	-15 841	-17 173
Total (A)	37 040	47 019	58 045
Brasil^{3/} (B)	578 634	655 704	750 920
(A/B) (%)	6,4	7,2	7,7

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.
Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões						
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}	
		2014	Nominal		Outros ^{4/}		2015
		Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}		Set
Total	47 019	-4 060	3 639	-421	11 447	58 045	
Governos estaduais	48 492	-2 897	3 686	789	11 253	60 534	
Capitais	151	278	66	344	224	719	
Demais municípios	-1 625	-1 441	-113	-1 554	-30	-3 209	

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

de Recife (RMR) e de Salvador (RMS), atingiu 11,6% no trimestre terminado em novembro. O aumento de 3,4 p.p. em relação a igual período de 2014 refletiu retrações de 0,4% na População Economicamente Ativa (PEA) e de 4,1% na população ocupada. O rendimento médio real habitual e a massa salarial real decresceram 7,2% e 11,0%, respectivamente, no trimestre. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 11,5% no mesmo período (10,5% no trimestre finalizado em agosto).

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste somou R\$4 bilhões nos nove primeiros meses de 2015, ante R\$1,3 bilhão em igual período de 2014. Houve aumentos respectivos de 200,0% e 509,5% nos resultados dos governos estaduais e dos demais municípios e reversão, de *superavit* de R\$83 milhões para *deficit* de R\$278 milhões, no resultado dos governos das capitais.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$3,6 bilhões e o resultado nominal foi superavitário em R\$421 milhões, nos nove primeiros meses de 2015 (R\$2,4 bilhões e *deficit* de R\$1,1 bilhão, respectivamente, em igual período de 2014). Ressalte-se que o *deficit* nominal dos governos estaduais recuou de R\$1,5 bilhão para R\$789 milhões; o resultado nominal dos governos das capitais passou de *superavit* de R\$56 milhões para *deficit* R\$344 milhões; e o *superavit* nominal dos demais municípios aumentou de R\$273 milhões para R\$1,6 bilhão, no período.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste totalizou R\$58 bilhões em setembro de 2015 (7,7% da dívida dessas entidades no país), aumentando 23,4% em relação a dezembro de 2014. As dívidas junto à União representaram 37,8% do total; a dívida bancária, 37,7%; a externa, 54,1%; e a posição credora em disponibilidades líquidas, 29,6%.

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste, considerados dados consolidados, atingiu R\$568 milhões em 2015 (*deficit* de R\$3,2 bilhões em 2014). Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$5,5 bilhões e o *deficit* nominal, R\$4,9 bilhões, no período (R\$3,5 bilhões e R\$6,7 bilhões, na ordem, em 2014). O endividamento líquido dos três segmentos totalizou R\$62,4 bilhões no ano, representando 7,9% da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país (7,2% em 2014).

Tabela 2.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Dezembro de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
AL	7 707	-300	483	9 453	-419	886
BA	13 202	696	1 555	15 945	-1 771	-425
CE	5 118	741	1 111	8 000	498	1 075
MA	3 113	278	521	5 287	587	1 001
PB	2 879	110	250	3 492	148	386
PE	9 623	1 428	2 188	12 504	-659	475
PI	2 440	278	397	2 487	89	245
RN	36	26	81	1 226	538	615
SE	2 901	-87	101	3 992	419	678
Total (A)	47 019	3 170	6 687	62 386	-568	4 937
Brasil^{4/} (B)	655 704	10 713	67 433	793 064	-11 900	85 611
(A/B) (%)	7,2	29,6	9,9	7,9	4,8	5,8

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.8 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

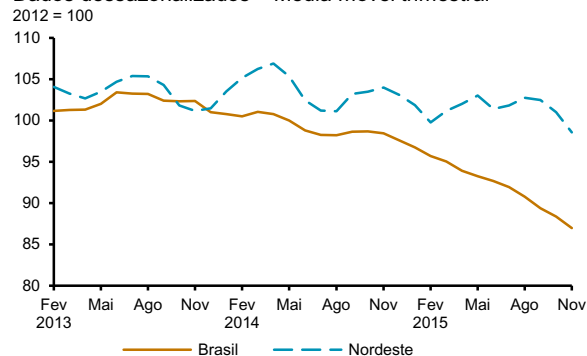
Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2014	2015	
Produção de grãos		15 765	16 617	5,4
Soja	18,9	6 571	8 380	27,5
Caroço de algodão (herbáceo)	10,0	782	812	3,9
Milho	8,6	6 694	6 008	-10,2
Feijão	3,1	675	665	-1,4
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	16,7	69 273	67 327	-2,8
Mandioca	6,0	5 668	5 312	-6,3
Banana	5,5	2 454	2 214	-9,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Gráfico 2.4 – Produção industrial – Nordeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

A safra de grãos do Nordeste totalizou 16,6 milhões de toneladas em 2015 (7,9% da produção nacional), de acordo com o LSPA divulgado pelo IBGE em dezembro. O aumento anual de 5,4% refletiu, em especial, os crescimentos das colheitas de soja (27,5%) e de caroço de algodão (3,9%). Em sentido inverso, impactadas por condições meteorológicas desfavoráveis, as safras de milho e feijão registraram recuos respectivos de 10,2% e 1,4%. Em relação às demais lavouras, ressaltam-se as retrações respectivas de 2,8%, 6,3% e 9,8% nas produções de cana-de-açúcar, mandioca e banana.

A produção de grãos no Nordeste deverá aumentar 14,6% em 2016, conforme o último prognóstico divulgado pelo IBGE, com destaque para as projeções de crescimentos para as safras de feijão (27,5%), milho (24,3%) e soja (10,1%).

A produção industrial nordestina decresceu 4,1% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando recuara 0,3%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Destacam-se as reduções nas atividades confecção de artigos do vestuário e acessórios (6,5%) e fabricação de celulose, papel e produtos de papel (3,5%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do Nordeste retraiu 2,7% em novembro de 2015 (-0,7% em agosto). A indústria extrativa recuou 5,0% e a de transformação, 2,4% (fabricação de produtos têxteis, -14,7%; confecção de artigos do vestuário e acessórios, -13,7%).

O *deficit* da balança comercial da região atingiu US\$6,8 bilhões em 2015, ante US\$12,8 bilhões no ano anterior. As exportações recuaram 7,9%, para US\$14,6 bilhões, e as importações, 25,4%, para US\$21,4 bilhões.

O comportamento das exportações refletiu variações de -20,6% nos preços e de 16% no *quantum*. As vendas de produtos manufaturados diminuíram 19,5% (óleos combustíveis, -60,6%; hidrocarbonetos e seus derivados halogenados etc, -51,7%) e as de semimanufaturados, 0,4% (ferro fundido bruto e ferro *spiegel*, -27,2%; açúcar de cana em bruto, -20,3%), enquanto as de produtos básicos aumentaram 5,5% (soja mesmo triturada, 9,2%; milho em grãos, 402,6%).

Os embarques direcionados para a China, EUA, Argentina, Holanda e Canadá representaram, em conjunto,

Tabela 2.9 – Produção industrial – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,1	-2,8	-2,7
Indústrias extrativas	9,0	-3,6	-6,9	-5,0
Indústrias de transformação	91,0	0,4	-4,0	-2,4
Produtos alimentícios	16,2	-2,1	1,7	2,7
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	11,2	-1,0	-1,8
Outros produtos químicos	9,9	-0,1	-0,5	-3,0
Artefatos couro e calçados	6,9	-1,0	-5,2	-7,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.10 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	15 914	14 655	-7,9	-15,1
Básicos	3 996	4 215	5,5	-20,4
Industrializados	11 918	10 440	-12,4	-10,0
Semimanufaturados	4 424	4 408	-0,4	-9,0
Manufaturados ^{1/}	7 494	6 032	-19,5	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.11 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	28 713	21 427	-25,4	-25,2
Bens de capital	3 785	3 365	-11,1	-21,2
Matérias-primas	11 189	9 302	-16,9	-21,2
Bens de consumo	2 965	2 165	-27,0	-20,6
Duráveis	1 915	1 366	-28,6	-26,7
Não duráveis	1 050	798	-24,0	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	10 774	6 596	-38,8	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

54,1% das exportações da região em 2015. Destacaram-se as retrações nas vendas de óleos combustíveis (óleo diesel, *fuel-oil*, etc) para as Antilhas Holandesas, Holanda, e Cingapura; de soja, mesmo trituração, para a Alemanha; e de hidrocarbonetos e seus derivados halogenados para os EUA.

O desempenho das importações repercutiu declínios de 19,6% nos preços e de 7,1% no *quantum*. Houve contrações nas aquisições em todas as categorias de uso: combustíveis e lubrificantes, 38,8% (óleos combustíveis, -58,4%); bens de capital, 11,1% (veículos de carga, -35,2%); bens de consumo duráveis, 28,6% (automóveis de passageiros, -37,0%); bens de consumo não duráveis, 24,0% (medicamentos para medicina humana e veterinária, -31,7%); bens intermediários, 16,9% (naftas, -28,5%).

As importações originárias dos EUA, que recuaram 53,5% no período, China, Argentina, Índia e Chile responderam, em conjunto, por 46,1% das aquisições externas da região em 2015. Destacaram-se as reduções nas compras de óleos combustíveis (óleo diesel, “fuel-oil”, etc), gás propano liquefeito e de trigo em grãos, provenientes dos EUA; de gasolina, da Holanda; e de óleos combustíveis, das Antilhas Holandesas.

A inflação no Nordeste¹ atingiu 2,88% no quarto trimestre de 2015, ante 1,03% no terceiro, resultado de acelerações dos preços livres, de 0,99% para 3,04%, e dos monitorados, de 1,17% para 2,30% (óleo diesel, 8,53%; gasolina, 7,46%). A evolução dos preços livres refletiu aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,52% para 3,12% (açúcares e derivados, 20,09%; etanol, 13,25%; frango inteiro, 11,33%), e dos bens não comercializáveis, de 0,47% para 2,95% (passagem aérea, 44,29%; tubérculos, raízes e legumes, 13,03%; hortaliças e verduras, 10,02%). O índice de difusão atingiu 70,05% no trimestre (62,50% no terceiro trimestre).

A variação do IPCA do Nordeste atingiu 10,29% em 2015 (6,01% em 2014), repercutindo acelerações dos preços monitorados, de 6,04% para 14,24% (energia elétrica residencial, 24,47%; gasolina, 22,12%; gás veicular, 20,71%), e dos preços livres, de 5,99% para 9,23%. A evolução dos preços livres decorreu de acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 5,65% para 8,12% (açúcares e derivados, 27,75%; panificados, 12,83%; arroz, 11,19%) e dos não comercializáveis (feijão mulatinho, 33,00%; hortaliças e verduras, 32,20%; frutas, 14,21%). Entre os grupos, destacaram-se, no ano, os aumentos das

1/ Ponderação dos indicadores das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

Tabela 2.12 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2014	2015		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	6,01	1,03	2,88	10,29
Livres	78,1	5,98	0,99	3,04	9,23
Comercializáveis	39,3	5,66	1,52	3,12	8,12
Não comercializáveis	38,8	6,37	0,47	2,95	10,37
Monitorados	21,9	6,04	1,17	2,30	14,24
Principais itens					
Alimentação	29,0	6,80	0,55	4,79	13,42
Habitação	14,4	10,25	1,06	1,66	12,42
Artigos de residência	4,6	5,45	2,70	0,80	5,19
Vestuário	7,0	2,95	-0,43	3,14	3,22
Transportes	17,0	2,61	0,91	3,58	10,72
Saúde	10,8	6,95	2,27	1,75	9,07
Despesas pessoais	9,1	7,51	1,92	1,81	10,30
Educação	4,4	7,81	0,79	0,38	8,82
Comunicação	3,7	-0,37	0,97	1,06	3,12

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

despesas com alimentação e bebidas, 13,42%; habitação, 12,42%; e transportes, 10,72%.

A economia do Nordeste vem sendo impactada pela crise de confiança e pelo processo de ajuste macroeconômico em curso na economia brasileira. A despeito desse contexto, a maior participação da administração pública na estrutura da economia (comparativamente à média nacional), a cadeia produtiva destinada, em grande medida, à produção de bens de menor valor agregado, e o fato da região ser receptora importante das transferências governamentais, no âmbito de programas sociais, contribuem para atenuar os impactos do ciclo recessivo sobre a economia local.

Bahia

O PIB da Bahia contraiu 1,9% no terceiro trimestre de 2015, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Houve recuos na indústria (0,5%) e no setor de serviços (1,2%), impactados, em grande parte, pelos desempenhos da indústria de transformação e do comércio. O setor agropecuário cresceu 5,6%, favorecido pela safra de grãos, em especial, soja, feijão e algodão. Considerados dados dessazonalizados, o Produto Interno Bruto (PIB) baiano recuou 0,1% em relação ao segundo trimestre de 2015.

Dados divulgados no decorrer do trimestre encerrado em novembro indicam continuidade da retração da atividade econômica do estado, destacando-se os resultados negativos no comércio e na atividade industrial. Nesse cenário, em que os indicadores de confiança mantêm-se em áreas de pessimismo, o IBCR-BA contraiu 1,6% em relação ao encerrado em agosto, quando havia recuado 0,8%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador retraiu 1,6% em novembro (-0,2% em agosto).

As vendas do comércio ampliado da Bahia diminuíram 1,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando haviam retraído 2,9%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Ocorreram retrações em sete dos dez segmentos pesquisados (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -4,3%; tecidos, vestuário e calçado, -2,6%; combustíveis e lubrificantes, -2,5%). Excluídas as quedas nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (2,3%) e de material de construção (4,4%), o comércio varejista baiano retraiu 0,8% no trimestre (-3,6% no trimestre finalizado em agosto).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio varejista ampliado diminuíram 7,9% em novembro (-4,7% em agosto), com recuos em nove dos dez segmentos pesquisados (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -22,2%; móveis e eletrodomésticos, -13,9%; tecidos, vestuário e calçados, -12,4%; veículos, motocicletas, partes e peças, -12,0%). As vendas do comércio varejista recuaram 6,5% e 3,2%, respectivamente, nos períodos mencionados.

O volume de serviços da Bahia recuou 11,0% no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual

Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados

2002 = 100

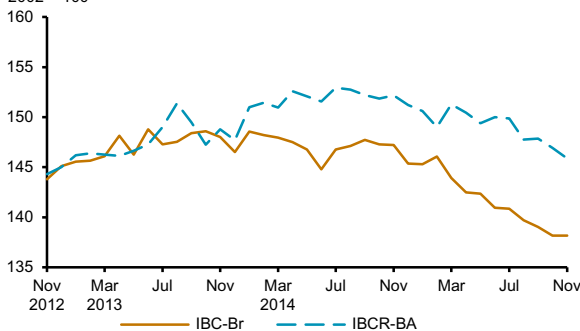
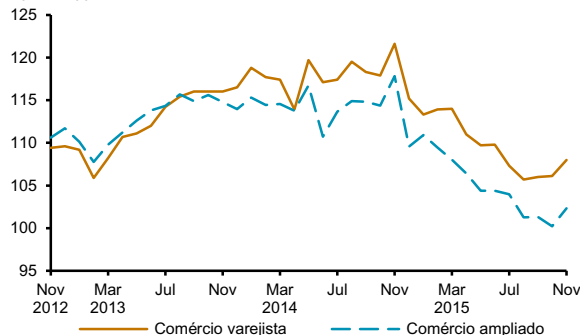


Gráfico 2.6 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.13 – Comércio varejista – Bahia

Geral e setores selecionados

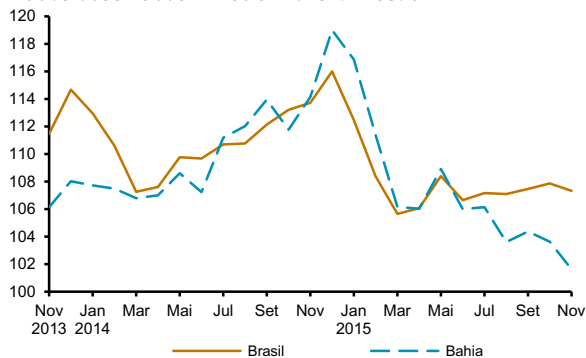
Setores	Variação % no período			
	2015			
	Mai ^{1/}	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-2,2	-3,6	-0,8	-6,5
Combustíveis e lubrificantes	-4,7	-5,1	-2,5	-9,4
Híper, supermercados	-2,2	-3,6	-0,1	-2,8
Tecidos, vestuário e calçados	-0,3	-6,0	-2,6	-12,4
Móveis e eletrodomésticos	1,1	-3,8	1,8	-13,9
Comércio ampliado	-3,4	-2,9	-1,9	-7,9
Automóveis e motocicletas	-8,6	-2,2	-2,3	-12,0
Material de construção	-0,9	-3,3	-4,4	-5,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos períodos encerrados em t e t-1. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.7 – Volume de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Tabela 2.14 – Volume de serviços – Bahia

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

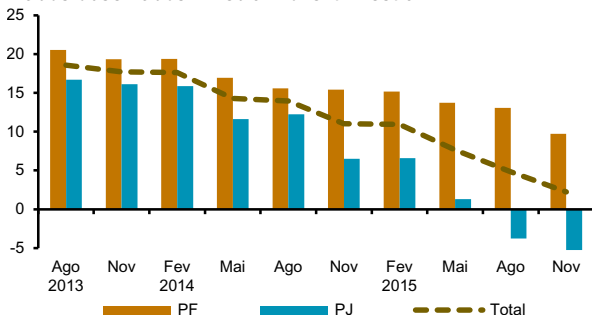
Segmentos	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	3,8	-7,5	-11,0	-3,8
Serviços prestados às famílias	-1,0	-4,8	-5,6	-3,5
Serviços de informação e comunicação	-6,2	-5,6	-9,4	-5,4
Serviços profissionais e administrativos	9,0	-20,1	-19,4	-8,2
Transportes e correio	11,8	0,7	-6,1	1,9
Outros serviços	0,8	-24,8	-26,6	-16,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.8 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

Dados observados - Média móvel trimestral



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.15 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-0,1	-30,4	-9,5	-24,2	-20,8
Indústria de transformação	-3,3	-3,1	0,3	-1,2	-4,5
Comércio	7,4	-4,6	-2,4	-4,0	1,0
Serviços	1,4	-5,6	-3,9	-8,2	-4,4
Construção civil	1,1	-13,4	-9,5	-9,3	-3,9
Agropecuária	-6,6	-3,3	5,6	-0,8	-6,6
SIUP	0,5	-0,2	-0,1	-0,3	-0,4
Outros ^{2/}	-0,6	-0,2	0,5	-0,3	-2,0

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

período de 2014 (serviços profissionais e administrativos, -19,4%; outros serviços, -26,6%), segundo a PMS do IBGE. Considerados intervalos de doze meses, o indicador variou -3,8% em novembro (0,9% em agosto).

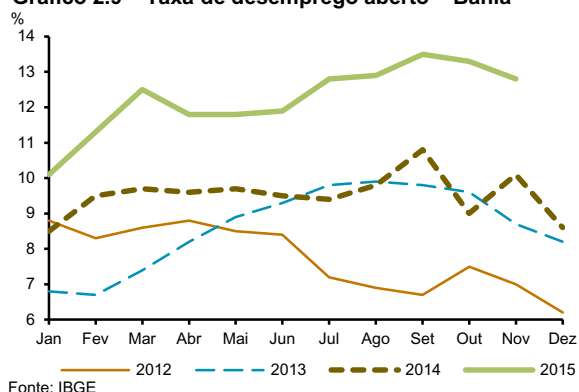
As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia totalizaram R\$110,8 bilhões em novembro, com variações de -1,1% no trimestre e de 2,2% em doze meses. Os empréstimos com recursos livres somaram R\$60,2 bilhões, variando -2,5% e 3,1%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, e os contratados com recursos direcionados atingiram R\$50,6 bilhões, aumentando 0,8% no trimestre e 1,2% em doze meses.

A carteira de crédito de pessoas físicas totalizou R\$62,3 bilhões, com expansões de 1,0% no trimestre e de 9,7% em doze meses, destacando-se o desempenho das modalidades financiamento imobiliário e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas, repercutindo, principalmente, o recuo nos financiamentos rurais e nos empréstimos do BNDES, somou R\$48,5 bilhões em novembro, com retrações de 3,6% no trimestre e de 6,0% em doze meses.

A inadimplência atingiu 4,36% em novembro (3,18% no país), aumentando 0,29 p.p. no trimestre e 0,96 p.p. em doze meses. A evolução trimestral refletiu aumentos de 0,33 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,22 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de inadimplência de 4,81% e 3,77%, respectivamente.

O arrefecimento na atividade econômica do estado foi evidenciado pela eliminação de 20,8 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em novembro (-0,1 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os cortes na agricultura (6,6 mil), na indústria de transformação (4,5 mil) e no setor de serviços (4,4 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 1,4% no trimestre finalizado em novembro, mesma variação observada no trimestre encerrado em agosto.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Salvador (RMS) atingiu 12,7% no trimestre encerrado em novembro, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, ante 9,5% em igual período de 2014, evolução decorrente de recuos de 5,9% na população ocupada e de 2,4% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real decresceram 6,6% e 12,1%, respectivamente, no período. Na margem, a taxa média de desemprego atingiu 12,7% no trimestre encerrado

Gráfico 2.9 – Taxa de desemprego aberto – Bahia**Tabela 2.16 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Bahia^{1/}**

R\$ milhões						
UF	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		Nominal		Outros ^{3/}		
	2014	Total ^{4/}			2015	
	Dez	Primário	Juros		Set	
Estado da Bahia	13 202	-2 312	885	-1 427	3 331	15 106
Governo estadual	11 843	-1 765	820	-945	3 461	14 359
Capital	715	-174	50	-124	-108	483
Demais municípios	644	-373	15	-358	-22	264

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 2.17 – Necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado da Bahia	-1 539	-2 312	592	885
Governo estadual	-1 361	-1 765	537	820
Capital	-279	-174	35	50
Demais municípios	101	-373	20	15

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

em novembro (11,8% no finalizado em agosto), dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego na Bahia, mensurada pela PNADC do IBGE, atingiu 12,8% no trimestre encerrado em setembro. O aumento de 3,1 p.p. em relação a igual período de 2014 repercutiu variações de -0,2% na ocupação e de 3,4% na força de trabalho. O rendimento real médio habitual e a massa salarial aumentaram 0,2% e 0,1%, respectivamente, no período.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia somou R\$2,3 bilhões nos nove primeiros meses de 2015. O crescimento de 50,2% em relação a igual período de 2014 refletiu, principalmente, a elevação de 29,7% no *superavit* do governo do estado e a reversão, de *deficit* de R\$101,1 milhões para *superavit* de R\$372,7 milhões, na esfera dos principais municípios. O *superavit* do governo da capital recuou 37,6%, no período.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$885,0 milhões nos nove primeiros meses de 2015, patamar 49,5% superior ao registrado em igual período de 2014. O *superavit* nominal somou R\$1,4 bilhão, destacando-se que o aumento de 50,7% observado no período repercutiu, fundamentalmente, a reversão, de *deficit* de R\$120,9 milhões para *superavit* de R\$357,7 milhões, no resultado dos principais municípios.

A dívida líquida dos governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia totalizou R\$15,1 bilhões em setembro de 2015 (26,0% do total do Nordeste, ante 28,1% em dezembro de 2014). O aumento de 14,4% em relação a dezembro de 2014 refletiu, em grande parte, o crescimento de 21,2% da dívida do governo estadual.

A safra baiana de grãos atingiu 9,2 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE. A elevação anual de 17,7% refletiu os aumentos nas produções de soja (40,6%), feijão (22,3%) e algodão (2,8%), e o recuo de 3,9% na de milho. Em relação às demais lavouras, destaque para os aumentos de 123,5% na safra de mamona (89,0% da produção nacional) e de 8,0% na de café, e para os recuos nas colheitas de cacau (15,9%), banana (8,6%), mandioca (13,0%) e cana-de-açúcar (12,9%).

O terceiro prognóstico para a safra de 2016, realizado pelo IBGE, estima reduções para as produções de feijão (29,1%) e de algodão (8,9%), e crescimentos para as de milho (26,5%) e de soja (4,6%).

Tabela 2.18 – Produção agrícola – Bahia

Itens selecionados

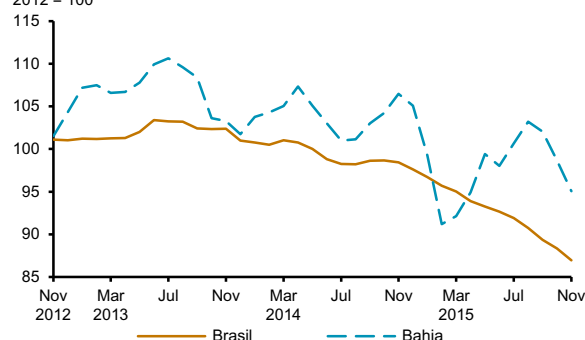
Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2014	2015 ^{2/}	
Grãos				
Soja	19,2	3 206	4 507	40,6
Algodão herbáceo	19,0	1 164	1 196	2,8
Milho	7,0	2 921	2 806	-3,9
Feijão	2,6	356	436	22,3
Outros grãos ^{3/}	0,6	172	259	50,1
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	6,5	6 705	5 839	-12,9
Café	5,7	202	218	8,0
Cacau	5,4	161	136	-15,9
Banana	4,9	1 089	995	-8,6
Mandioca	4,5	2 131	1 854	-13,0

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Segundo o LSPA de dezembro de 2015.

3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo.

Gráfico 2.10 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

Fonte: IBGE

Tabela 2.19 – Produção industrial – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		Acumulado
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	
Indústria geral	100,0	3,8	-7,9	-6,6
Indústrias extrativas	5,9	-4,6	-4,7	-5,7
Indústrias de transformação	94,1	4,1	-6,8	-6,7
Deriv. petróleo e biocomb.	28,5	11,3	-6,6	-12,8
Outros produtos químicos	16,1	2,6	-0,3	-4,2
Veículos, reb. e carrocerias	10,7	-1,0	-28,8	7,6
Metalurgia	8,2	11,4	5,4	-13,8
Produtos alimentícios	8,1	4,2	5,4	-1,5
Celulose e prod. papel	7,4	2,0	-7,8	1,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

A produção industrial do estado recuou 7,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando crescera 3,8%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Esse desempenho repercutiu reduções de 4,7% na indústria extrativa e de 6,8% na indústria de transformação (veículos automotores; -28,8%; celulose, papel e produtos de papel, -7,8%; coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, -6,6%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial baiana retraiu 6,6% em novembro, em relação a igual período de 2014 (-3,1% em agosto). A indústria extrativa retraiu 5,7% e de transformação, 6,7% (equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, -53,9%; metalurgia, -13,8%; coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, -12,8%).

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb)², divulgado pela SEI, atingiu -479 pontos em dezembro de 2015 (-467 em setembro e -312 em dezembro de 2014), mantendo-se na área de pessimismo. A evolução trimestral refletiu piora generalizada da confiança: setor de serviços e agropecuária, -4 pontos; indústria, -25 pontos; comércio, -27 pontos, ressaltando-se que, nesse segmento, o indicador passou para a área de grande pessimismo.

A balança comercial baiana registrou *deficit* de US\$403,7 milhões em 2015 (*superavit* de US\$28,9 milhões em 2014). As exportações somaram US\$7,9 bilhões e as importações, US\$8,3 bilhões, recuando 15,3% e 10,7%, respectivamente, no ano.

A trajetória das exportações refletiu variações de -24,3% nos preços e de 11,8% nas quantidades exportadas. Os embarques de produtos básicos aumentaram 0,7% (soja mesmo trituração, 13,2%) e os de produtos industrializados, que responderam por 70,4% da pauta, retraíram 20,7%. Nessa categoria, as vendas de produtos manufaturados decresceram 33,1% (óleos combustíveis, -65,7%; hidrocarbonetos, -51,7%) e as de semimanufaturados elevaram-se 1,9% (catodos de cobre, 89%).

EUA, Argentina, Holanda e China adquiriram, em conjunto, 55,8% das exportações baianas em 2015, destacando-se o aumento anual de 9,7 p.p., para 28,3%, na participação da China. Ressaltem-se as reduções nas exportações de hidrocarbonetos para os EUA, México e Colômbia; e de óleos combustíveis para as Antilhas

2/ O indicador varia de -1000 a 1000, com o zero como ponto de indiferença.

Tabela 2.20 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	9 310	7 883	-15,3	-15,1
Básicos	2 320	2 337	0,7	-20,4
Industrializados	6 990	5 546	-20,7	-10,0
Semimanufaturados	2 484	2 530	1,9	-9,0
Manufaturados ^{1/}	4 506	3 016	-33,1	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.21 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	9 281	8 287	-10,7	-25,2
Bens de capital	1 571	1 311	-16,6	-21,2
Matérias-primas	5 392	4 602	-14,6	-21,2
Bens de consumo	1 393	920	-33,9	-20,6
Duráveis	1 303	853	-34,5	-26,7
Não duráveis	90	67	-25,2	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	925	1 454	57,2	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.22 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %						
		2014		2015				Ano
		Ano	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	Ano	
IPCA	100,00	5,76	3,45	2,34	0,98	2,75	9,86	
Livres	77,59	5,75	2,97	1,82	0,97	3,04	9,07	
Comercializáveis	37,80	6,45	1,01	2,18	1,71	2,91	8,03	
Não comercializáveis	39,79	5,09	4,86	1,48	0,28	3,15	10,07	
Monitorados	22,41	5,79	5,18	4,19	1,06	1,79	12,73	
Principais itens								
Alimentação	28,04	6,43	4,64	3,01	0,58	4,86	13,68	
Habitação	14,44	9,39	4,45	3,56	0,92	2,22	11,58	
Artigos de residência	4,67	7,99	1,10	0,09	2,01	-0,41	2,80	
Vestuário	6,71	2,62	-0,86	1,47	-0,42	3,61	3,79	
Transportes	18,96	1,95	4,48	0,77	0,59	2,74	8,80	
Saúde	10,28	7,59	1,57	3,12	2,40	1,22	8,56	
Despesas pessoais	8,49	7,62	2,25	4,25	2,42	1,70	11,02	
Educação	4,46	8,77	8,07	0,34	0,63	0,19	9,33	
Comunicação	3,96	-0,23	-0,44	1,44	1,26	1,24	3,54	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

Holandesas, Cingapura e Holanda, e as elevações nas vendas de soja para a China, Holanda, Rússia e Japão.

A redução nas importações resultou de variações de -19,6% nos preços e de 11,0% no *quantum*. Houve recuos nas aquisições em todas as categorias de uso, excetuando-se a elevação de 57,2% em combustíveis e lubrificantes. As compras de matérias-primas (55,5% do total) recuaram 14,6% (naftas, -29,4%); as de bens de consumo duráveis, 34,5% (automóveis, -37,6%); as de bens de consumo não duráveis, 25,2% (bacalhau e outros peixes secos, -56,1%); e as de bens de capital, 16,6% (veículos de carga, -37,6%).

As importações provenientes do Chile, Argentina, Argélia, China e EUA representaram, em conjunto, 50,1% do total adquirido pelo estado em 2015. Destacaram-se as reduções das compras de naftas dos EUA e Argélia; automóveis do México e Argentina; e veículos de carga da Argentina.

O IPCA na RMS variou 2,75% no quarto trimestre de 2015 (0,98% no terceiro), de acordo com o IBGE. Houve acelerações nos preços livres, de 0,97% para 3,04%, e nos monitorados de 1,06% para 1,79% (gasolina, 6,19%; gás de botijão, 7,07%; plano de saúde, 3,18%; óleo diesel, 8,81%).

A evolução dos preços livres repercutiu aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,71% para 2,91% (açúcar cristal, 30,70%; etanol, 13,43%; frango inteiro, 10,86%) e dos não comercializáveis, de 0,28% para 3,15% (passagem aérea, 59,26%; alimentação fora do domicílio, 4,08%; mão de obra, 8,70%). O índice de difusão manteve-se em 69,3% no quarto trimestre, mesmo patamar registrado no terceiro trimestre (68,50% no segundo trimestre de 2015).

O IPCA na RMS variou 9,86% em 2015 (5,76% em 2014), repercutindo acelerações dos preços livres, de 5,75% para 9,07%, e dos preços monitorados, de 5,79% para 12,73% (gasolina, 19,38%; energia elétrica residencial, 21,08%; gás de botijão, 20,19%). A variação dos preços livres refletiu aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 6,45% para 8,03% (automóvel novo, 9,51%; pão francês, 16,41%; açúcar cristal, 40,03%), e dos não comercializáveis, de 5,09% para 10,07% (alimentação fora do domicílio, 12,57%; empregado doméstico, 10,26%; conserto de automóvel, 12,83%).

A trajetória dos principais indicadores conjunturais da economia baiana sugere a continuidade da contração da

atividade nos próximos meses, em ambiente de moderação do crédito e de distensão do mercado de trabalho. Em sentido contrário, o desempenho da agricultura e a trajetória da taxa de câmbio devem impactar favoravelmente a atividade da região, que segue condicionada, entretanto, pela recuperação da confiança de empresários e consumidores.

Ceará

O PIB do Ceará cresceu 0,3% no terceiro trimestre de 2015, em relação ao segundo, quando havia recuado 4,9%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). O resultado refletiu redução na produção agropecuária (3,0%) e aumentos nas atividades da indústria (0,8%) e do setor de serviços (0,5%). O PIB do estado decresceu 1,8% em doze meses, resultado de recuo de 3,5% na indústria e de 1,0% no setor de serviços, com expansão de 1,6% na agropecuária.

Embora o PIB tenha aumentado no terceiro trimestre de 2015, a trajetória dos indicadores econômicos ratifica a continuidade da tendência de retração da atividade. Em ambiente de deterioração das expectativas dos agentes, condições menos favoráveis no mercado de crédito e retração na renda dos consumidores, o IBCR-CE recuou 0,5% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando decrescera 0,5%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador variou -1,8% em novembro (-0,3% em agosto).

As vendas do comércio ampliado diminuíram 5,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando haviam decrescido 3,7%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve redução em sete dos dez segmentos pesquisados (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 17,9%; material de construção, 17,1%; veículos, motocicletas, partes e peças, 9,6%). Excluídas as reduções nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção, o comércio varejista do Ceará retraiu 0,6% no período (-2,4% no trimestre terminado em agosto).

A análise doze meses indica que as vendas do comércio ampliado diminuíram 6,8% em novembro, ante 1,6% em agosto (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 23,7%; veículos, motocicletas, partes e peças, 15,3%). As vendas do comércio varejista recuaram 3,4% e 0,8%, respectivamente, em iguais períodos.

O volume de serviços no Ceará diminuiu 5,8% no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual período de 2014 (transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, -11,5%; serviços prestados às famílias, -8,4%), segundo a PMS do IBGE. Considerados períodos de doze

Gráfico 2.11 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados

2002 = 100

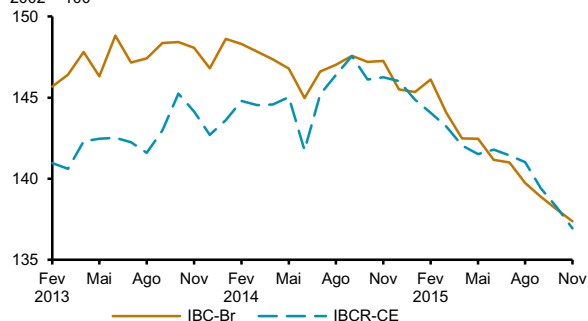
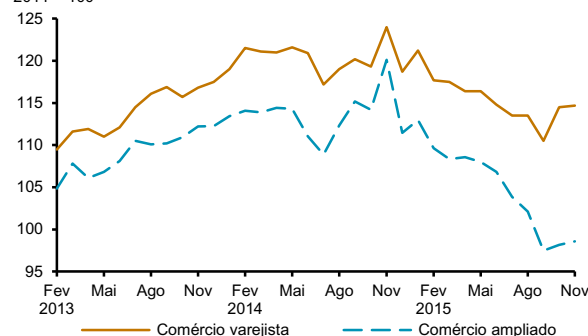


Gráfico 2.12 – Comércio varejista – Ceará

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.23 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2015		
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-2,4	-0,6	-3,4
Combustíveis e lubrificantes	-2,4	0,7	-3,1
Hiper e supermercados	-1,8	-0,1	-5,1
Móveis e eletrodomésticos	-7,6	-1,5	-8,4
Equip.e mat. para esc.,inf. e comunicação	-7,2	-17,9	-23,7
Comércio ampliado	-3,7	-5,9	-6,8
Automóveis e motocicletas	-6,6	-9,6	-15,3
Material de construção	-4,6	-17,1	-4,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.24 – Volume de serviços – Ceará

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

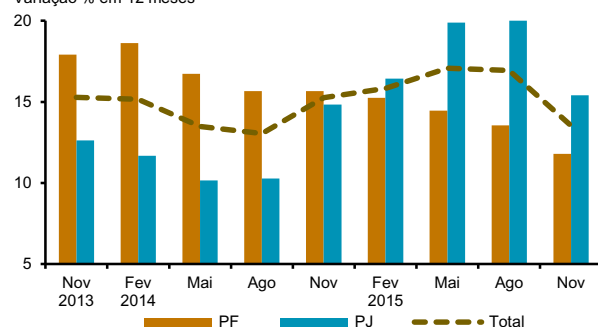
Segmentos	Variação %		
	2015		
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	-2,5	-5,8	-2,6
Serviços prestados às famílias	3,8	-8,4	-0,4
Serviços de informação e comunicação	-1,3	-7,6	-4,2
Serviços profissionais e administrativos	-1,4	-4,6	-2,3
Transportes e correio	-12,8	-11,5	-8,0
Outros serviços	11,3	17,5	15,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.13 – Evolução do saldo das operações de crédito – Ceará^{1/}

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

meses, o indicador decresceu 2,6% em novembro, em relação a igual intervalo de 2014 (transportes, serviços auxiliares dos transportes e correios, -8,0%; serviços de informação e comunicação, -4,2%).

As operações de crédito superiores a R\$1 mil totalizaram R\$64 bilhões em novembro, elevando-se 2,4% no trimestre e 13,5% em doze meses. As operações realizadas com recursos livres totalizaram R\$34 bilhões, com aumentos respectivos de 1,4% e 4,7% nas mesmas bases de comparação, e as contratadas com recursos direcionados somaram R\$30 bilhões, elevando-se 3,4% no trimestre e 25,2% em doze meses.

A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$32 bilhões, elevando-se 2,6% no trimestre e 15,4% em doze meses, destacando-se as contratações da indústria de transformação e do setor de serviços industriais de utilidade pública. A carteira de pessoas físicas atingiu R\$32 bilhões, aumentando, na ordem, 2,1% e 11,8% nos períodos mencionados, com destaque para as modalidades financiamentos de veículos e crédito consignado.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4,2% em novembro, variando 0,95 p.p. em relação a agosto e 0,84 p.p. em doze meses. O aumento trimestral repercutiu variações de 0,29 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,04 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência situou-se em 4,4% e 1,4%, respectivamente.

Tabela 2.25 – Evolução do emprego formal – Ceará

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015				
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	25,5	-12,8	-5,6	-1,3	-10,2
Indústria de transformação	2,1	-4,2	-4,3	-3,2	-4,9
Serviços industriais de util. pública	0,0	0,7	0,1	-0,2	-0,1
Construção civil	3,8	-4,6	-0,4	0,9	-6,9
Comércio	10,0	-2,1	-0,2	-1,4	1,4
Serviços	8,6	0,0	-0,1	-0,4	-1,0
Agropecuária	1,0	-2,6	-0,7	2,8	1,4
Outros ^{2/}	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

O mercado de trabalho do Ceará registrou a extinção de 10,2 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro de 2015 (criação de 25,5 mil em igual período de 2014), de acordo com Caged/MTPS, dos quais 6,9 mil na construção civil, 4,9 mil na indústria de transformação e 1 mil no setor de serviços.

Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal decresceu 1,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto. Houve reduções em cinco das oito atividades pesquisadas, destacando-se a de 5,3% na construção civil.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará apresentaram *deficit* primário de R\$170 milhões nos nove primeiros meses de 2015. O aumento de R\$127 milhões em relação a igual período de 2014 repercutiu o impacto das elevações nos *deficits* dos governos estadual (218,3%) e da capital (57,4%), mitigado pelo aumento de 126,7% no *superavit* primário dos demais municípios.

Tabela 2.26 – Necessidades de financiamento – Ceará^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014 Jan-set	2015 Jan-set	2014 Jan-set	2015 Jan-set
CE	43	170	257	391
Governo estadual	122	388	270	424
Capital	57	89	7	13
Demais municípios	-135	-307	-20	-46

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 2.27 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Ceará^{1/}

R\$ milhões						
UF	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
	2014	Nominal			Outros ^{4/}	2015
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}		Set
	CE	5 118	170	391	561	1 908
Governo estadual	5 719	388	424	812	1 689	8 220
Capital	255	89	13	102	219	576
Demais municípios	-856	-307	-46	-353	0	-1 209

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.28 – Produção agrícola – Ceará

Itens selecionados

Discriminação	Em mil toneladas			
	Peso ^{1/} (%)	Produção ^{2/}		Var. % 2015/2014
		2014	2015	
Produção de grãos		502	225	-55,1
Milho	10,0	348	131	-62,3
Feijão	9,9	109	67	-38,2
Arroz (em casca)	1,4	40	25	-38,0
Outras lavouras selecionadas				
Banana	16,1	453	385	-14,9
Mandioca	8,7	478	359	-25,0
Castanha-de-caju	5,0	51	52	1,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Tabela 2.29 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ^{1/} 2015			
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,6	-2,2	-8,6
Artefatos de couro e calçados	26,7	7,7	-9,8	-8,4
Produtos alimentícios	16,9	-6,4	4,9	-5,0
Artigos vestuário e acessórios	11,8	-0,4	-2,8	-6,6
Bebidas	11,0	2,5	3,2	-6,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$391 milhões e o *deficit* nominal, R\$561 milhões (R\$257 milhões e R\$300 milhões, respectivamente, nos nove primeiros meses de 2014).

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios atingiu R\$7,6 bilhões em setembro de 2015, aumentando 48,2% em relação a dezembro de 2014. A participação do Ceará no endividamento regional atingiu 13,1% em setembro de 2015 (10,9% em dezembro de 2014).

A safra de grãos do Ceará somou 225,4 mil de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA divulgado pelo IBGE em dezembro. A retração anual de 55,1%, refletindo condições meteorológicas adversas no estado, repercutiu retrações nas principais safras da região: milho (62,3%), feijão (38,2%) e arroz (38%). Entre as demais culturas, houve diminuições anuais nas produções de banana (14,9%), mandioca (25%) e abacaxi (74,8%), e aumento de 1,8% na de castanha-de-caju.

A produção industrial do Ceará recuou 2,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando crescera 0,6%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se as retrações nas indústrias têxtil (10,9%) e de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro (9,8%).

A análise em doze meses mostra que a produção industrial do estado decresceu 8,6% em novembro, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante retração de 7,1% em agosto (produtos têxteis, -34,4%; metalurgia, -13,9%; outros produtos químicos, 13,4%).

O faturamento real da indústria de transformação cearense cresceu 11,9% no período de doze meses encerrado em novembro, em relação a igual intervalo de 2014 (3,1% em agosto), de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, a remuneração real, o pessoal empregado e as horas trabalhadas registraram recuos respectivos de 3,8%, 5,7% e 13,6%. O Nuci médio atingiu 79,9% no período de doze meses finalizado em novembro de 2015 (81% no terminado em agosto de 2015 e 81,4% no encerrado em novembro de 2014).

A balança comercial do Ceará apresentou *deficit* de US\$1,6 bilhão em 2015, ante US\$1,5 bilhão em 2014, de acordo com estatísticas do MDIC. Houve decréscimos de

Gráfico 2.14 – Produção industrial – Ceará
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

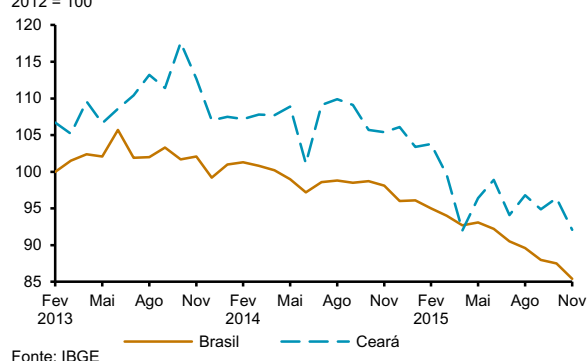


Tabela 2.30 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	1 471	1 046	-28,9	-15,1
Básicos	296	282	-4,5	-20,4
Industrializados	1 175	763	-35,0	-10,0
Semimanufaturados	293	238	-18,8	-9,0
Manufaturados ^{1/}	882	525	-40,4	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Inclui operações especiais.

Tabela 2.31 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	3 002	2 690	-10,4	-25,2
Bens de capital	575	448	-22,1	-21,2
Matérias-primas	1 612	1 178	-26,9	-21,2
Bens de consumo	199	152	-23,7	-20,6
Duráveis	79	69	-12,9	-26,7
Não duráveis	120	83	-30,9	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	616	912	48,0	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

28,9% nas exportações e de 10,4% nas importações, que somaram US\$1,0 bilhão e US\$2,7 bilhões, respectivamente.

O desempenho das exportações cearenses, refletindo retrações de 23,8% nos preços e de 6,7% no *quantum*, repercutiu diminuições nos embarques de todas as categorias de fator agregado: manufaturados – que representaram cerca da metade do total exportado pelo estado no ano –, -40,4% (óleos combustíveis, -95,4%); semimanufaturados, -18,8% (couros e peles, depilados, exceto em bruto, -25,8%); e básicos, -4,5% (minério de ferro e seus concentrados, -80,5%).

As exportações direcionadas aos EUA (23,4% do total), Holanda, Argentina, Alemanha e Reino Unido representaram, em conjunto 48% das vendas externas do estado em 2015. Destacaram-se os recuos nos embarques de óleos combustíveis (óleo diesel, *fuel-oil*, etc) destinados às Antilhas Holandesas; de calçados, suas partes e componentes, para a Argentina; e de couros e peles, depilados, exceto em bruto, para Hong Kong.

O comportamento das importações refletiu recuo de 20,7% nos preços e aumento de 12,9% no *quantum* importado. Houve decréscimos nas compras em todas as categorias de uso, excetuada a elevação de 48,0% nas de combustíveis e lubrificantes (gás natural liquefeito, 73,1%). As aquisições de bens de capital recuaram 22,1% (máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração, -96,8%); as de matérias-primas, 26,9% (construções e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço, -76,7%); as de bens de consumo duráveis, 12,9% (partes e acessórios de motocicletas, bicicletas e outros ciclos, -37,9%); e as de bens de consumo não-duráveis, 30,9% (medicamentos para medicina humana e veterinária, -75,8%).

As importações provenientes da China, que recuaram 18,9% no período, Colômbia, Argentina, Trinidad e Tobago, e Noruega representaram, em conjunto, 47,4% das aquisições externas do Ceará em 2015. Destaque para as reduções nas aquisições de construções e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço, da Coreia do Sul; de trigo em grãos, dos EUA; e de produtos laminados planos de ferro ou aços, e de máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração, etc, da China.

O IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) variou 3,49% no quarto trimestre de 2015, ante 1,16% no terceiro, resultado de acelerações dos preços livres, de 1,02% para 3,15%, e dos monitorados, de 1,70% para 4,74% (ônibus urbano, 14,59%; gasolina, 14,45%). A trajetória dos

Tabela 2.32 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2014	2015		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	6,04	1,16	3,49	11,43
Livres	78,8	5,78	1,02	3,15	9,64
Comercializáveis	42,2	4,70	1,52	3,45	8,42
Não comercializáveis	36,6	7,13	0,47	2,83	11,10
Monitorados	21,2	7,06	1,70	4,74	18,58
Principais itens					
Alimentação	32,3	7,03	0,32	4,92	12,92
Habitação	14,4	10,43	1,81	1,40	14,78
Artigos de residência	4,3	2,59	2,25	2,22	7,15
Vestuário	6,8	0,60	0,03	2,04	2,14
Transportes	15,8	3,69	1,01	6,77	13,81
Saúde	9,6	5,98	3,00	2,08	9,87
Despesas pessoais	9,3	8,02	2,04	1,65	13,17
Educação	4,3	9,45	1,10	0,82	8,48
Comunicação	3,2	-1,19	0,72	0,90	2,08

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

preços livres refletiu os aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,52% para 3,45% (açúcares e derivados, 22,15%; consertos e manutenção, 8,95%), e dos não comercializáveis, de 0,47% para 2,83% (passagem aérea, 27,99%; feijões, 14,71%). O índice de difusão atingiu 64,31% (58,75% no terceiro trimestre de 2015 e 58,06% no quarto trimestre de 2014).

A variação do IPCA da RMF atingiu 11,43% em 2015 (6,04% em 2014), repercutindo acelerações dos preços monitorados, de 7,06% para 18,58% (energia elétrica residencial, 33,96%; gás de botijão, 27,37%; ônibus urbano, 25,00%; gasolina, 21,98%), e dos preços livres, de 5,78% para 9,64%. A evolução dos preços nesse segmento refletiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 4,70% para 8,42% (açúcares e derivados, 24,66%; panificados, 13,31% e arroz, 11,49%) e dos não comercializáveis, de 7,12% para 11,10% (hortaliças e verduras, 22,30%; feijão mulatinho, 35,55% e automóvel novo, 6,55%). Entre os grupos, destacaram-se, no ano, os aumentos das despesas com habitação, 14,78%; transportes, 13,81%; e alimentação e bebidas, 12,92%.

A trajetória da economia cearense deverá seguir condicionada pela evolução da demanda interna, que vem sendo influenciada pelo processo de distensão do mercado de trabalho. Nesse contexto, a redução da massa salarial real tende a seguir impactando as vendas varejistas e exercendo desdobramentos desfavoráveis sobre a indústria local, cuja estrutura produtiva, de modo geral, destina-se à produção de bens de menor valor agregado.

Gráfico 2.15 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados
2002 = 100

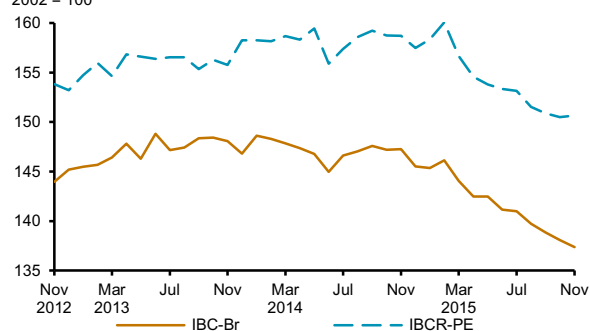


Tabela 2.33 – Comércio varejista – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,8	-3,4	-1,7	-6,4
Combustíveis e lubrificantes	2,8	-6,7	-1,2	-5,7
Hiper e supermercados	-1,3	-5,3	-2,5	-6,8
Tecidos, vestuário e calçados	2,5	-5,8	-3,1	-11,2
Móveis e eletrodomésticos	4,7	-8,5	-3,7	-16,5
Comércio ampliado	1,4	-5,3	-3,4	-8,9
Automóveis e motocicletas	-2,6	-8,1	-7,5	-15,3
Material de construção	4,2	-5,3	-10,2	-7,3

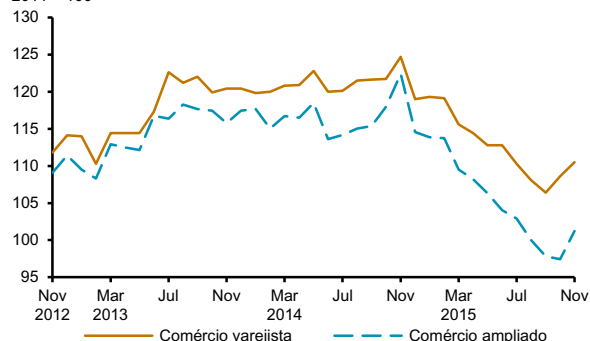
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.16 – Comércio varejista – Pernambuco

Dados dessazonalizados

2011 = 100

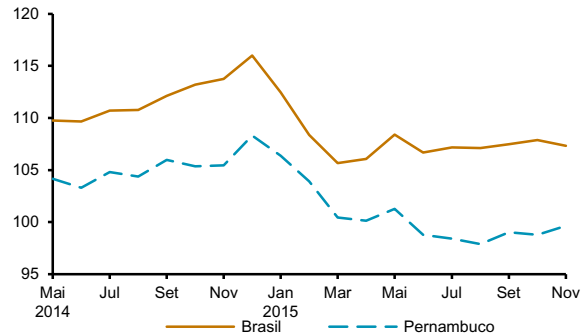


Fonte: IBGE

Gráfico 2.17 – Volume de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

2011 = 100



Fonte: IBGE

Pernambuco

O PIB de Pernambuco recuou 0,7% no terceiro trimestre de 2015, em relação ao segundo, de acordo com dados dessazonalizados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). Houve expansão de 1,7% na agropecuária e retrações respectivas de 0,1% e 1,0% na indústria e no setor de serviços. Estatísticas mais recentes, em especial as relacionadas às vendas do comércio, ratificam o processo de retração na economia do estado. Nesse cenário, o IBCR-PE recuou 1,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando havia decrescido 1,5%, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador variou -2,5% em novembro (-0,7% em agosto).

As vendas do comércio ampliado recuaram 3,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando reduziram 5,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE, destacando-se as reduções nas de material de construção (10,2%) e de automóveis e motocicletas (7,5%). Excluídos esses dois segmentos, as vendas do comércio varejista recuaram 1,7% no período (-3,4% no trimestre encerrado em agosto).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 8,9% em novembro (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -27,7%; móveis e eletrodomésticos, -16,5%; automóveis e motocicletas, -15,3%) e 4,3% em agosto. As vendas do comércio varejista recuaram 6,4% e 3,2%, respectivamente, em iguais períodos.

Os emplacements de automóveis e comerciais leves em Pernambuco contraíram 15,2% no quarto trimestre de 2015, em relação ao terceiro, quando recuaram 10,8%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabrave. O recuo atingiu 26,9% em 2015, maior retração anual desde o início da série, em 2002.

O volume de serviços no estado decresceu 5,5% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2014, de acordo com a PMS do IBGE. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 4,5% em novembro (serviços profissionais e administrativos, -6,5%; serviços de informação e comunicação, -6,3%), ante 3,5% em agosto.

Tabela 2.34 – Volume de serviços – Pernambuco

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

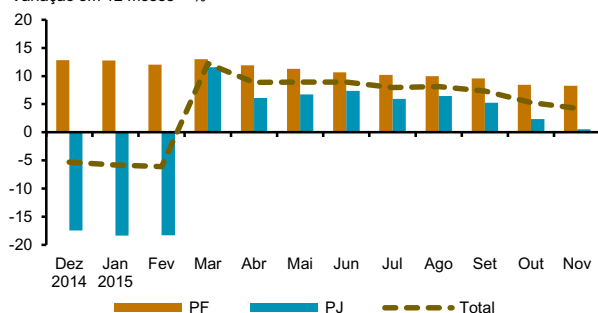
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	-0,4	-6,2	-5,5	-4,5
Serviços prestados às famílias	-4,8	0,7	-7,5	-3,9
Serviços de informação e comunicação	0,4	-10,1	-6,9	-6,3
Serviços profissionais e administrativos	-3,5	-7,8	-12,9	-6,5
Transportes e correio	2,6	-2,1	3,3	-1,0
Outros serviços	2,0	-5,5	-6,9	-3,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.18 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O preço de oferta dos imóveis na RMR registrou estabilidade no quarto trimestre do ano, em relação a igual período de 2014, de acordo com o Índice Fipezap de Preços de Imóveis Anunciados (IFZ). O indicador nacional variou 1,3% no período.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Pernambuco totalizou R\$73,6 bilhões em novembro, variando -0,3% no trimestre e 4,2% em doze meses. As contratações com recursos livres atingiram R\$38,8 bilhões, recuando 1,2% e 1,7%, respectivamente, e as pactuadas com recursos direcionados somaram R\$34,8 bilhões, elevando-se 0,7% no trimestre e 11,8% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$36,8 bilhões, elevando-se 1,6% no trimestre, com destaque para a modalidade financiamento imobiliário, e 8,3% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$36,8 bilhões, variando -2,2% no trimestre – recuo determinado, em especial, pelas retrações nas contratações das indústrias de material elétrico, química e de alimentos e bebidas – e 0,5% em doze meses.

A taxa de inadimplência situou-se em 4,23% em novembro, crescendo 0,08 p.p. no trimestre e 0,76 p.p. em doze meses. A evolução trimestral evidenciou variações respectivas de 0,36 p.p. e -0,25 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu, na ordem, 5,24% e 3,21%.

Os desembolsos do BNDES para o estado totalizaram R\$4,4 bilhões em 2015, recuando 25,1% em relação a 2014 e representando 19,5% do total destinado ao Nordeste (24,0% em 2014).

Tabela 2.35 – Evolução do emprego formal – Pernambuco

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	14,1	-35,3	-39,3	-17,7	4,7
Ind. de transformação	16,2	-8,3	-18,9	-1,0	13,5
Comércio	6,0	-7,1	-2,3	-3,6	2,2
Serviços	0,8	-4,6	-6,6	-9,9	-11,0
Construção civil	-8,6	-12,9	-8,0	-7,0	-3,3
Agropecuária	-0,1	-2,0	-3,4	4,1	3,6
Serv. ind. de util. pública	-0,1	-0,2	-0,1	-0,3	-0,4
Outros ^{1/}	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	0,0

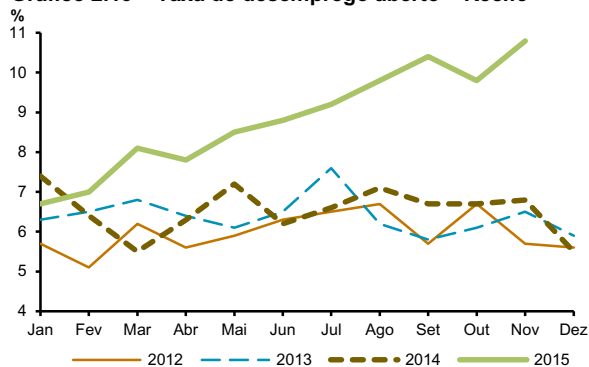
Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

O mercado de trabalho pernambucano registrou a criação de 4,7 mil empregos no trimestre finalizado em novembro (14,1 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTPS, dos quais 13,5 mil na indústria de transformação, refletindo contratações sazonais do setor sucroalcooleiro, e 3,6 mil na agropecuária. Houve cortes no setor de serviços (11,0 mil) e na construção civil (3,3 mil). O nível de emprego formal recuou 2,0% em relação ao trimestre finalizado em agosto, quando decrescera 2,1%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da RMR atingiu 10,3% no trimestre encerrado em novembro (6,7% no mesmo período e 2014), de acordo com a PME do IBGE. Considerados dados

Gráfico 2.19 – Taxa de desemprego aberto – Recife**Tabela 2.36 – Necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014 Jan-set	2015 Jan-set	2014 Jan-set	2015 Jan-set
PE	534	-1 643	531	780
Governo estadual	546	-1 181	552	801
Capital	9	-19	3	22
Demais municípios	-21	-443	-24	-43

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 2.37 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

R\$ milhões						
UF	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2014	Nominal		Outros ^{4/}	
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}		Set
PE	9 623	-1 643	780	-863	2 577	11 338
Governo estadual	10 160	-1 181	801	-380	2 502	12 282
Capital	101	-19	22	3	84	188
Demais municípios	-638	-443	-43	-486	-8	-1 132

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

dessazonalizados, a taxa de desemprego variou 1,1 p.p. em relação ao trimestre encerrado em agosto, reflexo de recuos de 1,8% na População Ocupada (PO) e de 0,5% na PEA. No mesmo período, houve recuos de 1,7% no rendimento real médio habitual e de 2,9% na massa salarial real.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de Pernambuco somou R\$1,6 bilhão nos nove primeiros meses de 2015, ante *deficit* de R\$534 milhões em igual período de 2014. Essa trajetória repercutiu, fundamentalmente, a reversão de *deficit* de R\$546 milhões para *superavit* de R\$1,2 bilhão, registrada na esfera do governo do estado.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$780 milhões e o *superavit* nominal atingiu R\$863 milhões (R\$531 milhões e *deficit* de R\$1,1 bilhão, respectivamente, nos nove primeiros meses de 2014).

A arrecadação de ICMS em Pernambuco atingiu R\$10,6 bilhões nos nove primeiros meses de 2015, segundo a Cotepe, redução real de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, utilizando o IGP-DI como deflator.

A produção de cana-de-açúcar deverá aumentar 4,2% e a de uva, manter-se estável em 2015, segundo o LSPA divulgado pelo IBGE em dezembro. Ressalte-se que as participações dessas culturas no valor da produção agrícola do estado variaram 7,0 p.p. e 5,1 p.p., de acordo com a Produção Agrícola Municipal (PAM) 2014. Em relação às demais culturas, estão projetadas variações respectivas de 31,8%, -17,7% e -27,3% para as produções de mandioca, banana e tomate.

A produção da indústria pernambucana cresceu 0,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando contraíra 1,4%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE, que ainda não inclui o polo automotivo de Goiana e a refinaria de petróleo de Ipojuca. Houve expansão em quatro das doze atividades pesquisadas (bebidas, 7,3%; metalurgia, 1,1%).

Considerados períodos de doze meses, a atividade industrial recuou 3,6% em novembro (outros equipamentos de transporte, -25,2%, em decorrência da redução da atividade do polo naval do estado; bebidas, -11,4%; e metalurgia, -10,4%). Em sentido contrário, destaque para o aumento de 9,0% na produção de alimentos – segmento mais representativo na indústria de transformação no estado

Tabela 2.38 – Produção agrícola – Pernambuco
Itens selecionados

Discriminação	Peso1/	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2014	2015 ^{2/}	
Grãos				
Feijão	4,0	53	39	-26,6
Milho	1,3	53	43	-18,1
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	38,0	15 417	16 067	4,2
Uva	16,6	237	237	0,3
Banana	10,7	396	326	-17,7
Mandioca	5,4	302	398	31,8
Tomate	4,9	129	94	-27,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Tabela 2.39 – Produção industrial – Pernambuco
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2015	Variação % no período		
		Ago ^{2/} Nov ^{2/}		Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,4	0,6	-3,6
Produtos alimentícios	31,2	9,0	-1,3	9,0
Bebidas	10,9	-9,1	7,3	-11,1
Produtos minerais não-metálicos	9,4	-5,1	-4,8	-2,9
Outros produtos químicos	9,2	-7,9	-5,9	-7,3
Metalurgia	7,2	1,7	1,1	-10,4
Outros equip. de transporte	6,5	-10,7	-13,3	-25,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 2.40 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	944	1 047	10,9	-15,1
Básicos	137	139	1,2	-20,4
Industrializados	807	908	12,5	-10,0
Semimanufaturados	105	82	-21,5	-9,0
Manufaturados ^{1/}	702	825	17,6	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

–, impulsionado pelo maior dinamismo da produção de açúcar.

O Icei, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) atingiu 37,5 pontos em dezembro. O aumento de 4,1 p.p. em relação ao mínimo histórico registrado em outubro de 2015 repercutiu elevações respectivas de 6,7 p.p. e 2,5 p.p. nos componentes que avaliam as condições atuais e as expectativas.

A balança comercial do estado apresentou *deficit* de US\$4,0 bilhões em 2015, de acordo com o MDIC. A retração anual de 37,5% repercutiu variações de 10,9% nas exportações e de -30,9% nas importações, que atingiram US\$1,0 bilhão e US\$5,0 bilhões, respectivamente.

O aumento das exportações repercutiu variações de -18,5% nos preços e de 36,0% no *quantum*. Destaque para o aumento de 17,6% nas vendas de manufaturados, influenciado pelos embarques de óleo diesel, que, iniciados em 2015, com a produção da Refinaria do Nordeste, tornaram-se o segundo mais relevante da pauta do estado. As exportações de semimanufaturados retraíram 21,5% (açúcar em bruto, -22,3%) e as de básicos aumentaram 1,2% (mangas, 2,9%).

As vendas externas direcionadas à China, Argentina, Antilhas Holandesas e EUA representaram, em conjunto, 50,7% das exportações do estado em 2015. Destacaram-se as reduções nas vendas de insumos para a fabricação de resina PET para Argentina, Venezuela e Rússia, e de açúcar para Síria, Líbia e EUA.

A trajetória das importações evidenciou retrações de 22,5% nos preços e de 10,9% no *quantum*. Ocorreram recuos em todas as categorias de uso, com ênfase nos decréscimos nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, 54,5% (óleo diesel, -66,1%) e de matérias primas, 11,9% (produtos químicos, -41,5%).

As importações provenientes dos EUA, Itália, China, Argentina e México representaram, em conjunto, 60,4% das compras externas de Pernambuco em 2015. Vale ressaltar as retrações nas compras de óleo diesel e de gases dos EUA, gasolina da Holanda, insumos para a fabricação de resina de politereftalato de etileno (PET) do México e automóveis da Argentina.

A variação do IPCA na RMR atingiu 2,66% no quarto trimestre de 2015, ante 1,03% no terceiro. Houve

Tabela 2.41 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	7 337	5 067	-30,9	-25,2
Bens de capital	921	865	-6,1	-21,2
Matérias-primas	2 275	2 004	-11,9	-21,2
Bens de consumo	967	754	-22,0	-20,6
Duráveis	416	356	-14,5	-26,7
Não duráveis	551	398	-27,8	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	3174	1444	-54,5	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.42 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015			
		I Tr	II Tr	III Tr	IV Tr
IPCA	100,0	2,79	3,30	1,03	2,66
Livres	78,3	2,21	2,66	1,05	3,00
Comercializáveis	39,3	0,95	2,45	1,27	3,18
Não comercializáveis	39,0	3,50	2,89	0,83	2,83
Monitorados	21,7	5,00	5,67	0,98	1,45
Principais itens					
Alimentação	27,5	3,41	4,20	0,67	4,57
Habitação	14,4	4,27	5,62	0,73	1,02
Artigos de residência	5,0	0,80	0,82	3,94	1,59
Vestuário	7,4	-1,35	2,09	-0,77	3,23
Transportes	15,0	4,13	3,17	1,45	2,82
Saúde	12,5	1,54	3,50	1,71	2,20
Despesas pessoais	10,0	2,23	1,92	1,22	2,04
Educação	4,5	6,84	0,21	0,83	0,36
Comunicação	3,6	0,04	1,44	0,68	0,91

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

aceleração dos preços livres, de 1,05% para 3,00% e dos monitorados, de 0,98% para 1,45% (gasolina, 4,80%; plano de saúde, 3,21%). A evolução dos preços livres repercutiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,27% para 3,18% (vestuário, 3,23%; frango, 15,41%; carnes, 5,20%), e dos não comercializáveis de 0,83% para 2,83% (alimentação fora do domicílio, 3,12%; tubérculos, raízes e legumes, 11,89%). O índice de difusão atingiu 73,23% (70,87% no terceiro trimestre e 59,06% no quarto trimestre de 2014).

A inflação da RMR atingiu 10,14% em 2015, ante 6,31% em 2014, com destaque para as variações de preços nos grupos alimentação e bebidas (13,42%), habitação (12,06%) e transportes (12,06%). Houve aceleração nos preços monitorados, de 5,70% para 13,67% (gasolina, 27,14%; energia elétrica residencial, 22,27%; plano de saúde, 12,22%) e dos preços livres, de 6,47% para 9,21%. Nesse segmento, a variação dos preços dos bens não comercializáveis aumentou de 7,80% para 10,40% (alimentação fora do domicílio, 11,33%; tubérculos, raízes e legumes, 39,95%), e a dos comercializáveis, de 5,24% para 8,07% (carne, 17,96%; cuidados pessoais, 8,93%).

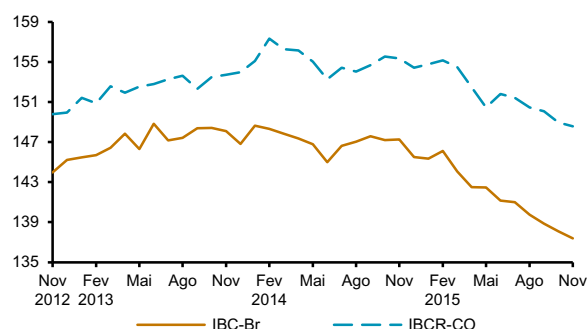
A economia de Pernambuco mostra retração, conforme evidenciado pelas trajetórias recentes do PIB local e do IBCR-PE. Embora alguns indicadores conjunturais apresentem desempenho menos desfavorável no estado do que em âmbito nacional, a recuperação da economia pernambucana nos próximos meses segue condicionada, em especial, pelas expectativas dos agentes econômicos e pela redução dos impactos de eventos não econômicos observados no país. Devem ser considerados, no entanto, os efeitos positivos sobre a cadeia produtiva do estado associados à Refinaria do Nordeste.

Região Centro-Oeste

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

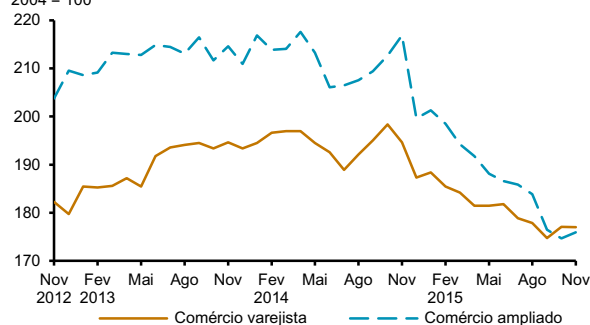


A desaceleração da atividade econômica do Centro-Oeste acentuou-se no trimestre encerrado em novembro, conforme evidenciado pelas trajetórias de indicadores relacionados à indústria de transformação, à construção civil e ao comércio. Essa dinâmica reflete, em grande parte, o impacto do patamar reduzido das expectativas dos agentes econômicos, embora a deterioração das expectativas dos empresários exerça impacto menos intenso na região, em decorrência da menor participação relativa do setor industrial na economia local. Nesse contexto, o IBCR-CO diminuiu 1,3% no período, em relação ao trimestre finalizado em agosto, quando recuara 0,8%, na mesma base de comparação. Considerados períodos de doze meses até novembro, o indicador recuou 2,0% (retração de 0,8% em agosto).

Gráfico 3.2 – Comércio varejista – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

2004 = 100



Fonte: IBGE

As vendas do comércio ampliado na região recuaram 5,2% no trimestre finalizado em novembro, relativamente ao encerrado em agosto, quando decresceram 3,1%, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve retrações em todas as unidades federadas da região: 5,6% no Mato Grosso; 5,3% no Distrito Federal; 5,2% em Goiás; e 3,5% no Mato Grosso do Sul. As vendas do comércio varejista, excluídas as de automóveis, motos, partes e peças, e de materiais de construção, diminuíram 1,8% (Mato Grosso, -3,0%; Mato Grosso do Sul, -2,5%; Distrito Federal, -1,7%; e Goiás, -0,6%), ante recuo de 1,6% no trimestre encerrado em agosto.

A análise em doze meses mostra que as vendas no comércio ampliado diminuíram 11,1% em novembro, ante 6,8% em agosto (Goiás, -13,9%; Distrito Federal, -11,0%; Mato Grosso, -10,4%; Mato Grosso do Sul, -5,1%). As vendas do comércio varejista recuaram 6,7%, no período, destacando-se a redução de 9,6% em Goiás.

A análise das vendas conjuntas do Distrito Federal e Goiás, únicos entes federados da região para os quais são divulgadas informações por atividade, mostra recuos relevantes nas relativas a veículos, motos, partes e

Tabela 3.1 – Índice de vendas no varejo – Agregação para GO e DF^{1/}

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Comércio varejista	0,9	-1,5	-0,5	-8,2
Combustíveis e lubrificantes	3,2	0,7	-0,9	-1,0
Hiper e supermercados	-2,5	-2,1	-0,9	-10,5
Tecidos, vestuário e calçados	0,2	-2,8	-2,9	-8,1
Móveis e eletrodomésticos	-1,6	-4,5	4,2	-17,5
Outros art. de uso pessoal/dom.	14,6	-2,1	-0,2	4,3
Comércio ampliado	-1,6	-3,8	-6,0	-12,8
Veículos e motos, partes e peças	-4,9	-6,3	-14,6	-21,6
Material de construção	-0,9	-2,7	-7,3	-6,6

Fonte: IBGE

1/ GO e DF são os únicos entes federados da região estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 3.2 – Índice de volume de serviços – Agregação para GO e DF^{1/}

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Total	9,5	-2,4	-3,6	-2,7
Serviços prestados às famílias	-1,5	-3,8	-2,7	-2,7
Serviços de informação e comunicação	12,9	-1,6	-4,9	-2,6
Serviços profissionais e administrativos	0,6	-12,7	-10,4	-10,0
Transportes e correio	10,0	1,7	5,0	0,2
Outros serviços	13,3	-0,1	-9,9	-0,2

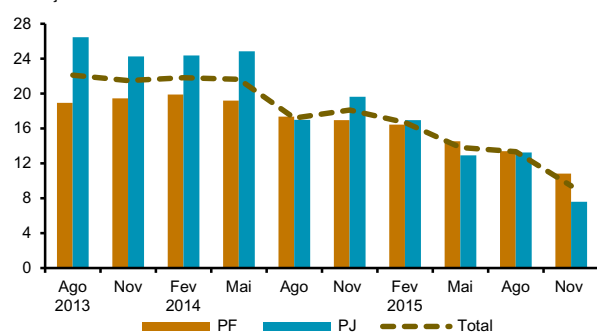
Fonte: IBGE

1/ Goiás e DF são as unidades da região com dados estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

peças (14,6%) e a material de construção (7,3%), no trimestre encerrado em novembro, dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, destacaram-se os recuos nas vendas de veículos, motos, partes e peças (21,6%) e de móveis e eletrodomésticos (17,5%).

As vendas de automóveis e comerciais leves novos na região diminuíram 12,5% no quarto trimestre de 2015, em relação ao trimestre anterior, quando recuaram 11,6%, nesse tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da Fenabreve. Os emplacements retrairam 25,8% no ano.

O volume de serviços da região diminuiu 1,0% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao mesmo período em 2014, conforme a PMS do IBGE. Houve crescimentos de 5,4% no Mato Grosso e de 1,9% no Mato Grosso do Sul, e recuos de 5,3% em Goiás e de 2,5% no Distrito Federal.

Na mesma base de comparação, a análise do volume de serviços de Goiás e Distrito Federal, unidades da federação da região para as quais existem estatísticas estratificadas, revela contrações nos segmentos serviços profissionais, administrativos e complementares (10,4%), outros serviços (9,9%) e serviços de informação e comunicação (4,9%), contrastando com o aumento de 5,0% no segmento transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio.

O volume de serviços acumulado em doze meses na região decresceu 2,5% em novembro (-1,6% em agosto), em relação a igual período de 2014. Houve retrações em Goiás (4,4%), no Mato Grosso (4,2%) e no Distrito Federal (1,5%), e crescimento de 0,9% no Mato Grosso do Sul.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no Centro-Oeste totalizaram R\$327,1 bilhões em novembro, com crescimento de 1,4% no trimestre e de 9,4% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados atingiram R\$191,8 bilhões, com acréscimos respectivos de 1,7% e 11,4%, e os contratados com recursos livres somaram R\$135,3 bilhões, aumentando 1,0% no trimestre e 6,7% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas atingiu R\$185,8 bilhões em novembro, com aumentos de 1,9% no trimestre, impulsionado pelas modalidades crédito rural, financiamento imobiliário e crédito consignado, e de 10,8% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas, impulsionada no trimestre por empréstimos para empresas do setor elétrico e para a

administração pública, totalizou R\$141,3 bilhões, elevando-se 0,9% no trimestre e 7,6% em doze meses.

A taxa de inadimplência das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu 3,16% em novembro, aumentando 0,25 p.p. no trimestre e 0,64 p.p. em doze meses. O desempenho trimestral repercutiu aumentos de 0,28 p.p. no segmento de pessoas jurídicas e de 0,24 p.p. no de pessoas físicas, nos quais a inadimplência atingiu 2,82% e 3,43%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o Centro-Oeste totalizaram R\$4,9 bilhões no trimestre encerrado em dezembro (redução de 18,9% em relação a igual período de 2014) e R\$12,9 bilhões em 2015 (retração anual de 40,3%). A retração refletiu, em grande parte, o desembolso de parte do financiamento da barragem de Belo Monte ao longo de 2014.

O mercado de trabalho do Centro-Oeste registrou a eliminação de 48,5 mil empregos formais no trimestre finalizado em novembro (-18 mil no mesmo trimestre de 2014), de acordo com o Caged/MTPS. Houve cortes em todas as atividades, destacando-se as registradas na indústria de transformação, 18,2 mil, dos quais 8,2 mil no setor de biocombustíveis; na construção civil, 13,3 mil; na agropecuária, 7,6 mil; e no setor de serviços, 6,9 mil. O nível do emprego na região retraiu 1,0% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando recuara 0,8%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da região atingiu 7,5% no terceiro trimestre, de acordo com a PNADC do IBGE, elevando-se 2,1 p.p. em relação a igual período de 2014 e situando-se em patamar 1,4 p.p. inferior ao observado no país. A massa de rendimento real habitualmente recebida diminuiu 1,5% no trimestre (-0,1% na média nacional).

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Centro-Oeste atingiu R\$3,4 bilhões nos nove primeiros meses de 2015 (R\$1,4 bilhão no mesmo período de 2014). Esse resultado refletiu, fundamentalmente, a expansão de R\$2,4 bilhões no *superavit* dos governos estaduais e a reversão, de *superavit* de R\$258 milhões para *deficit* de R\$176 milhões, no âmbito dos governos das capitais.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizam R\$2,5 bilhões e o resultado nominal, *superavit* de

Tabela 3.3 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-18,0	-57,8	3,9	-5,3	-48,5
Indústria de transformação	-8,7	-12,4	1,8	-7,7	-18,2
Comércio	9,8	-10,4	-3,1	-5,9	-1,7
Serviços	6,5	-11,3	9,6	2,1	-6,9
Construção civil	-17,0	-21,7	-4,2	-2,6	-13,3
Agropecuária	-8,3	-1,2	-0,7	8,3	-7,6
Outros ^{2/}	-0,4	-0,8	0,5	0,4	-0,8

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, serv. ind. de utilidade pública e administração pública.

Tabela 3.4 – Necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Total	-1 417	-3 396	1 747	2 531
Governos estaduais	-1 091	-3 501	1 772	2 552
Capitais	-258	176	4	26
Demais municípios	-69	-71	-29	-48

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 3.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
	2014	Nominal		Outros ^{3/}		2015
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}		Set
Total	28 596	-3 396	2 531	-865	2 339	30 070
Governos estaduais	30 086	-3 501	2 552	-950	2 232	31 369
Capitais	-209	176	26	203	73	67
Demais municípios	-1 282	-71	-48	-118	34	-1 366

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 3.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Dezembro de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
DF	2 142	479	605	4 424	603	914
GO	16 021	-849	541	16 270	-1 314	521
MS	6 780	80	735	7 045	-1 334	-287
MT	3 653	104	498	3 783	-1 128	-533
Total (A)	28 596	-185	2 380	31 522	-3 173	616
Brasil^{4/} (B)	655 704	10 713	67 433	793 064	-11 900	85 611
(A/B) (%)	4,4	-1,7	3,5	4,0	26,7	0,7

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 3.7 – Produção agrícola – Centro-Oeste
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2014	2015	
Grãos	83,9	82 992	89 851	8,3
Algodão (caroço)	7,2	1 719	1 649	-4,1
Feijão	1,5	694	702	1,2
Milho	13,8	36 077	41 346	14,6
Soja	59,7	41 990	43 813	4,3
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	12,0	131 389	131 054	6,0
Tomate	0,9	1 398	1 097	-18,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

R\$865 milhões (R\$1,7 bilhão e *deficit* de R\$329 milhões, respectivamente, nos nove primeiros meses de 2014).

A arrecadação do ICMS atingiu R\$27,1 bilhões nos nove primeiros meses de 2015, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, com recuo real de 1,0% em relação ao mesmo período de 2014, considerado o IGP-DI como deflator.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Centro-Oeste somou R\$30,1 bilhões em setembro de 2015 (4,0% da dívida total das regiões), variando 5,2% em relação a dezembro de 2014. As dívidas renegociadas/reestruturadas pela União, as dívidas bancária e externa, e a posição credora em disponibilidades líquidas representaram, na ordem, 64,1%, 61,5% e 23,6% do endividamento líquido, no período.

Considerados dados consolidados, os governos dos estados, capitais e principais municípios do Centro-Oeste acumularam *superavit* primário de R\$3,2 bilhões em 2015, com destaque para os *superavits* de R\$1,3 bilhão no Mato Grosso do Sul e em Goiás e para o *deficit* de R\$603 milhões no Distrito Federal. Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$3,8 bilhões e o resultado nominal, *deficit* de R\$616 milhões. A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios da região somou R\$31,5 bilhões em dezembro, variando 10,2% em relação a dezembro de 2014 e representando 4,0% do total nacional (4,4% em dezembro de 2014).

A safra de grãos do Centro-Oeste totalizou 89,9 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE. O aumento anual de 8,3% refletiu crescimentos das safras de milho, segunda maior em termos de valor da produção (14,6%), soja (4,3%), arroz (2,5%) e feijão (1,2%). Em relação às demais culturas, destaca-se a expansão de 6,0% na produção de cana-de-açúcar e o recuo de 18,3% na de tomate.

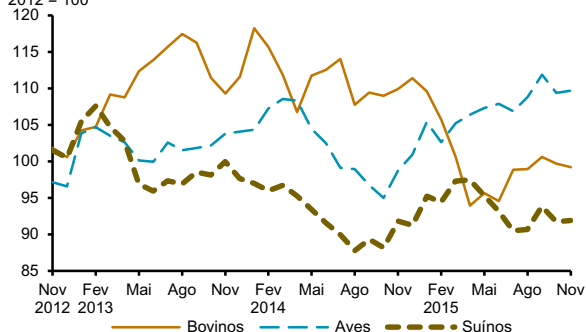
A produção de grãos da região deverá recuar 1,6% em 2016, conforme o terceiro prognóstico de safra realizado pelo IBGE em dezembro. Essa estimativa reflete projeções de redução nas safras de milho (8,2%), feijão (16,4%) e algodão (1,9%), e de crescimento na de soja (4,9%).

O abate de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (95% do total na região) recuou 11,2% nos onze primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo de 2014, reflexo de contrações em Goiás (13,7%), no Mato

Gráfico 3.4 – Abates de animais – Centro-Oeste

Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: Mapa

Gráfico 3.5 – Indicador boi gordo

ESALQ/BM&FBovespa

R\$/arroba – Valor à vista

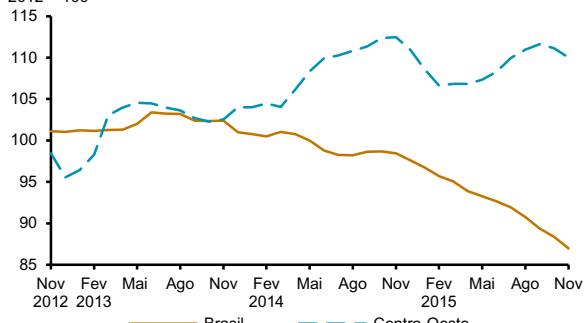


Fonte: Cepea/ESALQ

Gráfico 3.6 – Produção industrial – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 3.8 – Produção industrial – Agregação para**GO e MT^{1/}**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{2/} 2015	Variação % trimestral		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	3,4	-0,9	-0,4
Indústrias de transformação	94,6	3,6	-1,1	-0,2
Produtos alimentícios	56,4	2,6	1,8	1,2
Prod. miner. não-metálicos	4,1	-7,7	-2,6	-15,4
Metalurgia	2,7	-7,8	8,9	1,1

Fonte: IBGE

1/ GO e MT são os únicos entes federados da região estratificados pelo IBGE.

2/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

3/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Grosso (11,7%) e no Mato Grosso do Sul (8,6%). Limitações no âmbito da oferta contribuíram para que as cotações da arroba do boi gordo aumentassem 16,4% no período. Os abates de aves variaram 7,7% e os de suínos, -3,8%. As exportações de carne de bovinos, aves e suínos recuaram 22,6%, 25,0% e 14,5%, respectivamente, no período.

A produção industrial no Centro-Oeste, consideradas estatísticas agregadas de Goiás e Mato Grosso, únicos estados da região incluídos na PIM-PF do IBGE, decresceu 0,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia expandido 3,4% nesse tipo de comparação, dados dessazonalizados. A produção da indústria de transformação recuou 1,1% (minerais não metálicos, -2,6%; metalurgia, 8,9%; alimentos, 1,8%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção da indústria da região retraiu 0,4% em novembro, em relação a igual intervalo de 2014 (expansão de 2,6% em agosto). A indústria extrativa recuou 6,5%, influenciada pela redução na extração de amianto e de minérios de cobre, e a de transformação, 0,2%. Nesse segmento, destacaram-se as reduções nas atividades veículos, 21,9%; produtos farmacêuticos, 19,9%; e minerais não-metálicos, 15,4% (destacando-se os recuos na produção de cimentos “Portland”, telhas de cerâmica e misturas betuminosas), e os aumentos na produção de biocombustíveis, 20,0%; e de produtos alimentícios, 1,2%.

O Icei de Goiás, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), atingiu 39 pontos em dezembro (38,4 pontos em setembro de 2015 e 46,7 pontos em dezembro de 2014), mantendo-se na zona indicativa de pessimismo pelo décimo sétimo mês consecutivo. A trajetória trimestral refletiu aumentos de 2,0 pontos no Índice de Condições Atuais e de 0,6 ponto no Indicador de Expectativas.

O Icei de Mato Grosso, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), atingiu 36,0 pontos em dezembro (38,3 pontos em setembro de 2015 e 45,2 pontos em dezembro de 2014) permanecendo na área de pessimismo nos últimos vinte e um meses. O desempenho no trimestre repercutiu retrações de 2,6 pontos no Indicador de Expectativas e de 1,6 ponto no Índice de Condições Atuais.

O indicador de expectativas de demanda da Sondagem Industrial da CNI para o Centro-Oeste atingiu 46,4 pontos em dezembro (48,2 pontos em setembro e 49,6

pontos em dezembro de 2014). O Indicador de Estoques, evidenciando patamar inferior ao desejado, situou-se em 42,9 pontos em dezembro (50,4 pontos em setembro e 44,2 pontos em dezembro de 2014).

O *superavit* da balança comercial do Centro-Oeste atingiu US\$14,7 bilhões em 2015, mantendo-se estável em relação ao de 2014, de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$24 bilhões e as importações, US\$9,3 bilhões, com recuos respectivos de 12,4% e de 26,6%.

O desempenho das exportações repercutiu variações de -18,3% nos preços e de 7,2% no *quantum*. Houve recuos nas vendas dos produtos básicos, 12,9% (soja, -19,0%; carne de bovino, -19,6%; farelo de soja, -12,6%) e de semimanufaturados, 11,3% (couros e peles, -30,0%; ferroligas, -23,3% e ouro não monetário, -16,5%), e aumento de 1,8% nas de manufaturados (medicamentos para medicina humana e veterinária, 129%; papel e cartão, 87,7%; consumo de bordo – combustíveis e lubrificantes, -32,9%; pulverizadores para agricultura, -65,9%). Os embarques destinados à China, Holanda, Vietnã, Indonésia, Irã e Coreia do Sul representaram, em conjunto, 52,0% das exportações do Centro-Oeste em 2015. Destaque para as reduções nas vendas de soja para a China, Holanda e EUA, de carne de bovinos para a Rússia, Hong Kong e Venezuela, e de farelo de soja para a Holanda.

A evolução das importações repercutiu decréscimos de 12,5% nos preços e de 16,1% no *quantum*. Houve recuos nas compras em todas categorias de uso: bens de capital, 47,8% (equipamentos móveis de transporte, -69,0%); matérias-primas e produtos intermediários, 23,6% (matérias-primas para agricultura, -20,9%); combustíveis e lubrificantes, 33,9% (gás natural, -34,3%); bens de consumo duráveis, -31,1% (veículos de passageiros, -38,7%); e bens de consumo não duráveis, -6,8% (produtos alimentícios, -25,3%). As importações provenientes da Bolívia, EUA, China, Alemanha e Coreia do Sul representaram 57,0% das compras externas da região em 2015. Sobressaíram as reduções nas aquisições de automóveis da Coreia do Sul e do Japão; de matérias-primas elaboradas para agricultura da Rússia e Belarus; de maquinaria industrial dos EUA e China; e de gás natural da Bolívia.

O IPCA do Centro-Oeste, que agrega os indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande, variou 3,34% no quarto trimestre de 2015, ante 1,42% no terceiro, evolução decorrente de acelerações dos preços livres, de 0,75% para 3,05%, e dos monitorados, de 3,53% para 4,23%.

Tabela 3.9 – Exportação por fator agregado

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	27 353	23 972	-12,4	-15,1
Básicos	23 059	20 084	-12,9	-20,4
Industrializados	4 294	3 888	-9,5	-10,0
Semimanufaturados	3 686	3 269	-11,3	-9,0
Manufaturados ^{1/}	608	619	1,8	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 3.10 – Importação por categoria de uso

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	12 700	9 318	-26,6	-25,2
Bens de capital	1 244	649	-47,8	-21,2
Matérias-primas	4 695	3 587	-23,6	-21,2
Bens de consumo	2 959	2 569	-13,2	-20,6
Duráveis	774	533	-31,1	-26,7
Não duráveis	2 185	2 036	-6,8	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	3 801	2 513	-33,9	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 3.11 – IPCA – Centro-Oeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2014	2015		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,00	6,81	1,42	3,34	10,37
Livres	75,19	7,01	0,75	3,05	7,85
Comercializáveis	33,93	6,11	1,53	3,23	8,34
Não comercializáveis	41,26	7,75	0,13	2,90	7,45
Monitorados	24,81	6,09	3,53	4,23	18,88
Principais itens					
Alimentos e bebidas	23,54	8,78	-0,06	5,03	12,30
Habitação	16,53	8,66	3,97	2,69	18,99
Artigos de residência	4,34	5,38	1,90	1,02	4,41
Vestuário	5,89	5,02	0,60	2,79	4,71
Transportes	19,62	4,47	1,38	5,27	8,54
Saúde	10,25	7,26	1,78	1,82	8,36
Despesas pessoais	11,10	7,74	1,62	1,44	9,29
Educação	4,52	9,94	0,62	0,85	9,03
Comunicação	4,22	-0,59	0,28	2,28	2,24

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

Destacaram-se as variações nos grupos transportes (5,27%), alimentação e bebidas (5,03%), vestuário (2,79%) e habitação (2,69%).

A evolução dos preços livres refletiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,53% para 3,23% (açúcar cristal, 42,32%; etanol, 17,38%; carnes, 4,58%); e dos não comercializáveis, de 0,13% para 2,90% (tubérculos, raízes e legumes, 32,21%; passagem aérea, 26,69%; e serviços pessoais, 1,82%). O aumento da variação dos preços monitorados foi impulsionado, em grande parte, pelas variações de preços nos itens gás de botijão (10,17%), ônibus urbano (9,95%) e gasolina (6,81%). O índice de difusão atingiu 67,0% no quarto trimestre de 2015 (61,9% no terceiro e 61,4% em igual período de 2014).

O IPCA do Centro-Oeste variou 10,37% em 2015, ante 6,81% em 2014, patamar 0,30 p.p. inferior à variação do indicador nacional. A aceleração repercutiu, em especial, o aumento de 6,09% para 18,88% na variação dos preços monitorados (energia elétrica residencial, 50,09%; gás de botijão, 30,33%, ônibus urbano, 22,76%). A variação dos preços livres atingiu 7,85% (7,01% em 2014), com aceleração dos preços dos produtos comercializáveis (de 6,11% para 8,34%) e desaceleração dos preços dos não comercializáveis (de 7,75% para 7,45%).

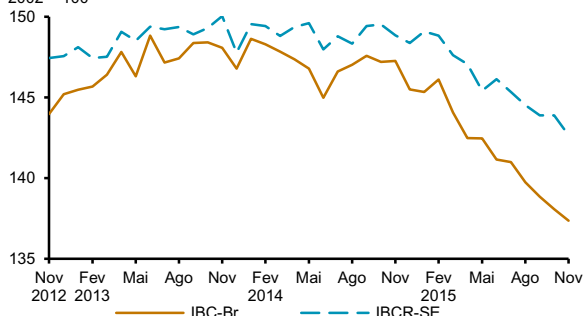
A desaceleração da atividade econômica na região Centro-Oeste refletiu, em especial, a reversão do desempenho da indústria de transformação, impactado pelo recuo acentuado na produção de automóveis, e a retração acentuada nas vendas do comércio ampliado, em ambiente de retração da renda disponível dos consumidores. Embora persistam perspectivas positivas para o setor agrícola da região, em cenário de depreciação cambial e de projeções de aumento para a produção de soja, a dinâmica da economia da região nos próximos trimestres está condicionada à evolução da crise de expectativas e do processo de ajuste macroeconômico em curso no país.

Região Sudeste

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.1 – Comércio varejista – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014 Ano	2015 Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	1,8	-1,6	0,1	-2,7
Combustíveis e lubrificantes	0,0	-1,8	-4,4	-6,6
Hiper e supermercados	1,7	-1,0	1,4	-1,4
Tecidos, vestuário e calçados	-3,5	-3,9	-2,8	-8,5
Móveis e eletrodomésticos	-1,4	-4,7	2,8	-12,3
Comércio ampliado	-3,6	-1,6	-1,8	-6,6
Automóveis e motocicletas	-15,9	0,0	-4,1	-15,1
Material de construção	-2,2	-2,9	-5,4	-8,9

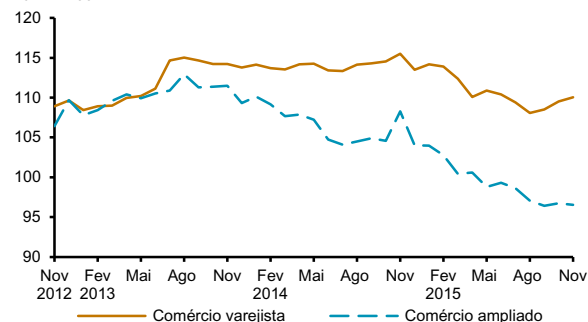
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.2 – Comércio varejista – Sudeste

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

O processo de retração da economia do Sudeste persistiu nos últimos meses de 2015, conforme evidenciado pelas trajetórias de indicadores do comércio varejista, do mercado de trabalho e da atividade industrial. Nesse contexto, o IBCR-SE recuou 1,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando decrescera 0,9%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 2,0% em novembro e 1,0% em agosto.

As vendas do comércio ampliado diminuíram 1,8% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando haviam recuado 1,6%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Esse resultado refletiu retrações das vendas em oito dos dez segmentos pesquisados (material de construção, -5,4%; livros, jornais, revistas e papelaria -5,3%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -4,6%; combustíveis e lubrificantes, -4,4%). O comércio varejista, excluídas as reduções nas vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças (4,1%), cresceu 0,1% no trimestre encerrado em novembro (-1,6% no finalizado em agosto).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 6,6% em novembro, ante 5,6% em agosto (veículos, motos, partes e peças, -15,1%; móveis e eletrodomésticos, -12,3%; livros, jornais, revistas e papelaria, -10,6%; material de construção, -8,9%). O comércio varejista recuou 2,7% e 1,4% nos períodos considerados.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves no Sudeste recuaram 6,0% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao terminado em setembro, quando decresceram 4,2%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabreve. Os emplacamentos retraíram 24,2% em 2015.

Tabela 4.2 – Volume de serviços – Sudeste

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

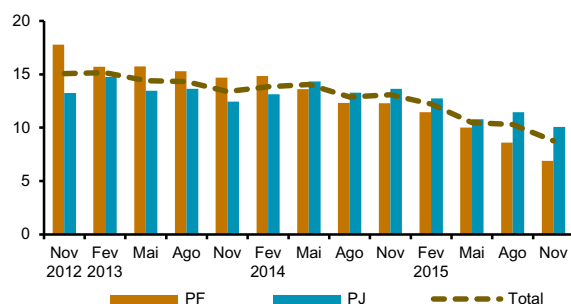
Segmentos	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	2,1	-3,2	-5,7	-2,8
Serviços prestados às famílias	-2,7	-4,7	-5,6	-5,0
Serviços de informação e comunicação	4,6	0,3	-2,2	0,8
Serviços profissionais e administrativos	0,3	-1,8	-5,8	-2,1
Transportes e correio	2,8	-6,8	-8,9	-6,0
Outros serviços	-3,7	-10,2	-11,0	-9,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 4.3 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Variação em 12 meses – %



¹/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.3 – Desembolsos do BNDES – Sudeste

Discriminação	Var. % acum. 12 meses				2015	
	2012	2013	2014	2015	R\$ milhões	Part. (%)
Sudeste	6,2	20,2	2,8	-33,2	59 715	44
Brasil	12,3	22,1	-1,4	-27,6	135 942	100

Fonte: BNDES

Tabela 4.4 – Evolução do emprego formal – Sudeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-11,2	-355,6	-66,1	-191,4	-244,9
Indústria de transformação	-47,2	-74,1	-60,8	-102,7	-88,4
Comércio	79,1	-83,2	-24,7	-29,6	16,2
Serviços	45,3	-71,3	2,5	-59,7	-62,3
Construção civil	-30,3	-63,1	-30,2	-34,2	-63,4
Agropecuária	-57,5	-49,7	50,0	40,5	-42,0
Serv. industr. de utilidade pública	-0,3	-1,8	-1,0	-3,2	-2,2
Outros ^{2/}	-0,3	-12,5	-2,0	-2,4	-2,8

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

O volume do setor de serviços do Sudeste recuou 5,7% no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual período de 2014 (outros serviços, -11,0%; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, -8,9%; serviços profissionais, administrativos e complementares, -5,8%), de acordo com a PMS, do IBGE. Considerados períodos de doze meses, o indicador decresceu 2,8% em novembro, ante recuo de 0,9% em agosto (outros serviços, -9,7%; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, -6,0%; serviços prestados às famílias, -5,0%).

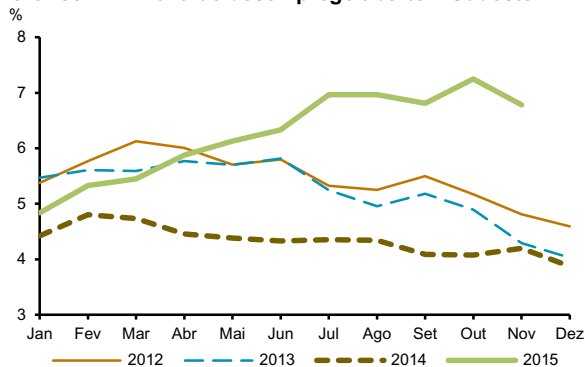
As operações de crédito superiores a R\$1 mil na região somaram R\$1.708,0 bilhões em novembro, com elevações de 1,7% no trimestre e de 8,8% em doze meses. As contratações com recursos direcionados totalizaram R\$813,6 bilhões, implicando aumentos respectivos de 2,0% e 12,4%, e as efetuadas com recursos livres atingiram R\$894,4 bilhões, variando 1,4% no trimestre e 5,7% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$689,1 bilhões, elevando-se 1,1% no trimestre e 6,9% em doze meses, com destaque para a modalidade financiamentos imobiliários. A carteira de pessoas jurídicas, impulsionada pelas modalidades financiamentos rurais e os financiamentos à exportação, totalizou R\$1.018,9 bilhões, com variações respectivas de 2,1% e 10,1%.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 2,9% em novembro, aumentando 0,1 p.p. no trimestre e 0,3 p.p. em doze meses. O desempenho trimestral refletiu expansão de 0,2 p.p. no segmento de pessoas físicas e estabilidade no de pessoas jurídicas, que registraram inadimplência de 4,1% e 2,0%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para a região totalizaram R\$17,3 bilhões no trimestre encerrado em dezembro (recuo de 34,7% em relação a igual período de 2014) e R\$59,7 bilhões em 2015 (decréscimo anual de 33,2%).

O mercado de trabalho do Sudeste registrou a eliminação de 244,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (-11,2 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTPS, com destaque para os cortes na indústria de transformação, 88,4 mil; na construção civil, 63,4 mil, e no setor de serviços, 62,3 mil. A criação de 16,2 mil empregos no comércio, em período sazonal favorável, representou 20,5% das contratações efetuadas pelo segmento em igual intervalo de 2014. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal do Sudeste recuou 1,3% no trimestre encerrado em novembro,

Gráfico 4.4 – Taxa de desemprego aberto – Sudeste

Fonte: IBGE

Tabela 4.5 – Necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014 Jan-set	2015 Jan-set	2014 Jan-set	2015 Jan-set
Total	-4 139	-11 665	28 364	47 283
Governos estaduais	1 095	-8 123	22 379	38 064
Capitais	-4 278	-3 083	5 934	9 116
Demais municípios	-955	-459	51	103

^{1/} Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.**Tabela 4.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/} 2015
		2014	Nominal	Outros ^{3/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}	Set	
Total	485 365	-11 665	47 283	35 618	31 043	552 026
Gov. estaduais	397 934	-8 123	38 064	29 942	27 189	455 064
Capitais	86 099	-3 083	9 116	6 033	3 127	95 259
Demais municípios	1 332	-459	103	-356	727	1 703

^{1/} Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.^{2/} A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.^{3/} Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.^{4/} O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.**Tabela 4.7 – Dívida líquida – Sudeste^{1/}**

Composição

Região Sudeste	R\$ milhões		
	2013 Dez	2014 Dez	2015 Set
Dívida bancária	28 686	50 130	65 018
Renegociação ^{2/}	380 342	394 794	418 522
Dívida externa	29 436	43 032	67 294
Outras dívidas junto à União	15 863	15 029	13 955
Dívida reestruturada	896	985	1 469
Disponibilidades líquidas	-24 208	-18 605	-14 230
Total (A)	431 014	485 365	552 026
Brasil^{3/} (B)	578 634	655 704	750 920
(A/B) (%)	74,5	74,0	73,5

^{1/} Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.^{2/} Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.^{3/} Refere-se à soma de todas as regiões.

em relação ao finalizado em agosto, quando declinara 1,1%, na mesma base de comparação.

A taxa média de desemprego do Sudeste, consideradas as regiões metropolitanas de São Paulo (RMSP), Rio de Janeiro (RMRJ) e Belo Horizonte (RMBH), atingiu 6,9% no trimestre finalizado em novembro, de acordo com a PME do IBGE. O aumento de 2,8 p.p. em relação a igual período de 2014 refletiu redução de 2,8% na população ocupada e elevação de 0,2% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real contraíram 6,9% e 9,5%, respectivamente, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego atingiu 7,3% no trimestre encerrado em novembro (6,5% em agosto).

A taxa de desemprego da região, mensurada pela PNADC, do IBGE, atingiu 9,0% no trimestre encerrado em setembro, ante 6,9% em igual período de 2014, reflexo de variações de -0,1% da população ocupada e de 2,3% da PEA. O rendimento real médio habitual aumentou 1,7% e a massa salarial, 1,4%, no período.

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sudeste totalizou R\$11,7 bilhões nos nove primeiros meses de 2015 (R\$4,1 bilhões em igual período de 2014). Os *superavits* das capitais e dos demais municípios recuaram 27,9% e 52,0%, respectivamente, e o resultado dos estados apresentou reversão de *deficit* de R\$1,1 bilhão para *superavit* de R\$8,1 bilhões.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$47,3 bilhões no período (R\$28,4 bilhões nos nove primeiros meses de 2014), com expansões respectivas de 70,1%, 53,6% e 100,7% nos governos estaduais, das capitais e dos demais municípios. O *deficit* nominal atingiu R\$35,6 bilhões (R\$24,2 bilhões em igual período de 2014).

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sudeste totalizou R\$552,0 bilhões em setembro de 2015 (73,5% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país), aumentando 13,7% em relação a dezembro de 2014.

Considerados dados consolidados, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Sudeste registraram *superávit* primário de R\$7,5 bilhões em 2015. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$74,7 bilhões e o *deficit* nominal, R\$67,3 bilhões (33,6% superior ao de dezembro de 2014). O endividamento líquido

Tabela 4.8 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Dezembro de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário Nominal ^{3/}			Primário Nominal ^{3/}	
ES	1 394	504	684	1 524	-268	56
MG	89 370	-3 140	5 647	109 568	-999	13 320
RJ	96 738	7 182	14 939	128 690	4 175	18 293
SP	297 864	3 447	29 094	343 241	-10 368	35 619
Total (A)	485 365	7 994	50 364	583 023	-7 459	67 288
Brasil^{4/} (B)	655 704	10 713	67 433	793 064	-11 900	85 611
(A/B) (%)	74,0	74,6	74,7	73,5	62,7	78,6

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 4.9 – Produção agrícola – Sudeste
Itens selecionados

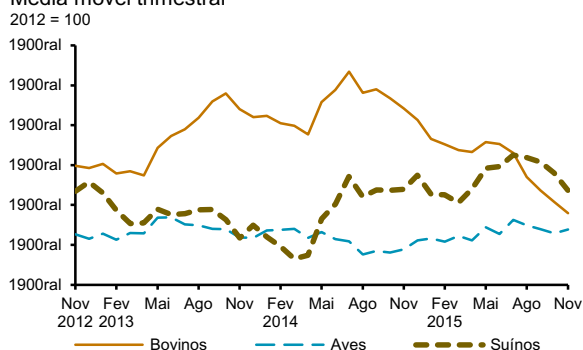
Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2014	2015	
Grãos		18 436	19 349	5,0
Arroz (em casca)	0,1	103	83	-19,4
Feijão	1,7	784	712	-9,2
Milho	6,6	11 020	11 286	2,4
Soja	7,5	5 055	5 753	13,8
Outras lavouras				
Café	20,4	2 446	2 234	-8,7
Banana	2,8	2 194	2 373	8,2
Cana-de-açúcar	37,2	481 278	492 204	2,3
Laranja	6,0	13 345	12 840	-3,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Gráfico 4.5 – Abates de animais – Sudeste
Média móvel trimestral



Fonte: Mapa

dos três segmentos subnacionais da região totalizou R\$583 bilhões em dezembro (73,5% do total dos estados, capitais e principais municípios do país), elevando-se 20,1% em relação a dezembro de 2014.

A safra de grãos do Sudeste somou 19,3 milhões de toneladas em 2015 (9,2% da produção nacional), de acordo com o LSPA/IBGE de dezembro. A elevação anual de 5,0% repercutiu, principalmente, os aumentos nas colheitas da segunda safra de milho (15,4%) e de soja (13,8%). Em relação às demais culturas, destacaram-se a expansão de 2,3% na produção de cana-de-açúcar e os recuos das safras de laranja (3,8%) e de café (8,7%), esta última impactada pelos efeitos da estiagem sobre a cultura capixaba.

A produção regional de grãos deverá aumentar 2,9% em 2016, de acordo com o terceiro prognóstico divulgado pelo IBGE, em dezembro, com destaque para as projeções de crescimentos para as safras de soja (15,4%), de trigo (12,6%) e de feijão (8,8%), e de retração de 4,4% para a de milho.

Os abates de suínos, aves e bovinos, realizados em estabelecimentos inspecionados pelo SIF, variaram 8,2%, 2,7% e -13,7%, respectivamente, nos onze primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com o Mapa. A evolução favorável dos abates de suínos e de aves repercutiu, em parte, a elevação do consumo interno, estimulado pelo aumento dos preços da carne bovina, impactados por restrições de oferta. A redução dos abates de bovinos foi condicionada, adicionalmente, pelo recuo da demanda externa.

A produção industrial do Sudeste recuou 4,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando decrescera 2,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional, do IBGE. A produção da indústria extrativa contraiu 6,0% e a da indústria de transformação, 4,1% (veículos automotores, reboques e carrocerias, -11,9%; produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, -10,4%; coque, derivados de petróleo e de biocombustíveis, -8,2%;).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial da região decresceu 8,5% em novembro, em relação a igual período de 2014, após retração de 6,8% em agosto (veículos automotores, reboques e carrocerias, -24,8%; equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, -24,4%; produtos têxteis, -17,0%; máquinas e equipamentos, -15,3%).

Tabela 4.10 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-2,7	-4,2	-8,5
Indústrias extrativas	13,6	-0,7	-6,0	5,1
Indústrias de transformação	86,4	-3,0	-4,1	-10,3
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	-10,9	-11,9	-24,8
Produtos alimentícios	12,7	-0,1	-0,9	-6,1
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	-1,0	-8,2	-6,7
Metalurgia	7,1	-3,4	-3,4	-6,4
Outros produtos químicos	5,8	0,2	-1,3	-6,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 4.11 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	116 088	94 442	-18,6	-15,1
Básicos	46 732	32 863	-29,7	-20,4
Industrializados	69 356	61 579	-11,2	-10,0
Semimanufaturados	15 684	14 060	-10,4	-9,0
Manufaturados ^{1/}	53 672	47 519	-11,5	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.12 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	124 378	94 819	-23,8	-25,2
Bens de capital	29 298	23 600	-19,4	-21,2
Matérias-primas	55 575	44 915	-19,2	-21,2
Bens de consumo	19 987	16 583	-17,0	-20,6
Duráveis	9 098	7 167	-21,2	-26,7
Não duráveis	10 890	9 416	-13,5	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	19 518	9 721	-50,2	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

O Ipei do Sudeste, calculado pela CNI, atingiu 33,3 pontos em dezembro, situando-se pelo oitavo trimestre abaixo da linha de indiferença (32,6 pontos em setembro e 42,6 pontos em dezembro de 2014). A expansão trimestral refletiu elevações respectivas de 1,0 ponto e 0,6 ponto nos componentes que avaliam as condições atuais e as expectativas.

O indicador de expectativas da Sondagem Industrial da CNI para o Sudeste atingiu 40,5 pontos em novembro, permanecendo pelo oitavo trimestre na zona de pessimismo (40,8 pontos em agosto e 44,2 pontos em novembro de 2014). O indicador de estoques, evidenciando patamar superior ao considerado adequado, totalizou 51,2 pontos (52,7 pontos em agosto e 51,9 pontos em novembro de 2014).

O *deficit* da balança comercial do Sudeste totalizou US\$377,6 milhões em 2015, ante US\$8,3 bilhões em 2014. As exportações atingiram US\$94,4 bilhões e as importações, US\$94,8 bilhões, recuando 18,6% e 23,8%, respectivamente, no período.

O desempenho das exportações repercutiu variações de -23,8% nos preços e de 6,8% no *quantum*. Houve retrações nas vendas de produtos básicos, 29,7% (minérios de ferro, -43,8%; óleos brutos de petróleo, -28,0%), de manufaturados, 11,5% (óleos combustíveis, -62,0%; máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração, etc., -34,4%) e de semimanufaturados, 10,4% (açúcar de cana em bruto, -22,9%). As vendas externas da região para os EUA, China, Argentina, Holanda e Chile representaram, em conjunto, 48,2% do total no período, destacando-se as reduções nas direcionadas para o Chile (28,1%) e para a Holanda (21,9%).

O comportamento das importações, resultante de retrações de 9,5% nos preços e de 15,7% no *quantum*, foi impactado pela diminuição das compras em todas as categorias de uso, com destaque para combustíveis e lubrificantes, 50,2%, e matérias-primas e bens intermediários, 19,2% (naftas, -69,8%; circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, -33,2%; partes e peças para veículos automóveis e tratores, -29,9%). As importações provenientes dos EUA, China, Alemanha, Argentina e França representaram, em conjunto, 50,6% do total adquirido pela região em 2015, com destaque para os recuos nas originárias da Argentina (29,2%) e da Alemanha (23,1%).

A inflação no Sudeste, considerada a média ponderada das variações do IPCA nas regiões metropolitanas

Tabela 4.13 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2014	2015		
		Ano	III Tri	IV Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,37	1,44	2,68	10,56
Livres	74,7	6,97	1,04	2,58	8,09
Comercializáveis	32,6	6,18	1,28	3,01	7,72
Não comercializáveis	42,1	7,59	0,86	2,25	8,37
Monitorados	25,3	4,48	2,65	2,97	18,57
Principais itens					
Alimentação	23,4	8,27	1,00	3,64	11,06
Habitação	16,3	7,53	3,40	1,96	19,36
Artigos de residência	4,0	5,53	0,69	1,22	4,76
Vestuário	5,6	4,20	0,83	2,24	4,13
Transportes	19,0	4,01	0,35	4,35	10,09
Saúde	11,5	7,06	2,17	1,97	8,27
Despesas pessoais	11,4	8,53	1,73	1,66	9,28
Educação	4,8	8,53	1,21	0,47	9,66
Comunicação	4,0	-2,12	0,38	1,92	1,79

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória (RMV), atingiu 2,68% no quarto trimestre do ano (1,44% no terceiro), com acelerações dos preços livres, de 1,04% para 2,58%, e dos monitorados, de 2,65% para 2,97%, destacando-se, neste segmento, a elevação de 10,85% no preço da gasolina.

A dinâmica dos preços livres refletiu acelerações dos preços dos bens não comercializáveis, de 0,86% para 2,25% (passagens aéreas, 35,33%; tubérculos, 12,73%; hortaliças e verduras, 10,67%; e frutas, 10,32%), e dos comercializáveis, de 1,28% para 3,01% (óculos e lentes, 27,42%; etanol, 13,28%; açúcares e derivados, 9,75%; carnes, 4,62%). O índice de difusão médio atingiu 68,3% no quarto trimestre do ano (61,4% no terceiro).

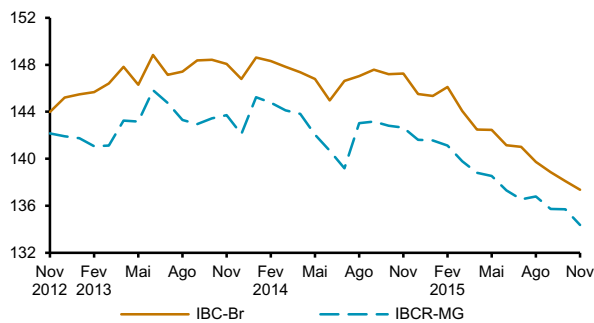
A inflação do Sudeste atingiu 10,56% em 2015, ante 6,37% em 2014. O aumento decorreu de acelerações dos preços livres, de 6,97% para 8,09%, e dos monitorados, de 4,48% para 18,57% (energia elétrica residencial, 57,84%; gasolina, 20,37%). A evolução dos preços livres repercutiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 6,18% para 7,72% (carnes, 10,97%; cuidados pessoais, 9,03%; panificados, 9,59%), e dos não comercializáveis, de 7,59% para 8,37% (alimentação fora do domicílio, 9,42%; mensalidades escolares, 9,20%; serviços pessoais, 8,14%).

A atividade econômica do Sudeste manteve trajetória de retração no trimestre encerrado em novembro. Perspectivas de recuperação da economia regional estão condicionadas – neste momento em que as expectativas se encontram em níveis historicamente reduzidos e o processo de ajuste macroeconômico mostra-se mais longo do que previsto inicialmente – pela recuperação das exportações, influenciadas pelo ritmo de crescimento da economia global e pelos efeitos do novo patamar da taxa de câmbio.

Minas Gerais

Gráfico 4.6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados dessazonalizados
2002 = 100



O PIB de Minas Gerais decresceu 1,3% no terceiro trimestre de 2015, em relação ao segundo, quando recuara 1,6%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro (FJP). Considerados períodos de doze meses, o PIB do estado retraiu 3,7% no terceiro trimestre de 2015 (-3,1% no segundo trimestre), ante redução de 2,5% do indicador nacional.

Estatísticas mais recentes, relacionadas especialmente à indústria, à construção civil e ao comércio, ratificam o processo de contração da atividade na economia do estado. Nesse cenário, o IBCR-MG retraiu 1,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando recuara 1,5% na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador diminuiu 3,2% em novembro (-1,9% em agosto).

Tabela 4.14 – Índice de vendas no varejo – Minas Gerais
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014 Ano	2015 Ago ^{1/}	2015 Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,6	0,2	0,8	-1,4
Combustíveis e lubrificantes	3,2	-0,5	-3,5	-3,9
Hiper, supermercados	2,7	-0,4	2,2	1,0
Tecidos, vestuário e calçados	-2,9	-1,0	-5,4	-6,5
Móveis e eletrodomésticos	1,0	1,3	1,8	-10,8
Outros art. de uso pessoal e dom.	9,3	6,1	6,2	6,0
Comércio ampliado	-0,2	-2,4	-1,4	-6,5
Veículos e motos, partes e peças	-5,5	-4,0	-10,3	-16,1
Material de construção	0,5	-3,5	-2,5	-8,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

As vendas do comércio ampliado em Minas Gerais retraíram 1,4% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve recuos em cinco das dez atividades pesquisadas (veículos, motos, partes e peças, -10,3%; tecidos, vestuário e calçados, -5,4%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, 6,2%; hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 2,2%). As vendas do comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-2,5%), cresceram 0,8% no período (0,2% no trimestre encerrado em agosto).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 6,5% em novembro, ante 4,1% em agosto (veículos, motos, partes e peças, -16,1%; móveis e eletrodomésticos, -10,8%; material de construção, -8,6%). As vendas do comércio varejista diminuíram 1,4% e 0,3%, respectivamente, nos períodos mencionados.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves no estado cresceram 1,4% no trimestre finalizado em dezembro, em relação ao terminado em setembro – primeiro aumento trimestral desde fevereiro de 2015 –, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabreve. Os emplacamentos apresentaram redução anual de 21,1% em 2015.

O volume de serviços no estado diminuiu 6,4% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2014, segundo a PMS, do IBGE (serviços profissionais,

Tabela 4.15 – Índice de volume de serviços – Minas Gerais
Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	-0,4	-3,8	-6,4	-3,9
Serviços prestados às famílias	-2,4	-8,4	-9,7	-8,2
Serviços de informação e comunicação	-1,7	8,2	2,5	5,6
Serviços profissionais e administrativos	-4,0	-10,3	-12,6	-8,8
Transportes e correio	3,7	-8,6	-9,8	-8,0
Outros serviços	-5,1	-15,0	-9,0	-11,8

Fonte: IBGE

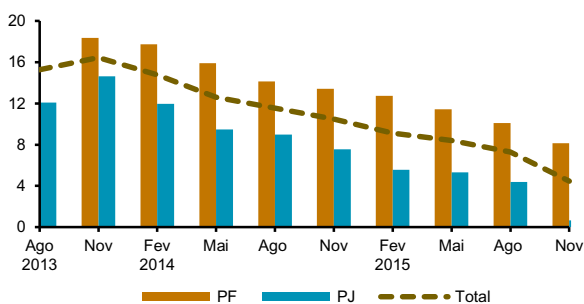
1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

administrativos e complementares, -12,6%; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, -9,8%; serviços prestados às famílias, -9,7%). Considerados períodos de doze meses, o indicador decresceu 3,9% em novembro (-2,6% em agosto), com destaque para os recuos nos segmentos outros serviços (11,8%), serviços profissionais, administrativos e complementares (8,8%), serviços prestados às famílias (8,2%) e transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (8,0%).

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Minas Gerais atingiram R\$274,1 bilhões em novembro, elevando-se 0,4% no trimestre e 4,5% em doze meses. As contratações com recursos direcionados somaram R\$127,1 bilhões, variando, na ordem, 0,4% e 5,8%, e as realizadas com recursos livres totalizaram R\$147,1 bilhões, com crescimento de 0,3% no trimestre e de 3,4% em doze meses.

Gráfico 4.7 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}

Variação em 12 meses – %

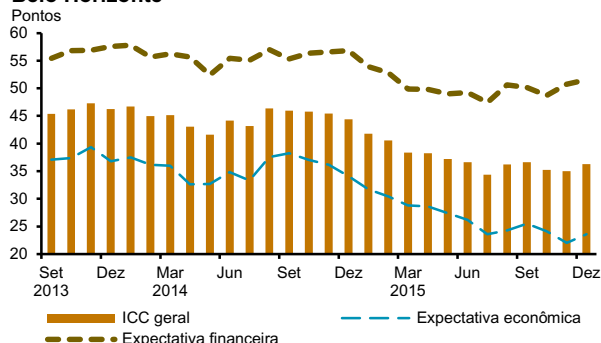


1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A carteira de pessoas físicas somou R\$144,1 bilhões, elevando-se 1,2% no trimestre, com destaque para as modalidades financiamento imobiliário, crédito consignado e crédito rural, e 8,1% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$129,4 bilhões, recuando 0,6% no trimestre, com destaque para a retração nos empréstimos ao setor agropecuário e à construção, e aumentado 0,7% em doze meses.

A taxa de inadimplência atingiu 3,51% em novembro, aumentando 0,30 p.p. no trimestre e 0,60 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu elevações de 0,17 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,44 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram inadimplência de 3,77% e 3,23%, respectivamente.

Gráfico 4.8 – Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte



O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), atingiu 36,3 pontos em dezembro, recuando 0,4 p.p. no trimestre e 8,1 p.p. em doze meses, permanecendo na zona de pessimismo. A evolução trimestral repercutiu variações de -1,9 p.p. no componente relativo à expectativa econômica, com destaque para o recuo de 2,9 p.p. no quesito inflação; e de 1,4 p.p. no componente de expectativa financeira, com ênfase no aumento de 4,2 p.p. no quesito pretensão de compra.

O mercado de trabalho do estado registrou a eliminação de 75,7 mil empregos formais no trimestre finalizado em novembro (-14,7 mil em igual período de

Tabela 4.16 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-14,7	-76,7	-20,5	-30,8	-75,7
Indústria de transformação	-7,0	-16,6	-16,3	-17,2	-18,6
Comércio	17,7	-13,3	-4,9	-7,1	5,2
Serviços	10,2	-16,5	-0,7	-9,1	-10,5
Construção civil	-10,4	-17,9	-15,6	-14,9	-16,7
Agropecuária	-24,8	-9,3	18,6	19,2	-33,2
Outros ^{2/}	-0,4	-3,1	-1,7	-1,7	-1,8

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, serv. ind. de utilidade pública e administração pública.

Gráfico 4.9 – Taxa de desemprego aberto – RMBH

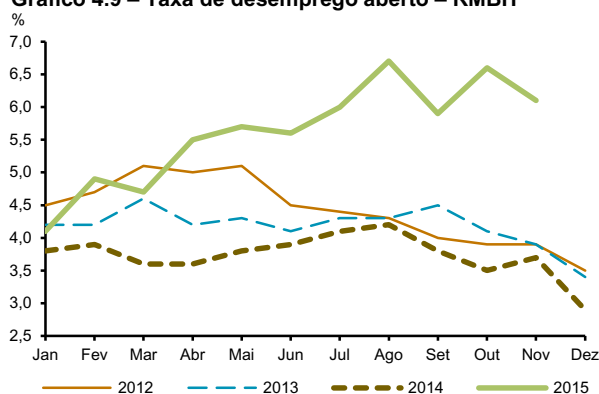


Tabela 4.17 – Necessidades de financiamento – Minas Gerais^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado de Minas Gerais	-3 285	-3 801	6 028	9 151
Governo estadual	-3 143	-3 545	5 877	8 968
Capital	155	-20	113	139
Demais municípios	-297	-236	38	44

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.
Dados preliminares.

2014), de acordo com o Caged/MTPS, dos quais 33,2 mil na agropecuária; 18,6 mil na indústria de transformação (concentradas nos segmentos automotivo, têxtil e vestuário, e de minerais não metálicos); e 16,7 mil na construção civil. Ressalte-se, ainda, o corte, em conjunto, de 5,3 mil postos no setor de serviços e no comércio, que tradicionalmente contratam muitos trabalhadores nesse período (total de 27,9 mil no trimestre encerrado em novembro de 2014). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal do estado recuou 1,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando declinara 1,3%, na mesma base de comparação.

As horas trabalhadas na indústria do estado recuaram 1,6% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando haviam retraído 2,0%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fieng). No mesmo período, a massa salarial real, o emprego e o rendimento médio recuaram 3,4%, 3,0% e 0,3%, na ordem.

A taxa média de desemprego na RMBH atingiu 6,2% no trimestre finalizado em novembro, segundo a PME, do IBGE. O aumento de 2,5 p.p. em relação a igual período de 2014 repercutiu acréscimo de 66,9% na quantidade de desocupados e retração de 1,2% na PEA. A massa de rendimentos real recuou 4,0% no período, reflexo de reduções de 3,8% na população ocupada remunerada e de 0,2% no rendimento médio real. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego aumentou 0,6 p.p. no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de Minas Gerais atingiu R\$3,8 bilhões nos nove primeiros meses de 2015 (R\$3,3 bilhões em igual período de 2014). Houve aumento de 12,8% no *superavit* do governo estadual; reversão, de *deficit* de R\$155 milhões para *superavit* de R\$20 milhões, no resultado da capital; e redução de 20,4% no *superavit* dos principais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$9,2 bilhões e o *deficit* nominal, R\$5,4 bilhões (R\$6,0 bilhões e R\$2,7 bilhões, na ordem, nos nove primeiros meses de 2014).

A arrecadação de ICMS no estado totalizou R\$28,0 bilhões nos nove primeiros meses de 2015, de acordo com

Tabela 4.18 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Minas Gerais^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
	2014	Nominal	Outros ^{3/}			2015
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}		Set
Estado de Minas Gerais	89 370	-3 801	9 151	5 350	7 397	102 116
Governo estadual	87 544	-3 545	8 968	5 423	6 821	99 787
Capital	2 405	-20	139	119	424	2 947
Demais municípios	-579	-236	44	-192	153	-618

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 4.19 – Produção agrícola – Minas Gerais
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2014	2015	2015/2014
Grãos	29,7	11 708	11 745	0,3
Feijão	3,1	573	509	-11,1
Milho	11,6	6 967	6 839	-1,8
Soja	13,3	3 346	3 524	5,3
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	15,4	71 259	71 087	-2,9
Café	36,0	1 602	1 364	-1,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

a Cotepe, do Ministério da Fazenda, recuando, em termos reais, 6,0% em relação a igual período de 2014 (deflacionado pelo IGP-DI).

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios de Minas Gerais somou R\$102,1 bilhões em setembro, elevando-se 14,3% em relação a dezembro de 2014. A dívida do governo estadual cresceu 14,0%, a da capital, 22,6%, e o saldo credor líquido dos governos dos principais municípios aumentou 6,8%, para R\$618 milhões.

A safra de grãos do estado de Minas totalizou 11,7 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de dezembro, do IBGE. O aumento anual de 0,3% refletiu, em grande parte, o impacto da elevação 5,3% na produção de soja, com variações de 6,8% na área plantada e de -1,3% na produtividade, refletindo a estiagem ocorrida no estado. Houve reduções respectivas de 1,8% e 11,1% nas colheitas de milho, principal cultura de grão do estado, e de feijão, cujas áreas plantadas, parcialmente destinadas ao cultivo de soja, diminuíram 3,3% e 11,0%, respectivamente. No âmbito das demais culturas, destacaram-se as reduções nas produções de café, 1,4%, e de cana-de-açúcar, 2,9%.

O terceiro prognóstico do IBGE projeta crescimento de 5,3% para a safra de grãos do estado em 2016 (soja, 21,9%; feijão primeira safra, 23,9%; milho primeira safra, -6,0%). A cultura de café, lavoura mineira com maior valor da produção, deverá aumentar 21,0%, favorecida por condições meteorológicas mais favoráveis e pela intensificação de investimentos nas lavouras, em função da melhor cotação do produto. A safra de cana-de-açúcar deverá aumentar 4,9%, destacando-se a projeção de crescimento de 4,1% na produtividade, segundo o terceiro levantamento da safra de cana-de-açúcar da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (75,0% do total) recuaram 11,6% nos onze primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, enquanto os de aves e de suínos aumentaram 5,9% e 11,5%, respectivamente. O valor médio da arroba do boi variou 16,4% no período, e 8,6% no trimestre terminado em novembro, em relação a igual período de 2014.

As exportações de carnes de bovinos recuaram 12,9% nos onze primeiros meses de 2015, destacando-se as reduções nos embarques para Hong Kong, Israel e Itália; as de suínos decresceram 85,0%, impactadas pela contração nas vendas para a Rússia; e as de carnes de aves permaneceram

Gráfico 4.10 – Abates de animais – Minas Gerais

Média móvel trimestral

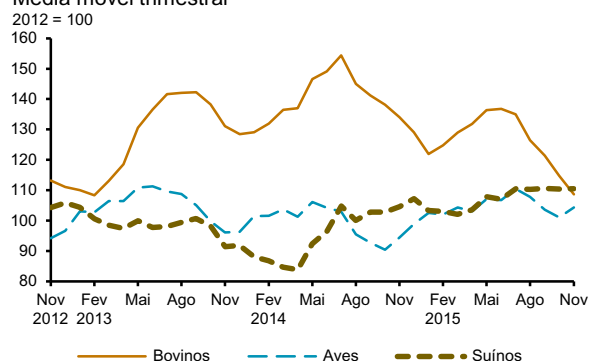


Tabela 4.20 – Produção industrial – Minas Gerais

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2015	Variação % trimestral		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,1	-4,2	-7,2
Indústrias extrativas	24,6	-0,7	-5,4	0,5
Indústrias de transformação	75,4	-1,2	-4,1	-9,8
Metalurgia	16,5	-6,9	-2,8	-3,7
Veículos, reb. e carrocerias	13,9	-10,1	-5,9	-31,3
Deriv. petróleo e biocomb.	6,7	4,0	-3,9	-5,0
Prod. miner. não-metálicos	4,5	-4,2	-3,8	-14,6
Outros produtos químicos	3,3	-2,4	-6,8	-8,6

Fonte: IBGE

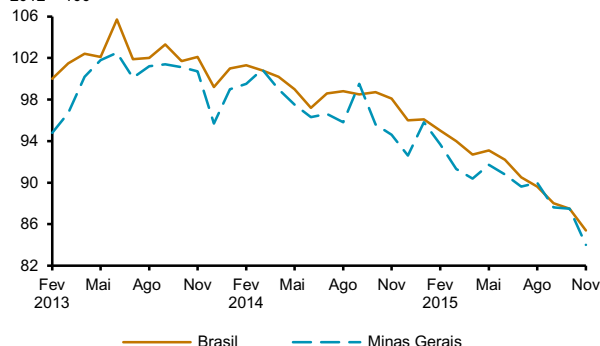
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.11 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100

**Tabela 4.21 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	29 321	22 009	-24,9	-15,1
Básicos	18 588	12 215	-34,3	-20,4
Industrializados	10 733	9 794	-8,7	-10,0
Semimanufaturados	5 503	5 148	-6,4	-9,0
Manufaturados ^{1/}	5 230	4 646	-11,2	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

estáveis.

A produção industrial de Minas Gerais, impactada pelos desdobramentos do rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração na região de Mariana, recuou 4,2% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia contraído 1,1% nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. A indústria extrativa retraiu 5,4% e a de transformação, 4,1% (celulose e papel, -22,2%; veículos automotores, -5,9%; metalurgia, -2,8%; bebidas, 8,7%).

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial mineira recuou 7,2% em novembro, em relação a igual período de 2014 (-5,7% em agosto). A indústria extrativa expandiu 0,5% e a indústria de transformação decresceu 9,8% (máquinas e equipamentos, -39,1%; automóveis, -31,3%; minerais não-metálicos, -14,6%; indústria alimentícia, 2,5%).

O faturamento real da indústria de Minas Gerais recuou 3,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando decrescera 3,2%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Fiemg. O Nuci atingiu 81,4% no período (82,1% no trimestre finalizado em agosto).

O Ipei de Minas Gerais, divulgado pela Fiemg, atingiu 34,0 pontos em dezembro (32,9 pontos em setembro e 41 pontos em dezembro de 2014), mantendo-se na zona de pessimismo pelo décimo oitavo mês consecutivo. A trajetória trimestral refletiu expansões de 1,5 ponto no Índice de Condições Atuais para os próximos seis meses e de 0,9 ponto no Índice de Expectativas.

O *superavit* da balança comercial do estado totalizou US\$13,2 bilhões em 2015, de acordo com o MDIC. A redução anual de 27,7% repercutiu recuos de 24,9% nas exportações e de 20,3% nas importações, que somaram US\$22 bilhões e US\$8,8 bilhões, respectivamente.

O comportamento das exportações refletiu variações de -27,9% nos preços e de 4,2% no *quantum*. As vendas de produtos básicos recuaram 34,3% (minério de ferro, -47,1%; café, -10,8%); as de produtos manufaturados, 11,2% (medicamentos, -40,6%; tubos de ferro fundido, ferro ou aço e seus acessórios, -29,6%); e as de produtos semimanufaturados, 6,4% (ferro-ligas, -17,0%; açúcar de cana em bruto, -11,4%). Os embarques para a China, EUA, Argentina, Holanda, Japão e Alemanha representaram 56,0%

Tabela 4.22 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	11 009	8 777	-20,3	-25,2
Bens de capital	3 282	2 895	-11,8	-21,2
Matérias-primas	5 008	3 850	-23,1	-21,2
Bens de consumo	2 099	1 453	-30,8	-20,6
Duráveis	1 482	929	-37,3	-26,7
Não duráveis	618	523	-15,3	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	619	580	-6,3	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

das exportações anuais de Minas Gerais. Destacaram-se os recuos nas vendas de minério de ferro para China, Japão e Holanda, e de café para a Alemanha; e as expansões nas de produtos semimanufaturados de ferro e aço para a Alemanha, e de laminados planos de ferro ou aço para os EUA e Argentina.

O desempenho das importações repercutiu reduções respectivas de 8,4% e de 13,0% no *quantum* e nos preços. Houve recuos nas aquisições em todas as categorias de uso: bens de capital, 11,8% (maquinaria industrial, -17,6%; equipamento móvel de transporte, -13,2%); matérias-primas, 23,1% (acessórios de equipamentos de transporte, -36,8%; matérias-primas para a agricultura, -32,0%); bens de consumo duráveis, 37,3% (automóveis, -44,0%); bens de consumo não duráveis, 15,3% (produtos farmacêuticos, -63,2%; produtos de toucador, -18,0%); e combustíveis e lubrificantes, 6,3%. As importações originárias dos EUA, China, Argentina e Itália representaram, em conjunto, 53,0% do total adquirido pelo estado em 2015. Destacaram-se as contrações nas compras de equipamento móvel de transporte e acessórios de equipamentos de transporte da Argentina e Itália; de automóveis, da Argentina; e de maquinaria industrial, da China e EUA.

O IPCA da RMBH variou 2,05% no quarto trimestre de 2015 (1,10% no terceiro), com acelerações dos preços livres (de 0,90% para 1,95%) e dos monitorados (de 1,76% para 2,36%). Destacaram-se as variações de preços nos grupos transportes (3,92%), alimentação e bebidas (3,40%) e comunicação (2,08%).

Tabela 4.23 – IPCA – Belo Horizonte

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2014	2015		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	5,84	1,10	2,05	9,21
Livres	75,7	5,77	0,90	1,95	7,00
Comercializáveis	35,2	5,71	1,15	2,31	6,17
Não comercializáveis	40,5	5,83	0,69	1,65	7,74
Monitorados	24,3	6,03	1,76	2,36	16,81
Principais itens					
Alimentação	22,1	7,03	0,34	3,40	9,66
Habitação	16,5	7,81	1,97	0,17	15,21
Artigos de residência	5,1	6,28	0,74	0,88	4,64
Vestuário	6,5	4,12	0,92	1,68	3,62
Transportes	18,1	2,51	0,76	3,92	9,41
Saúde	10,8	6,28	1,80	1,40	8,08
Despesas pessoais	12,2	7,83	1,89	1,33	8,82
Educação	4,6	9,11	0,41	0,50	9,37
Comunicação	4,1	-0,27	0,70	2,08	2,96

Fonte: IBGE

1/ Referente a dezembro de 2015.

A evolução dos preços livres refletiu os aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,15% para 2,31% (etanol, 26,80%; açúcar cristal 25,57%; arroz, 7,80% e carnes, 5,15%) e dos não comercializáveis, de 0,69% para 1,65% (frutas, 18,69%; empregado doméstico, 3,12%; e serviços pessoais, 2,03%). A aceleração dos preços monitorados repercutiu, em grande parte, os aumentos nos itens gasolina (9,83%), gás de botijão (3,91%), ônibus urbano (3,35%), e plano de saúde (3,21%). O índice de difusão atingiu 60,7% no trimestre encerrado em dezembro (56,7% no finalizado em setembro).

O IPCA da RMBH variou 9,21% em 2015 (5,84% em 2014), destacando-se as variações de preços nos grupos habitação (15,21%), alimentação e bebidas (9,66%) e transportes (9,41%). Houve aceleração dos preços monitorados, de 6,03% para 16,81% (energia elétrica residencial, 41,86%; gasolina, 21,81%), e dos

preços livres, de 5,77% para 7,00%. Nesse segmento, ocorreram aumentos nas variações dos preços dos bens não comercializáveis, de 5,83% para 7,74% (empregado doméstico, 9,94%; alimentação fora do domicílio, 7,35%), e dos comercializáveis, de 5,71% para 6,17% (carnes, 11,93%; artigos de higiene pessoal, 7,71%).

Estatísticas recentes indicam continuidade da desaceleração econômica no estado, com desdobramentos sobre os setores de serviços e comércio, que, em conjunto, reduziram as contratações temporárias de final de ano e introduziram cortes nos empregos formais. Ressaltem-se, ainda, os impactos da redução na produção de veículos e máquinas e equipamentos, e do rompimento da barragem de resíduos de minério em Mariana, que interrompeu parcialmente a produção de minério de ferro em Minas Gerais. A esse cenário, se contrapõem perspectivas positivas para a agricultura, que incorpora projeções favoráveis em relação à produção de café, após dois anos de safras frustradas.

Rio de Janeiro

Gráfico 4.12 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados

2002 = 100

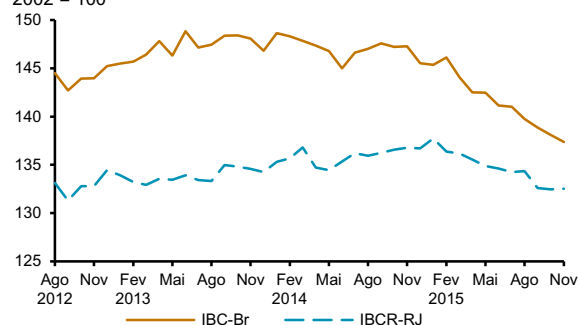


Tabela 4.24 – Índice de vendas no varejo – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	3,2	-1,4	-0,3	-2,3
Combustíveis e lubrificantes	3,3	-0,0	-3,5	-3,9
Hiper e supermercados	3,5	0,2	-0,3	-2,1
Tecidos, vestuário e calçados	-0,3	-4,1	2,0	-7,9
Móveis e eletrodomésticos	-3,8	-7,4	4,9	-15,7
Comércio ampliado	1,7	-2,1	-4,1	-6,2
Veículos e motos, partes e peças	-1,0	-0,7	-14,0	-15,0
Material de construção	0,7	-3,4	-9,6	-7,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 4.25 – Índice de volume de serviços – Rio de Janeiro

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	2,3	-5,0	-2,0	-3,1
Serviços prestados às famílias	-5,2	-9,8	-5,4	-9,1
Serviços de informação e comunicação	6,2	-4,2	2,3	0,1
Serviços profissionais e administrativos	-2,1	-10,6	-9,6	-9,2
Transportes e correio	3,0	-1,3	-1,3	-1,4
Outros serviços	-2,1	-5,4	-6,5	-7,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

A economia do Rio de Janeiro persistiu em trajetória contracionista no trimestre encerrado em novembro. Esse cenário, influenciado pela redução recorrente dos níveis de confiança dos agentes econômicos e pelo impacto do processo de ajuste em curso na economia do país, encontra-se evidenciado nas retrações registradas nos principais indicadores das atividades varejista, de serviços e industrial, com efeitos desfavoráveis sobre o mercado de trabalho. Nesse contexto, o IBCR-RJ recuou 1,4% no trimestre terminado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando decrescera 0,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador decresceu 0,5% em novembro (aumento de 0,5% em agosto).

As vendas do comércio ampliado diminuíram 4,1% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando haviam recuado 2,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve retrações em oito dos dez segmentos pesquisados (veículos, motos, partes e peças, -14,0%; material de construção, -9,6%). Excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção, o comércio varejista contraiu 0,3% no período (-1,4% no trimestre encerrado em agosto).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 6,2% em novembro, ante redução de 1,8% em agosto (veículos, motos, partes e peças, -15,0%; móveis e eletrodomésticos, -15,7%). As vendas do comércio varejista registraram, na ordem, decréscimo de 2,3% e estabilidade, em iguais períodos.

Os emplacements de automóveis e comerciais leves efetuados no Rio de Janeiro somaram 43,2 mil unidades no quarto trimestre de 2015, recuando 9,5% em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da Fenabreve. Os emplacements diminuíram 25,1% no ano.

O volume dos serviços contraiu 2,0% no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual período de 2014 (serviços profissionais, administrativos e complementares, -9,6%; serviços prestados às famílias, -5,4%), segundo a PMS do IBGE. As atividades associadas ao turismo decresceram 0,5% no período (-3,3% em agosto, na mesma base de comparação).

Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,1% em novembro, ante -2,7% em agosto (serviços profissionais, administrativos e complementares, -9,2%; serviços prestados às famílias, -9,1%). As atividades turísticas diminuíram 3,5% e 4,1%, respectivamente, nos períodos mencionados.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado somou R\$445,2 bilhões em novembro, crescendo 3,3% no trimestre e 16,8% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados totalizaram R\$249,5 bilhões, com aumentos respectivos de 4,3% e 24,5%, e as contratações com recursos livres somaram R\$195,7 bilhões, elevando-se 2,2% no trimestre e 8,2% em doze meses.

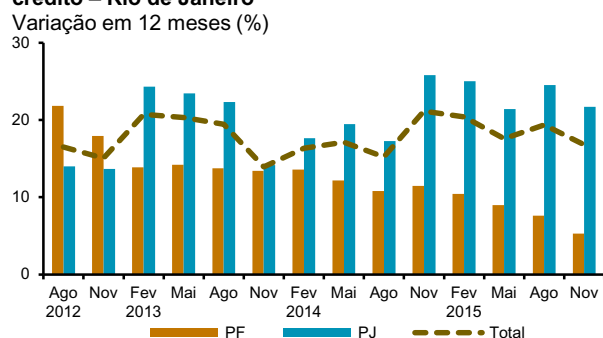
A carteira de pessoas físicas totalizou R\$119,6 bilhões, com acréscimos de 0,9% no trimestre – destaque para as modalidades financiamento imobiliário, cartão de crédito à vista e cartão de crédito financiado – e de 5,3% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$325,6 bilhões, aumentando 4,3% no trimestre – com ênfase nos empréstimos às indústrias de refino de petróleo, coque e álcool, às indústrias extrativas (com exceção de petróleo e gás) e à administração pública – e 21,7% em doze meses.

A taxa de inadimplência atingiu 2,15% em novembro, variando -0,32 p.p. no trimestre e 0,02 p.p. em doze meses. O recuo trimestral repercutiu aumento de 0,38 p.p. no segmento de pessoas físicas e retração de 0,55 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu 5,17% (maior patamar desde agosto de 2013) e 1,04%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o estado totalizaram R\$15,9 bilhões em 2015 (R\$26,1 bilhões em 2014).

O mercado de trabalho do estado registrou, de acordo com o Caged/MTPS, o corte de 31,5 mil postos formais no trimestre finalizado em novembro (geração de 26,8 mil em período equivalente de 2014), dos quais 16,7 mil na construção civil e 13,8 mil no setor de serviços. A indústria de transformação eliminou 10,2 mil vagas, em especial nas atividades outros equipamentos de transporte e vestuário e acessórios. As contratações do comércio (10,6 mil) representaram cerca de 50% do total do setor em igual período de 2014. O nível de emprego formal recuou 1,4% em relação ao trimestre encerrado em agosto, quando havia decrescido 1,1% na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados.

Gráfico 4.13 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio de Janeiro^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.26 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro
Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014		2015		
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	26,8	-72,9	-19,6	-35,9	-31,5
Indústria de transformação	-0,8	-9,0	-9,8	-9,4	-10,2
Comércio	21,2	-21,7	-2,2	-7,6	10,6
Serviços	12,2	-22,5	-5,2	-18,4	-13,8
Construção civil	-3,7	-17,1	-1,7	-2,1	-16,7
Agropecuária	-2,5	-0,7	-0,1	2,1	-0,8
Serviços ind. utilidade pública	-0,1	-0,7	-0,2	-0,3	-0,2
Outros ^{2/}	0,4	-1,3	-0,4	-0,2	-0,5

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Nos doze meses encerrados em novembro, foram eliminados 159,9 mil empregos formais no estado (4,1% das ocupações no setor privado), dos quais 59,9 mil no setor de serviços, 38,5 mil na indústria de transformação e 37,5 mil na construção civil (diminuições respectivas de 2,8%, 7,9% e 11,5% das ocupações nas respectivas atividades).

A taxa média de desemprego da RMRJ atingiu 6,1% no trimestre encerrado em novembro, de acordo com a PME, do IBGE. O aumento de 2,5 p.p. em relação a igual período de 2014 repercutiu variações de -0,8% na população ocupada e de 1,7% na PEA. O rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas e a massa de rendimentos diminuíram 7,6% e 8,4%, respectivamente, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego aumentou 0,8 p.p. no trimestre terminado em novembro, em relação ao finalizado em agosto.

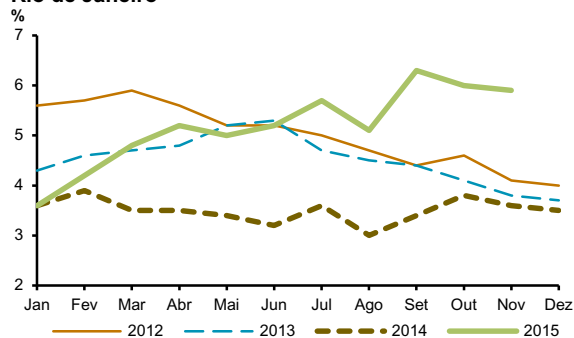
A taxa de desemprego no estado, conforme a PNADC, do IBGE, atingiu 8,2% no terceiro trimestre do ano (6,1% em igual período de 2014). O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados e a massa salarial real cresceram, na ordem, 12,3% e 11,9% no terceiro trimestre de 2015, em relação a igual período de 2014, quando haviam recuado 10,4% e 10,3%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro acumularam *deficit* primário de R\$696 milhões nos nove primeiros meses de 2015, ante R\$4,9 bilhões em igual período de 2014. O recuo refletiu, fundamentalmente, a reversão, de *deficit* de R\$5,9 bilhões para *superavit* de R\$1,3 bilhão, no resultado do governo estadual. Os resultados da capital e dos demais municípios passaram de *superavits* respectivos de R\$785 milhões e R\$298 milhões para *deficits* de R\$962 milhões e R\$1,0 bilhão, no período.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$9,2 bilhões nos nove primeiros meses de 2015 (aumento de 81,2% em relação a igual período de 2014), dos quais 90% sob responsabilidade do governo do estado. O *deficit* nominal totalizou R\$9,9 bilhões, mantendo-se no patamar registrado em igual período de 2014.

A dívida líquida dos entes governamentais considerados atingiu R\$118,8 bilhões em setembro, elevando-se 22,8% em relação a dezembro de 2014. As

Gráfico 4.14 – Taxa de desemprego aberto – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE

Tabela 4.27 – Necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado do Rio de Janeiro	4 851	696	5 082	9 209
Governo estadual	5 933	-1 297	4 618	8 337
Capital	-785	962	529	927
Demais municípios	-298	1 032	-65	-55

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.28 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio de Janeiro^{1/}

UF	R\$ milhões						
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}	2015
		2014	Outros ^{4/}				
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set		
	Estado do Rio de Janeiro	96 738	696	9 209	9 905	12 148	118 791
Governo estadual	89 785	-1 297	8 337	7 039	10 626	107 450	
Capital	8 739	962	927	1 889	1 654	12 282	
Demais municípios	-1 785	1 032	-55	977	-133	-941	

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

dívidas dos governos estadual e da capital aumentaram, na ordem, 19,7% e 40,5%, evolução associada, em parte, ao impacto da depreciação cambial sobre os financiamentos em moeda estrangeira.

A arrecadação de ICMS no estado somou R\$30,1 bilhões nos onze primeiros meses de 2015, de acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ), redução real de 3,4% em relação a igual período de 2014 (deflacionado pelo IGP-DI). Ressalte-se que o aumento dos recursos decorrente dos reajustes na tarifa de energia elétrica mitigou, parcialmente, o impacto da retração da atividade econômica no estado sobre a arrecadação do tributo. As transferências da União (exceto Fundeb) somaram R\$4,1 bilhões no período, de acordo com a STN, recuo real de 5,0% em relação a igual período de 2014.

A safra de cana-de-açúcar, cultura relevante do estado, recuou 16,6% em 2015, de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE, reflexo de reduções respectivas de 14,1% e 2,9% na área colhida e na produtividade. Dentre as demais culturas, houve decréscimos nas produções de mandioca (20,1%), abacaxi (15,1%), tomate (10,4%) e café (2,2%), e aumento de 9,4% na de banana. A safra de grãos diminuiu 54,6% no ano, com recuos de 51,1% na área colhida e de 7,1% na produtividade.

A produção industrial fluminense diminuiu 9,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando recuara 0,8%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A atividade extrativa decresceu 3,2%, e a indústria de transformação, 8,9% (coque, derivados do petróleo e biocombustíveis, -20,1%; metalurgia, -10,0%). As atividades extrativa e de fabricação de derivados do petróleo foram impactadas pela greve dos petroleiros e por paradas programadas para manutenção em importantes plataformas e na Refinaria Duque de Caxias.

Considerados períodos de doze meses, a atividade industrial do estado diminuiu 5,7% em novembro (-4,2% em agosto), resultado de variações respectivas de 6,2% e -10,2% nas indústrias extrativa e de transformação, que apresentou retrações em doze dos treze segmentos pesquisados (veículos automotores, -31,6%; coque, derivados do petróleo e biocombustíveis, -10,6%; metalurgia, -7,9%).

O Ipei, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), atingiu 34,0 pontos em outubro (35,9 pontos em julho e 45,7 pontos em igual período

Tabela 4.29 – Produção agrícola – Rio de Janeiro
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2014	2015 ^{2/}	
Grãos				
Milho	0,6	11,1	4,8	-56,3
Feijão	0,5	2,5	1,5	-38,9
Outras lavouras				
Tomate	21,3	207,4	185,9	-10,4
Cana-de-açúcar	18,5	4 783,1	3 991,0	-16,6
Abacaxi (mil frutos)	14,5	109,8	93,2	-15,1
Mandioca	12,0	193,4	154,6	-20,0
Banana	8,8	131,7	144,0	9,4
Café	6,1	17,5	17,1	-2,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Tabela 4.30 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

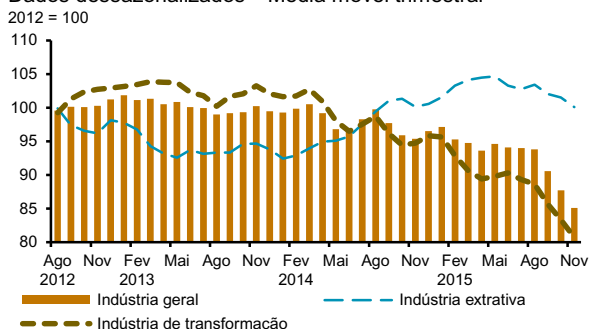
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		Ac. 12 meses
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-0,8	-9,3	-5,7
Indústrias extrativas	28,1	-1,2	-3,2	6,2
Indústrias de transformação	71,9	-1,2	-8,9	-10,2
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	6,1	-20,1	-10,6
Metalurgia	10,4	1,7	-10,0	-7,9
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	-26,7	8,0	-31,6
Bebidas	3,9	3,6	0,5	-5,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

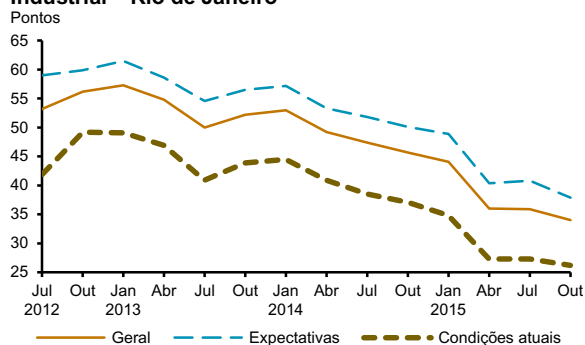
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.15 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

Gráfico 4.16 – Índice de Confiança do Empresário Industrial – Rio de Janeiro



Fonte: Firjan

Tabela 4.31 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	22 619	17 027	-24,7	-15,1
Básicos	13 108	9 056	-30,9	-20,4
Industrializados	9 511	7 970	-16,2	-10,0
Semimanufaturados	2 041	1 327	-35,0	-9,0
Manufaturados ^{1/}	7 470	6 644	-11,1	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.32 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	21 671	17 173	-20,8	-25,2
Bens de capital	4 004	4 146	3,5	-21,2
Matérias-primas	7 660	6 894	-10,0	-21,2
Bens de consumo	2 969	2 306	-22,3	-20,6
Duráveis	1 525	1 076	-29,4	-26,7
Não duráveis	1 445	1 230	-14,9	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	7 038	3 827	-45,6	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

de 2014), situando-se no menor nível da série, iniciada em abril de 2005. A trajetória trimestral repercutiu recuos nos componentes que avaliam as condições atuais (1,1 ponto) e as expectativas (2,9 pontos).

A balança comercial do Rio de Janeiro foi deficitária em US\$146,7 milhões em 2015 (*superavit* de US\$947,9 milhões em 2014), de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$17,0 bilhões e as importações, US\$17,2 bilhões, recuando 24,7% e 20,8%, respectivamente, no ano. Os embarques e as aquisições de óleos brutos de petróleo (52,6% e 11,8% dos respectivos totais) decresceram 30,7% e 45,1%, na ordem.

O desempenho das exportações repercutiu redução de 40,1% nos preços, em parte devido ao declínio das cotações internacionais do petróleo, e acréscimo de 26,1% no *quantum*. Houve recuos nos embarques em todas as categorias de fator agregado: produtos básicos, 30,9% (óleos brutos de petróleo, -30,7%); semimanufaturados, 35,0% (semimanufaturados de ferro ou aço, -35,7%); e manufaturados, 11,1%, influenciado por menor volume de operações de *sale and lease back* de plataformas. EUA, China, Holanda e Chile adquiriram, em conjunto, 56,5% das vendas externas do estado em 2015. Destaque para o impacto dos recuos nas exportações de óleos brutos de petróleo para a Índia (58,4%), Chile (51,9%), Santa Lúcia (63,0%), Bahamas (84,7%) e EUA (16,3%), mitigado pelo aumento de 13,4% nas destinadas à China.

A retração das importações repercutiu decréscimos de 11,0% nos preços e de 10,8% no *quantum*. Ressalte-se a contração de 45,6% nas aquisições de combustíveis e lubrificantes – reflexo de reduções de 45,1% nas de óleos brutos de petróleo (em especial da Arábia Saudita e Iraque) e de 62,6% nas de gás natural liquefeito (principalmente de Trinidad e Tobago, Guiné-Equatorial e Nigéria) –, influenciadas pelo declínio dos preços internacionais e pelo desligamento de parte das usinas termoeletricas brasileiras. No âmbito das demais categorias de uso, destacaram-se a retração de 29,4% nas compras de bens de consumo duráveis (automóveis, -34,0%) e o aumento de 3,5% nas de bens de capital, impulsionado pelas compras de plataformas da China. As importações provenientes dos EUA, China, Arábia Saudita e Alemanha representaram, em conjunto, 51,9% do total adquirido pelo estado em 2015.

O IPCA da RMRJ variou 3,10% no quarto trimestre de 2015 (0,93% no terceiro), de acordo com o IBGE. Os preços dos itens livres aceleraram, de 0,69% para 2,98%, e

Tabela 4.33 – IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2014	2015		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	7,60	0,93	3,10	10,52
Livres	71,5	7,95	0,69	2,98	8,19
Comercializáveis	27,3	6,65	1,13	2,77	7,28
Não comercializáveis	44,2	8,78	0,42	3,11	8,76
Monitorados	28,5	6,66	1,55	3,40	16,88
Principais itens					
Alimentação	24,0	10,02	0,79	4,20	11,38
Habitação	17,9	8,84	1,20	4,14	18,96
Artigos de residência	3,5	6,44	0,28	1,38	2,62
Vestuário	4,7	5,13	-0,08	2,28	3,22
Transportes	17,3	6,04	-0,03	3,24	9,49
Saúde	11,8	6,85	2,43	1,87	9,66
Despesas pessoais	11,3	8,54	1,78	2,97	9,76
Educação	4,9	9,31	0,77	0,61	9,49
Comunicação	4,6	-0,38	0,09	1,08	-0,10

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

os dos monitorados, de 1,55% para 3,40% (energia elétrica, 10,39%, reflexo do reajuste tarifário de concessionária da região em novembro; gasolina, 8,04%; plano de saúde, 3,21%). A evolução dos preços livres repercutiu aumentos nas variações dos preços dos itens não comercializáveis, de 0,42% para 3,11% (passagem aérea, 38,70%; alimentos in natura, 10,56%; alimentação fora do domicílio, 3,00%), e dos comercializáveis, de 1,13% para 2,77% (etanol, 19,75%; açúcares e derivados, 12,04%; carnes, 5,80%). O índice de difusão médio atingiu 62,2% no quarto trimestre de 2015 (53,8% no terceiro e 58,3% em igual período de 2014).

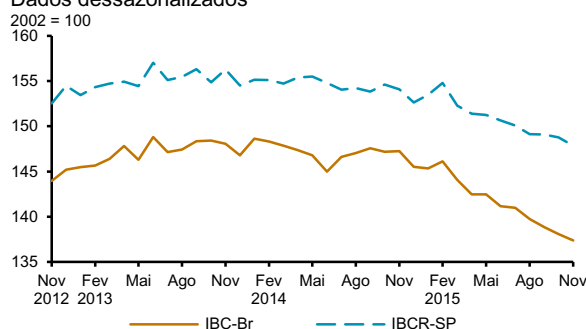
A inflação na RMRJ atingiu 10,52% em 2015, ante 7,60% em 2014. A aceleração repercutiu as elevações registradas nas variações dos preços livres, de 7,95% para 8,19%, e dos monitorados, de 6,66% para 16,88% (energia elétrica, 49,40%; ônibus urbano, 13,33%). A evolução dos preços livres decorreu de aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 6,65% para 7,28% (carnes, 14,31%; higiene pessoal, 9,02%), e de estabilidade na variação dos preços dos bens não comercializáveis. Entre os grupos, destacaram-se, no ano, as elevações das despesas com habitação, 18,96%, e alimentação e bebidas, 11,38%.

A evolução dos indicadores econômicos do estado segue evidenciando a desaceleração da atividade, cenário que tende a prevalecer nos próximos meses, com impactos adicionais sobre o mercado de trabalho.

São Paulo

O PIB de São Paulo recuou 1,8% no terceiro trimestre de 2015, em relação ao segundo, quando havia decrescido 2,3%, no mesmo tipo de análise, considerados dados dessazonalizados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). O PIB decresceu 3,5% nos três primeiros trimestres do ano, em relação a igual intervalo de 2014.

Gráfico 4.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

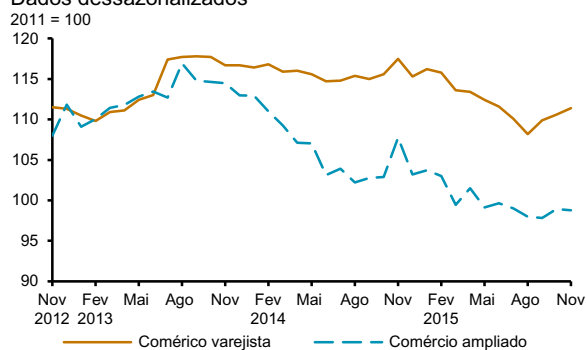
Tabela 4.34 – Comércio varejista – São Paulo
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014 Ano	2015 Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	1,2	-2,8	0,6	-2,9
Combustíveis e lubrificantes	-2,3	-3,1	-4,8	-8,1
Hiper e supermercados	1,4	-1,9	2,5	-1,8
Tecidos, vestuário e calçados	-5,3	-4,5	-3,5	-9,3
Móveis e eletrodomésticos	-2,6	-5,6	2,1	-12,4
Comércio ampliado	-6,2	-1,2	-0,4	-6,1
Automóveis e motocicletas	-22,4	2,0	0,5	-13,5
Material de construção	-3,7	-3,1	-5,8	-9,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.18 – Comércio varejista – São Paulo
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Indicadores divulgados em novembro sugerem a continuidade da contração da economia paulista, influenciada, especialmente, pelos desdobramentos da deterioração das expectativas de consumidores e empresários sobre decisões relacionadas a investimentos e consumo, particularmente de bens de maior valor agregado. Nesse contexto, o IBCR-SP recuou 0,9% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando decrescera 1,1%, na mesma base de comparação, dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 2,4% em novembro (-1,7% em agosto).

As vendas do comércio ampliado decresceram 0,4% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando haviam contraído 1,2%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se os recuos nas atividades livros, jornais, revistas e papelaria (7,1%); equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (6,1%) e material de construção (5,8%). As vendas do comércio varejista, excluídas as variações nas de veículos, motos, partes e peças (0,5%) e de material de construção, cresceram 0,6% no período (recoo de 2,8% no trimestre encerrado em agosto).

Considerados períodos de doze meses, o comércio ampliado retraiu 6,1% em novembro, ante 6,9% em agosto (veículos, motos, partes e peças, -13,5%; móveis e eletrodomésticos, -12,4%; livros, jornais, revistas e papelaria, -11,4%; material de construção, -9,6%). As vendas do comércio varejista diminuíram 2,9% e 2,0%, respectivamente, nos períodos mencionados.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves no estado decresceram 5,4% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro, quando recuaram 6,6%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Os emplacamentos acumulados em doze meses diminuíram

Tabela 4.35 – Volume de serviços – São Paulo

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

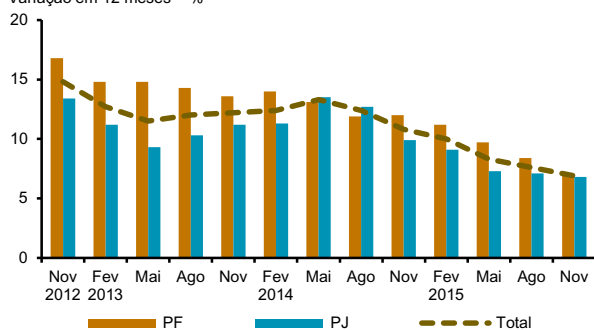
Segmentos	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	2,7	-2,5	-6,6	-2,4
Serviços prestados às famílias	-1,9	-1,8	-4,8	-2,7
Serv. de informação e comunicação	5,1	0,7	-4,3	0,5
Serv. profissionais e administrativos	1,9	2,5	-3,7	1,2
Transportes e correio	2,6	-8,1	-10,8	-6,9
Outros serviços	-4,1	-10,8	-11,8	-10,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período

Gráfico 4.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

24,5% em dezembro e 18,1% em setembro, em relação a iguais intervalos de 2014.

O volume de serviços recuou 6,6% em São Paulo no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2014, de acordo com a PMS do IBGE (outros serviços, -11,8%; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, -10,8%). Considerados períodos de doze meses, o volume de serviços diminuiu 2,4% em novembro, após registrar estabilidade em agosto (outros serviços, -10,1%; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, -6,9%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas em São Paulo somou R\$938,5 bilhões em novembro, aumentando 1,4% no trimestre e 6,9% em doze meses. Os empréstimos realizados com recursos direcionados totalizaram R\$412,9 bilhões, crescendo 1,1% e 8,5%, respectivamente, e os efetivados com recursos livres atingiram R\$525,6 bilhões, com aumentos de 1,6% no trimestre e de 5,7% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas, estimulada pelo desempenho da modalidade financiamento imobiliário, totalizou R\$398,2 bilhões em novembro, elevando-se 1,2% no trimestre e 7,0% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas, impulsionada pelos financiamentos à exportação, somou R\$540,3 bilhões, com expansões respectivas de 1,5% e 6,8%, nas mesmas bases de comparação.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,0% em novembro, elevando-se 0,2 p.p. no trimestre e 0,3 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu aumentos de 0,2 p.p. da inadimplência nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que atingiram 3,9% e 2,3%, respectivamente.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio SP), atingiu 87,2 pontos no quarto trimestre de 2015 (84,9 pontos no terceiro e 114,9 pontos em igual período de 2014), mantendo-se na zona de pessimismo. O aumento trimestral refletiu redução de 4,0 pontos no componente que avalia as condições econômicas atuais e expansão de 6,5 pontos no relativo às expectativas.

O Icec, divulgado pela Fecomércio SP, situou-se em 73,2 pontos no quarto trimestre do ano (74,5 pontos no terceiro e 102,7 pontos em igual período de 2014). A retração trimestral repercutiu, em especial, a deterioração nos

Tabela 4.36 – Evolução do emprego formal – São Paulo
Novos postos de trabalho

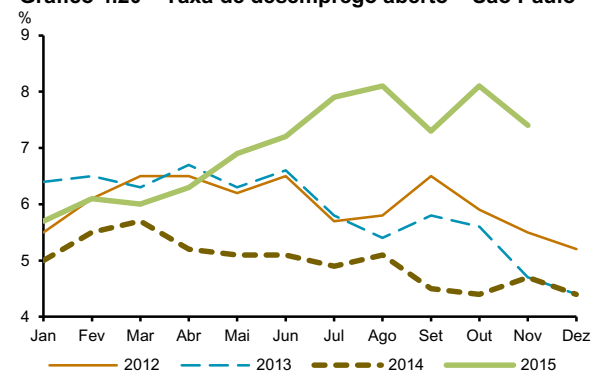
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	-28,9	-192,9	-21,2	-107,4	-128,6
Indústria de transformação	-41,2	-46,7	-33,6	-73,7	-57,5
Comércio	35,7	-44,8	-15,5	-11,1	-0,5
Serviços	20,4	-30,2	13,4	-29,6	-33,6
Construção civil	-14,5	-23,6	-10,5	-14,7	-27,8
Agropecuária	-28,9	-39,0	25,6	24,7	-6,9
Serv. industr. de utilidade pública	-0,2	-0,8	-0,5	-1,9	-1,5
Outros ^{2/}	-0,1	-7,8	-0,0	-1,2	-0,8

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.20 – Taxa de desemprego aberto – São Paulo



Fonte: IBGE

componentes que avaliam as condições atuais (-2,9 pontos) e as expectativas (-1,7 ponto).

O índice ICF, divulgado pela Fecomércio SP, atingiu 66,5 pontos no quarto trimestre de 2015 (71,8 pontos no terceiro e 109,3 pontos em igual trimestre de 2014), mantendo-se na zona indicativa de pessimismo (abaixo de 100 pontos).

A economia paulista eliminou 128,6 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em novembro (-28,9 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os cortes na indústria de transformação (57,5 mil), no setor de serviços (33,6 mil) e na construção civil (27,8 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal decresceu 1,1% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando também havia retraído 1,1%, no mesmo tipo de comparação.

A taxa de desemprego da RMSP, divulgada pelo IBGE, atingiu 7,6% no trimestre encerrado em novembro (4,5% em igual período de 2014), resultado de retrações de 3,6% na população ocupada e de 0,3% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real recuaram 6,9% e 10,3%, respectivamente, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego atingiu 8,0% no trimestre encerrado em novembro (7,5% no finalizado em agosto).

A taxa de desemprego, mensurada pela PNADC, do IBGE, atingiu 9,6% no estado, no trimestre encerrado em setembro. O aumento de 2,4 p.p. em relação a igual período de 2014 repercutiu variações de -0,7% da ocupação e 1,9% da força de trabalho. O rendimento real médio habitual aumentou 0,9% e a massa salarial, 0,2%, no período.

As horas trabalhadas na indústria paulista recuaram 4,5% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao finalizado em julho, quando haviam diminuído 3,2%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de São Paulo somou R\$8,2 bilhões nos nove primeiros meses de 2015. O aumento de 43,3% em relação a igual período de 2014 refletiu os acréscimos respectivos de 55,2% e 10,6% nos *superavits* dos governos estadual e da capital, e a reversão de *deficit* de

Tabela 4.37 – Necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-set	Jan-set	Jan-set	Jan-set
Estado de São Paulo	-5 737	-8 222	17 133	28 708
Governo estadual	-2 128	-3 302	11 750	20 503
Capital	-3 624	-4 007	5 285	8 040
Demais municípios	14	-912	99	165

1/ Inclui inform. do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 4.38 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – São Paulo^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
	2014	Nominal		Outros ^{4/}		2015
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}		Set
Est. de São Paulo	297 864	-8 222	28 708	20 487	11 446	329 797
Governo estadual	218 107	-3 302	20 503	17 201	9 729	245 038
Capital	74 954	-4 007	8 040	4 033	1 015	80 002
Demais municípios	4 803	-912	165	-748	702	4 757

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 4.39 – Produção agrícola – São Paulo
Itens selecionados

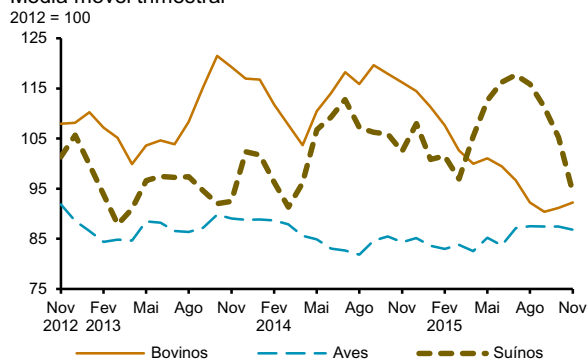
Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2014	2015	
Produção de grãos		6 638	7 560	13,9
Arroz (em casca)	0,1	60	56	-5,8
Feijão	0,8	194	188	-3,5
Milho	4,0	3 984	4 412	10,8
Soja	4,4	1 709	2 229	30,4
Outras lavouras selecionadas				
Café	4,1	289	253	-12,7
Cana-de-açúcar	55,1	401 332	415 892	3,6
Laranja	9,4	12 290	11 749	-4,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Gráfico 4.21 – Abates de animais – São Paulo
Média móvel trimestral



Fonte: Mapa

R\$14 milhões para *superavit* de R\$912 milhões, no âmbito dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, acumularam R\$28,7 bilhões, ante R\$17,1 bilhões nos nove primeiros meses de 2014, resultado de elevações respectivas de 74,5%, 52,1% e 66,7% nas esferas de governo mencionadas. O *deficit* nominal totalizou R\$20,5 bilhões (R\$11,4 bilhões nos nove primeiros meses de 2014).

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios atingiu R\$329,8 bilhões em setembro de 2015 (59,7% da dívida do Sudeste), elevando-se 10,7% em relação a dezembro de 2014.

A arrecadação de ICMS no estado totalizou R\$103,6 bilhões nos dez primeiros meses de 2015, de acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, recuo real de 3,2% em relação a igual período de 2014 (considerado o IGP-DI como deflator). De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, as transferências da União para o estado somaram R\$11,2 bilhões, mantendo-se estáveis, em termos reais, no período.

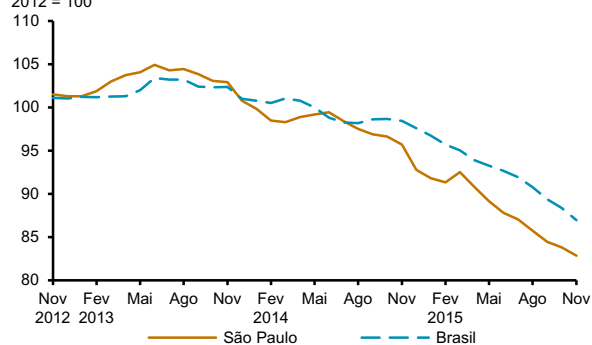
A produção de grãos do estado totalizou 7,6 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA/IBGE de dezembro. O crescimento anual de 13,9% foi condicionado, em grande medida, pelas expansões respectivas de 30,4% e 10,8% nas safras de soja e de milho. Em relação às demais lavouras, ressaltem-se o aumento de 3,6% na produção de cana-de-açúcar e as reduções nas de laranja (4,4%) e de café (12,7%).

Prognóstico realizado pela Conab, em janeiro, indica que a produção agrícola de São Paulo deverá recuar 0,7% em 2016. Destaque para as projeções de retrações para as colheitas de milho (6,0%) e de arroz (28,7%), e de aumentos para as de trigo (74,8%), feijão (8,1%) e soja (7,9%).

Os abates de suínos, aves e bovinos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 2,6%, 0,6% e -15,0%, respectivamente, nos onze primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com o Mapa. O aumento nos abates de suínos foi impulsionado pela dinâmica favorável das demandas interna e externa, e a retração nos de bovinos, pelo ambiente de preços em elevação e deterioração da renda disponível.

A produção da indústria paulista recuou 3,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando contraíra 3,8%, nesse tipo de comparação,

Gráfico 4.22 – Produção industrial – São Paulo
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.40 – Produção industrial – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2015	Variação % no período		
		Ago ^{2/} Nov ^{2/} 12 meses		
Indústria geral	100,0	-3,8	-3,3	-10,7
Veículos, reboques e carrocerias	16,2	-11,3	-11,9	-22,5
Produtos alimentícios	14,8	1,1	-2,1	-8,7
Deriv. petróleo e biocombustíveis	10,9	-3,7	-3,4	-4,8
Máquinas e equipamentos	7,9	-3,5	1,6	-12,4
Outros produtos químicos	7,2	-0,5	-1,0	-5,9
Produtos de borracha e plástico	5,4	-8,0	-1,1	-8,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Destacaram-se os recuos nas atividades produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (12,5%), veículos automotores, reboques e carrocerias (11,9%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (5,2%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 10,7% em novembro, ante 9,1% em agosto (equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, -24,4%; veículos automotores, reboques e carrocerias, -22,5%; produtos têxteis, -14,7%; artigos do vestuário e acessórios, -14,4%; metalurgia, -12,8%).

As vendas reais da indústria paulista recuaram 4,3% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao finalizado em julho, quando haviam declinado 4,8%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Fiesp. O Nuci diminuiu 1,1 p.p. no trimestre, para 75,6%.

O Icel de São Paulo, calculado pela CNI, atingiu 31,4 pontos em dezembro (30,2 pontos em setembro e 41,2 pontos em dezembro de 2014), permanecendo na área de pessimismo pelo vigésimo sétimo mês. O desempenho no trimestre repercutiu elevações nos componentes que avaliam as condições atuais (1,6 ponto) e as expectativas (0,9 ponto).

O *deficit* da balança comercial de São Paulo totalizou US\$18,1 bilhões em 2015, recuando 45,6% em relação a 2014. As exportações diminuíram 11,4% e as importações, 24,9%, somando, na ordem, US\$45,6 bilhões e US\$63,7 bilhões.

O comportamento das exportações, evidenciando variações de -14,2% nos preços e de 3,2% no *quantum*, repercutiu os decréscimos registrados nas vendas em todas as categorias de fator agregado: semimanufaturados, 14,4% (açúcar de cana em bruto, -25,2%), manufaturados, 11,5% (máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração, etc., -35,5%; óleos combustíveis, -76,5%) e básicos, 8,3% (carnes de bovinos, -30,3%). As exportações para os EUA, Argentina, China, Holanda e México representaram 45,8% das vendas do estado no período, com destaque para a redução de 27,2% nas direcionadas à Holanda.

A trajetória das importações repercutiu reduções de 9,6% nos preços e de 16,9% no *quantum*. Destacaram-se os recuos nas compras de combustíveis e lubrificantes, 58,9%; bens de capital, 22,4% (circuitos impressos e outras partes para aparelhos de telefonia, -19,5%); e de matérias-primas

Tabela 4.41 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	51 458	45 576	-11,4	-15,1
Básicos	6 632	6 083	-8,3	-20,4
Industrializados	44 826	39 492	-11,9	-10,0
Semimanufaturados	6 314	5 403	-14,4	-9,0
Manufaturados ^{1/}	38 512	34 089	-11,5	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.42 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	84 817	63 713	-24,9	-25,2
Bens de capital	19 802	15 360	-22,4	-21,2
Matérias-primas	40 919	32 587	-20,4	-21,2
Bens de consumo	12 907	11 168	-13,5	-20,6
Duráveis	4 791	4 071	-15,0	-26,7
Não duráveis	8 117	7 097	-12,6	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	11 189	4 598	-58,9	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.43 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2014	2015		
		Ano	III Tri	IV Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,10	1,75	2,74	11,11
Livres	75,5	7,11	1,22	2,63	8,46
Comercializáveis	33,5	6,28	1,36	3,36	8,48
Não comercializáveis	42,0	7,78	1,12	2,05	8,45
Monitorados	24,5	2,75	3,44	3,08	20,19
Principais itens					
Alimentação	23,7	8,12	1,36	3,43	11,33
Habitação	15,4	6,51	5,03	1,77	21,50
Artigos de residência	3,8	4,98	0,60	1,31	5,37
Vestuário	5,5	3,91	0,99	2,46	4,69
Transportes	19,9	3,79	0,29	4,89	10,70
Saúde	11,6	7,49	2,17	2,23	9,57
Despesas pessoais	11,3	8,86	1,67	1,26	9,25
Educação	5,0	8,05	1,69	0,41	9,88
Comunicação	3,8	-3,64	0,37	2,24	2,15

Fonte: IBGE

1/ Referente a dezembro de 2015.

e bens intermediários, 20,4% (naftas, -69,8%; circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, -33,8%; partes e peças para veículos automóveis e tratores, -28,0%). As aquisições provenientes dos EUA, China, Alemanha, Coreia do Sul e Japão responderam, em conjunto, por 51,8% das importações anuais do estado, com ênfase para as retrações das originárias da Coreia do Sul (24,0%) e da Alemanha (22,4%).

O IPCA da RMSP variou 2,74% no quarto trimestre do ano (1,75% no terceiro), resultado de aceleração dos preços livres (de 1,22% para 2,63%) e desaceleração dos monitorados (de 3,44% para 3,08%), destacando-se, nesse segmento, a redução da variação nas tarifas elétricas residenciais (de 13,03% para 0,98%) e as elevações de preços nos itens gasolina (12,46%) e planos de saúde (3,22%).

A trajetória dos preços livres refletiu acelerações dos preços dos bens não comercializáveis, de 1,12% para 2,05% (passagens aéreas, 33,58%, tubérculos, 12,52%, e frutas, 9,37%), e dos comercializáveis, de 1,36% para 3,36% (etanol, 30,44%; açúcares e derivados, 7,71%; bebidas e infusões, 5,49%). O índice de difusão médio atingiu 63,7% no quarto trimestre do ano (56,1% no terceiro).

A variação do IPCA da RMSP atingiu 11,11% em 2015 (6,10% em 2014), repercutindo acelerações dos preços monitorados, de 2,75% para 20,19% (energia elétrica residencial, 70,96%; gasolina, 20,52%), e dos preços livres, de 7,11% para 8,46%. A evolução dos preços livres decorreu de acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 6,28% para 8,48% (carnes, 10,38%; panificados, 10,27%; cuidados pessoais, 9,15%), e dos não comercializáveis, de 7,78% para 8,45% (alimentação fora do domicílio, 9,56%; mensalidades escolares, 9,01%, serviços pessoais, 8,15%). Entre os grupos, destacaram-se, no ano, os aumentos das despesas com habitação, 21,50%, alimentação e bebidas, 11,33%, e transportes, 10,70%.

A economia paulista seguiu em desaceleração no trimestre encerrado em novembro, com destaque para os desempenhos negativos de indicadores relacionados à atividade industrial e aos mercados de trabalho e de crédito. Nesse cenário, em que a confiança dos agentes econômicos persiste em patamar reduzido, a recuperação da economia do estado poderá ser estimulada pela expansão das exportações, favorecidas pela depreciação da taxa de câmbio.

Região Sul

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados

2002 = 100

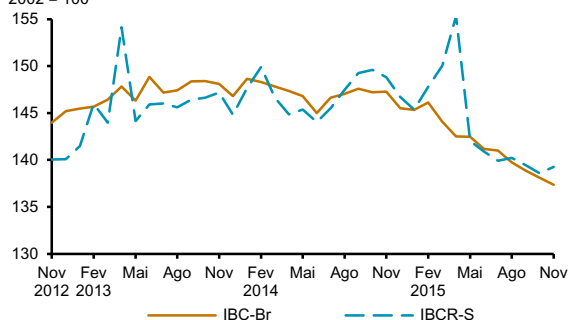
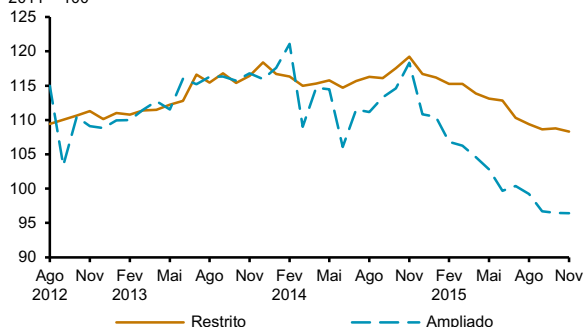


Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2014 Ano	2015 Ago ^{1/}	2015 Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	1,9	-2,8	-2,1	-3,3
Combustíveis e lubrificantes	4,7	-4,0	-6,2	-3,3
Hiper e supermercados	0,8	-2,9	-1,7	-2,3
Tecidos, vestuário e calçados	0,0	-3,3	-3,3	-8,3
Móveis e eletrodomésticos	0,9	-3,7	0,2	-9,9
Comércio varejista ampliado	-0,6	-4,6	-3,2	-9,7
Automóveis e motocicletas	-5,3	-7,6	-6,7	-20,9
Material de construção	2,8	-3,6	-2,9	-6,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Os principais indicadores econômicos do Sul registram continuidade do processo de retração do nível de atividade, ressaltando-se os resultados desfavoráveis, na margem, das vendas do comércio e da atividade industrial. Nesse cenário, em que a confiança dos agentes econômicos segue em patamar reduzido e a renda real decresce, o IBCR-S recuou 0,9% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando decrescera 5,9%, nesse tipo de comparação, dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador recuou 1,9% em novembro (elevações de 0,2% em agosto e de 0,7% em novembro de 2014).

As vendas do comércio ampliado da região diminuíram 3,2% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando recuaram 4,6%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Houve reduções das vendas em oito das dez atividades incluídas na pesquisa (veículos, -6,7%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -6,5%). As vendas do comércio varejista, excluídas as variações nas de veículos e de material de construção, recuaram 2,1% no período (-2,8% no trimestre finalizado em agosto).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 9,7% em novembro (-5,7% em agosto), com destaque para a redução de 20,9% nas de veículos. O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-6,1%), retraiu 3,3% no período (-1,1% até agosto).

As vendas de automóveis e comerciais leves novos totalizaram, de acordo com a Fenabrave, 463,6 mil unidades em 2015, recuando 31,3% em relação a 2014 (automóveis, -29,8%; comerciais leves, -38,7%).

O volume do setor de serviços recuou 5,5% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual

Tabela 5.2 – Volume de serviços – Sul

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

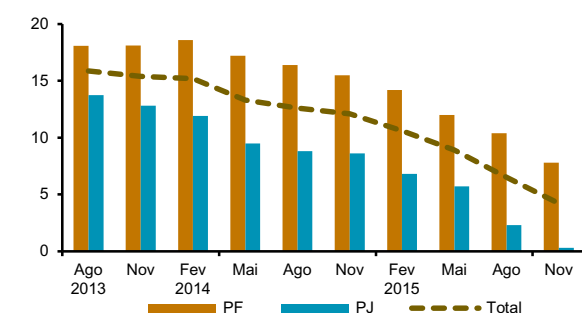
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	3,1	-3,2	-5,5	-3,7
Serviços prestados às famílias	-0,3	-5,0	-7,7	-5,1
Serviços de informação e comunicação	9,4	0,7	-1,0	1,1
Serviços profissionais e administrativos	-0,3	-2,8	-8,7	-4,1
Transportes e correios	-0,5	-6,6	-8,2	-7,9
Outros serviços	3,3	-9,6	-8,3	-6,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

período de 2014, segundo a PMS do IBGE (serviços profissionais e administrativos, -8,7%; outros serviços, -8,3%). Considerados intervalos de doze meses, o indicador decresceu 3,7% em novembro (transportes e correios, -7,9%; outros serviços, -6,3%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no Sul totalizou R\$549,5 bilhões em novembro, aumentando 0,9% no trimestre e 4,2% em doze meses. As operações com recursos direcionados somaram R\$296,6 bilhões, crescendo 1,6% e 6,4%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, e as efetuadas com recursos livres atingiram R\$253 bilhões, aumentando 0,1% no trimestre e 1,7% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$296,1 bilhões, crescendo 1,9% no trimestre e 7,8% em doze meses, com destaque para as modalidades financiamentos imobiliários e rurais. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$253,5 bilhões, variando -0,2% e 0,3%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação. A evolução dessas operações foi condicionada, em especial, pelas reduções no saldo da indústria de transformação (principalmente de alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto) e do setor de transportes (transporte rodoviário e de carga).

A inadimplência das operações de crédito da região atingiu 3,1% em novembro, elevando-se 0,3 p.p. no trimestre e 0,7 p.p. em doze meses. A variação trimestral refletiu aumentos de 0,2 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,4 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu, na ordem, 3,0% e 3,2%.

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram R\$29,0 bilhões em 2015 (R\$38,4 bilhões em 2014), dos quais 44,9% destinados às micro, pequenas e médias empresas.

O indicador de ICF, elaborado pela CNC, atingiu 84,8 pontos no quarto trimestre de 2015 (86,1 pontos no terceiro e 129,2 pontos em igual trimestre de 2014), situando-se pelo segundo trimestre consecutivo abaixo dos 100 pontos, zona que indica insatisfação dos consumidores. A deterioração na comparação interanual refletiu, sobretudo, a redução no componente que avalia as perspectivas de consumo para os próximos três meses.

O Icec, calculado pela CNC, atingiu 78,4 pontos no quarto trimestre de 2015 (81,4 pontos no terceiro e 105,1 pontos em igual intervalo de 2014), patamar 2,2 pontos inferior à média registrada para o país. O indicador

Tabela 5.3 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	51,7	-68,9	-11,0	-103,6	-58,9
Indústria de transformação	-13,8	-26,4	-8,0	-57,9	-45,7
Comércio	38,6	-23,3	0,3	-21,7	8,0
Serviços	22,6	-6,5	9,9	-13,7	-11,6
Construção civil	-4,2	-13,1	-3,2	-11,0	-14,0
Agropecuária	8,0	2,1	-11,2	2,1	5,2
Serviços ind. de utilidade pública	0,2	0,5	-0,4	-0,3	0,0
Outros ^{2/}	0,2	-2,2	1,5	-1,1	-0,9

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Tabela 5.4 – Necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014 Jan-set	2015 Jan-set	2014 Jan-set	2015 Jan-set
Total	-2 275	-1 477	4 863	7 953
Governos estaduais	-1 329	-2 279	4 765	7 872
Capitais	280	118	42	62
Demais municípios	-1 227	685	56	19

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.
Dados preliminares.

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
	2014	Nominal		Outros ^{4/}		2015
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}		Set
Total	83 907	-1 477	7 953	6 476	5 481	95 863
Governos estaduais	85 423	-2 279	7 872	5 593	5 079	96 094
Capitais	1 059	118	62	179	209	1 448
Demais municípios	-2 575	685	19	704	192	-1 679

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.6 – Dívida líquida – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões		
	2013 Dez	2014 Dez	2015 Set
Dívida bancária	6 660	9 919	10 829
Renegociação ^{2/}	64 542	65 822	69 284
Dívida externa	7 599	10 197	15 205
Outras dívidas junto à União	3 776	3 768	3 949
Dívida reestruturada	298	213	318
Disponibilidades líquidas	-5 742	-6 012	-3 723
Total (A)	77 135	83 907	95 863
Brasil^{3/} (B)	578 634	655 704	750 920
(A/B) (%)	13,3	12,8	12,8

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.
Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

permaneceu em área que aponta falta de confiança (abaixo de 100 pontos) durante todo o ano, especialmente devido à avaliação das condições atuais da economia brasileira.

A economia da região eliminou, de acordo com o Caged/MTPS, 58,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (criação de 51,7 mil em igual período de 2014), com destaque para os cortes na indústria de transformação (45,7 mil postos, dos quais 11,3 mil na indústria têxtil), na construção civil (14 mil) e no setor de serviços (11,6 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 1,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto.

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$1,5 bilhão nos nove primeiros meses do ano (R\$2,3 bilhões em igual período de 2014). Houve aumento de 71,5% no *superavit* dos governos estaduais; redução de 57,9% no resultado deficitário das capitais; e reversão, de *superavit* de R\$1,2 bilhão para *deficit* de R\$685 milhões, no resultado dos demais municípios.

Os juros, apropriados por competência, somaram R\$8 bilhões no período (R\$4,9 bilhões nos nove primeiros meses de 2014), com destaque para o impacto da variação do IGP-DI, principal indexador da dívida renegociada junto à União, que representa a maior parcela do endividamento regional. O resultado nominal totalizou *deficit* de R\$6,5 bilhões no período (R\$2,6 bilhões entre janeiro e setembro de 2014).

Considerados dados consolidados, os governos dos três estados, das capitais e dos principais municípios do Sul acumularam *superavit* primário de R\$953 milhões em 2015 (R\$1,6 bilhão 2014). A apropriação de juros totalizou R\$12 bilhões e o *deficit* nominal, R\$11,0 bilhões (R\$7,2 bilhões e *deficit* de R\$5,6 bilhões, na ordem, em 2014). A dívida líquida dos três segmentos considerados atingiu R\$100,2 bilhões em 2015, elevando-se 19,4% em relação a 2014 e passando a representar 12,6% do endividamento de todas as regiões.

A receita de ICMS totalizou R\$62,0 bilhões nos onze primeiros meses do ano, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, e as Secretarias Estaduais da Fazenda, aumentando 1,6% em termos reais (considerado o IGP-DI como deflator), em relação a igual intervalo de 2014. As transferências da União, incluídos os recursos do Fundo de Participação dos

Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Dezembro de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
PR	17 074	624	1 843	19 115	-778	1 367
RS	58 075	-975	4 032	68 912	-511	7 627
SC	8 758	-1 248	-226	12 186	336	2 030
Total (A)	83 907	-1 599	5 649	100 214	-953	11 024
Brasil^{4/} (B)	655 704	10 713	67 433	793 064	-11 900	85 611
(A/B) (%)	12,8	-14,9	8,4	12,6	8,0	12,9

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.8 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}	Variação %	
		2014	2015	2015/2014
Grãos	72,2	71 038	75 985	7,0
Soja	43,8	29 623	34 846	17,6
Milho	12,4	24 362	24 684	1,3
Arroz (em casca)	9,1	9 489	9 926	4,6
Trigo	3,8	5 748	4 874	-15,2
Feijão	2,6	1 070	964	-9,9
Outras lavouras				
Fumo	8,4	847	856	1,1
Cana-de-açúcar	3,7	49 554	52 089	5,1
Mandioca	3,5	5 584	5 489	-1,7
Maçã	1,9	1 371	1 263	-7,8
Uva	1,4	960	1 025	6,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Tabela 5.9 – Preços médios pagos ao produtor – Sul

Produtos	Variação % no período		
	2015		
	Mês ^{1/}	Trimestre ^{2/}	Acumulado
	(Dez)	(Out-Dez)	no ano ^{3/}
Soja	-1,5	8,0	5,6
Arroz (em casca)	0,8	15,6	2,6
Feijão	7,6	14,3	-3,7
Milho	1,1	15,5	7,0
Trigo	0,4	11,5	-4,3

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até dezembro em relação ao mesmo período do ano anterior.

Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), apresentaram recuo real de 1,3% no período, para R\$19,3 bilhões, conforme a STN.

A safra de grãos do Sul totalizou 76 milhões de toneladas em 2015 (36,3% da produção nacional), de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE. O aumento anual de 7,0% repercutiu elevações nas colheitas de soja (17,6%), arroz (4,6%) e milho (1,3%), e recuos nas de trigo (15,2%) e de feijão (9,9%). Considerando as demais culturas, destacaram-se a redução de 7,8% na produção de maçã e o aumento de 6,8% na de uva. Segundo o prognóstico de dezembro, a safra de 2016 do Sul deverá manter-se no mesmo nível de 2015, ressaltando-se as projeções de aumento de 26,5% para a produção de trigo e de recuos para as de milho (12,3%), arroz (2,8%) e soja (1,1%).

As cotações médias de milho, soja, arroz, feijão e trigo variaram 7%, 5,6%, 2,6%, -3,7%, e -4,3%, respectivamente, em 2015, em relação ao ano anterior, de acordo com a Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR¹.

O Valor Bruto da Produção (VBP) real² das lavouras deverá crescer 2,5% em 2015, de acordo com estimativa do Mapa realizada em novembro. Destaque para as projeções de aumento de 10,5% no VBP da soja e de reduções nos do trigo (8,7%), milho (7,6%), arroz (3,4%) e feijão (2,8%).

Os abates de bovinos, aves e suínos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram -14,4%, -0,5% e 2,5%, respectivamente, nos onze primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo de 2014, conforme o Mapa. No mesmo período, as cotações médias desses produtos variaram, na ordem, 19,2%, 6,3% e -5,2%, de acordo com a Emater/RS, a Cepa/SC, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP) e a Seab/PR, e as respectivas exportações oscilaram -12,9%, 6,8% e 14,7%, respectivamente, segundo o MDIC.

O VBP real da pecuária deverá aumentar 1,0% em 2015, conforme estimativa do Mapa realizada em novembro, reflexo de variações nos relativos aos itens bovinos (7,4%), ovos (5,2%), frango (1,9%), suínos (1,7%) e leite (-7,7%).

A produção industrial do Sul recuou 3,1% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao

1/ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS); Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC); e Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab/PR).

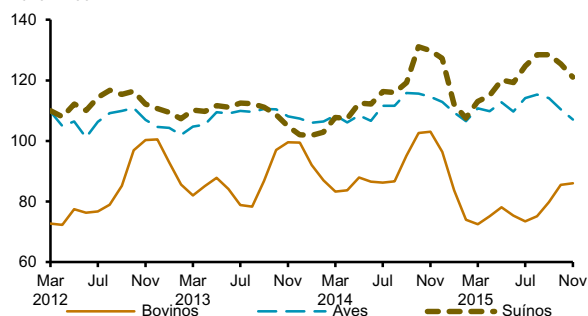
2/ Corrigido pelo IGP-DI.

Tabela 5.10 – Indicadores da pecuária – Sul

Novembro de 2015

Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	-14,4	-12,9	19,2
Suínos	2,5	14,7	-5,2
Aves	-0,5	6,8	6,3

Fonte: Mapa, Emater/RS, Cepea/USP, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

Gráfico 5.4 – Abates de animais – SulMédia móvel trimestral
2010 = 100

Fonte: Mapa

Tabela 5.11 – Produção industrial – Sul

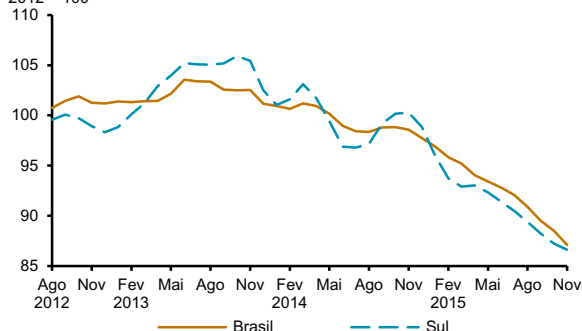
Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,2	-3,1	-9,0
Produtos alimentícios	19,7	0,6	-1,1	-0,9
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	-7,7	-16,8	-28,6
Máquinas e equipamentos	8,8	-9,2	-4,0	-18,0
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-4,1	7,4	-3,2
Outros produtos químicos	5,7	-3,9	-1,7	0,5
Produtos de metal	5,7	-6,3	-1,5	-7,4
Artigos de vestuário e acessórios	3,9	14,4	-3,1	-2,8
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	4,0	-13,2	-1,9	-16,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.5 – Produção industrialDados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2012 = 100

Fonte: IBGE

3/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para 2010

finalizado em agosto, quando decrescera 3,2% nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Destacaram-se a retração de 16,8% na produção de veículos, reboques e carrocerias, e o aumento de 7,4% na de derivados de petróleo e biocombustíveis.

A análise em doze meses mostra que a produção industrial do Sul contraiu 9,0% em novembro (-6,6% até agosto), repercutindo recuos em quinze das dezoito atividades pesquisadas (veículos, -28,6%; metalurgia, -21,7%; máquinas e equipamentos, -18,0%).

O Icei do Sul, elaborado pela CNI, atingiu 35,0 pontos no quarto trimestre de 2015 (35,5 pontos no terceiro e 43,4 pontos em igual período de 2014). O indicador manteve-se na zona indicativa de reduzida confiança dos empresários (abaixo de 50 pontos) pelo sétimo trimestre consecutivo.

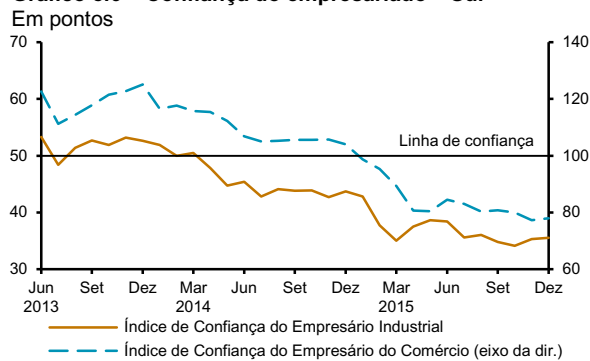
O indicador de estoques de produtos finais da indústria de transformação do Sul, divulgado na Sondagem Industrial da CNI, totalizou 56,2 pontos no trimestre finalizado em novembro (53,9 pontos em igual período de 2014). Valores acima de 50 pontos indicam percepção de estoques em excesso.

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria do Sul³ atingiu 75,8% no trimestre finalizado em novembro (76,6% no encerrado em agosto), considerados dados dessazonalizados.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 19,4 mil unidades em 2015, segundo a Fenabrave, recuando 53,0% em relação a 2014.

A balança comercial do Sul apresentou *superavit* de US\$5 bilhões em 2015 (*deficit* de US\$4,2 bilhões em 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$40,1 bilhões e as importações, US\$35,1 bilhões, reduzindo-se 9,0% e 27,3%, respectivamente, no ano.

A trajetória das exportações repercutiu variações de 10,6% no *quantum* e de -17,7% nos preços. Os embarques de produtos básicos (50,8% do total) recuaram 8,8% (carne de suíno, -12,7%; fumo, -12,5%; soja, -9,6%); os de manufaturados, 9,6% (partes de motores para veículos, -16,6%; polímeros de etileno, -4,3%); e os de

Gráfico 5.6 – Confiança do empresariado – Sul**Tabela 5.12 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul	Brasil	Var. %	Var. %
	2014	2015		
Total	44 015	40 071	-9,0	-15,1
Básicos	22 294	20 339	-8,8	-20,4
Industrializados	21 721	19 732	-9,2	-10,0
Semimanufaturados	3 474	3 242	-6,7	-9,0
Manufaturados ^{1/}	18 247	16 491	-9,6	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.13 – Importação por categoria de uso – FOB

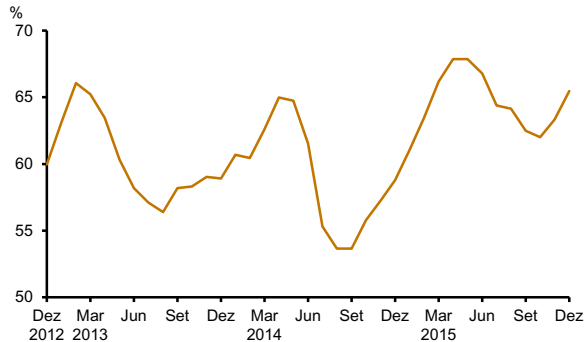
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul	Brasil	Var. %	Var. %
	2014	2015		
Total	48 263	35 084	-27,3	-25,2
Bens de capital	9 137	7 053	-22,8	-21,2
Matérias-primas	25 351	18 886	-25,5	-21,2
Bens de consumo	8 778	6 470	-26,3	-20,6
Duráveis	4 653	3 075	-33,9	-26,7
Não duráveis	4 124	3 394	-17,7	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	4 997	2 674	-46,5	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Gráfico 5.7 – IPCA – Índice de difusão – Sul

Média móvel trimestral



semimanufaturados, 6,7% (couros e peles, -23,8%; açúcar de cana, -18,9%). China, EUA e Argentina adquiriram, em conjunto, 36,4% das vendas externas da região do ano, destacando-se a retração anual de 9,0% nas vendas externas para os EUA.

A retração das importações refletiu decréscimos de 16,6% na quantidade e de 12,9% nos preços. Houve reduções nas compras em todas as categorias de uso: matérias-primas e produtos intermediários (53,8% do total), -25,5% (partes e peças para veículos, -27,3%; adubos e fertilizantes, -25,3%; naftas, -44,7%); bens de capital, -22,8% (veículos de carga, -32,6%); bens de consumo, -26,3% (automóveis, -46,6%); combustíveis, -46,5%. As aquisições provenientes da China, Argentina e EUA responderam, em conjunto, por 42,8% das compras da região no ano, ressaltando-se o recuo anual de 32,2% nas importações oriundas da Argentina.

O IPCA do Sul⁴ variou 2,74% no quarto trimestre de 2015 (1,78% no terceiro). Houve acelerações nos preços livres, de 1,56% para 2,64%, e nos monitorados, de 2,49% para 3,06% (gasolina, 10,24%).

A trajetória dos preços livres repercutiu os aumentos nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,92% para 2,73% (etanol, 25,92%; carnes, 4,19%; vestuário, 3,02%) e dos não comercializáveis, de 1,22% para 2,55% (frutas, 15,88%; alimentação fora do domicílio, 3,12%).

O índice de difusão atingiu 65,5% no quarto trimestre de 2015 (62,5% no terceiro e 58,8% no quarto trimestre de 2014).

O IPCA da região variou 11,87% em 2015, ante 6,72% em 2014, evolução decorrente, em especial, da aceleração, de 6,14% para 19,80%, dos preços monitorados (energia elétrica residencial, 60,92%; gasolina, 21,28%). Os preços livres aumentaram 9,58% no ano (6,89% em 2014), ocorrendo aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 5,39% para 10,24% (carne, 17,39%; vestuário, 6,0%), e dos não comercializáveis, de 8,34% para 8,97% (alimentação fora do domicílio, 10,16%).

A economia da região deverá seguir repercutindo, nos próximos meses, os impactos do ajuste macroeconômico e do declínio da confiança de consumidores e empresários. Nesse contexto, ganham relevância as perspectivas de que

4/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

Tabela 5.14 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015			
		I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
IPCA	100,0	4,13	2,73	1,78	2,74
Livres	75,9	2,62	2,44	1,56	2,64
Comercializáveis	37,0	2,43	2,79	1,92	2,73
Não comercializáveis	39,0	2,80	2,12	1,22	2,55
Monitorados	24,1	9,39	3,69	2,49	3,06
Principais itens					
Alimentação	25,2	3,97	3,02	1,99	4,20
Habitação	16,1	10,74	3,16	4,11	1,55
Artigos de residência	4,6	1,15	2,94	2,43	1,21
Vestuário	6,6	-0,09	3,04	-0,06	3,02
Transportes	18,8	4,51	1,22	0,93	3,89
Saúde	11,1	1,68	4,57	1,29	1,77
Despesas pessoais	10,2	2,54	3,62	1,28	1,55
Educação	3,8	6,27	0,24	1,47	0,74
Comunicação	3,6	-1,32	0,85	0,37	2,15

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

as trajetórias da atividade agrícola e das exportações, que deverão ser favorecidas pela depreciação do real, mitiguem essa dinâmica restritiva projetada para a atividade da economia do Sul no curto prazo.

Paraná

Gráfico 5.8 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná
Dados dessazonalizados

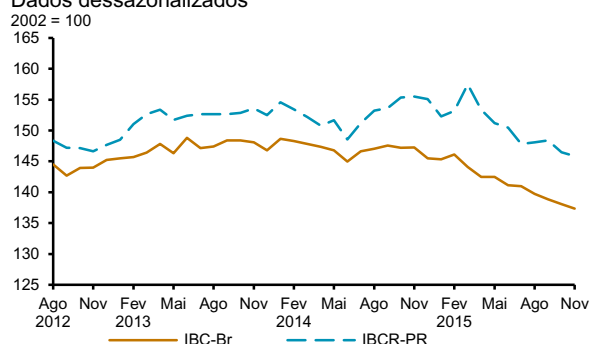


Gráfico 5.9 – Comércio varejista – Paraná
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 5.15 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014 Ano	2015 Ago ^{1/}	2015 Nov ^{1/}	2015 12 meses
Comércio varejista	2,3	-2,5	-1,4	-2,0
Combustíveis e lubrificantes	5,2	-2,2	-7,1	-1,5
Hiper e supermercados	3,2	-1,4	0,7	-0,1
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	-1,6	-5,1	-9,8
Móveis e eletrodomésticos	-3,1	-5,5	0,4	-10,0
Comércio ampliado	-3,0	-2,3	-4,0	-8,4
Automóveis e motocicletas	-10,5	-3,3	-5,1	-18,4
Material de construção	-3,3	-2,7	-7,0	-8,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do Paraná recuou 4,1% no terceiro trimestre e 1,9% nos três primeiros trimestres de 2015, em relação a iguais intervalos de 2014, de acordo com estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparde). A evolução mais recente de indicadores importantes da atividade econômica paranaense, relacionados em especial ao comércio e à indústria, evidencia a persistência do processo de retração da economia do estado. Nesse contexto, o IBCR-PR recuou 1,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando havia retraído 3,4%, no mesmo tipo de comparação. Considerados períodos de doze meses, o indicador diminuiu 1,0% em novembro (0,6% em agosto).

As vendas do comércio ampliado recuaram 4,0% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando diminuíram 2,3%, no mesmo tipo de comparação, dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções nas vendas em sete dos dez segmentos pesquisados (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -7,4%; material de construção, -7,0%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos (-5,1%) e de material de construção, recuou 1,4% no período (-2,5% no trimestre até agosto).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado contraíram 8,4% em novembro de 2015 (-5,3% em agosto), mantendo-se na trajetória de desaceleração iniciada em setembro de 2014 (veículos, motos, partes e peças, -18,4%; livros, jornais, revistas e papelaria, -13,0%). Excluídas as reduções nas vendas de veículos e de material de construção (-8,9%), o comércio varejista retraiu 2,0% em novembro (estabilidade em agosto).

As vendas de automóveis e veículos comerciais aumentaram 7,0% no trimestre encerrado em dezembro de 2015, em relação ao finalizado em setembro, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabreve e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv PR).

O volume do setor de serviços do Paraná reduziu 3,3% no trimestre finalizado em novembro de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com a PMS, do IBGE (serviços prestados às famílias, -6,6%; serviços de informação e comunicação, -3,7%). Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 4,1% em novembro de

Tabela 5.16 – Volume de serviços – Paraná

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	-0,2	-4,1	-3,3	-4,1
Serviços prestados às famílias	-7,2	-4,4	-6,6	-5,1
Serviços de informação e comunicação	2,9	-2,3	-3,7	-2,1
Serviços profissionais e administrativos	1,4	-1,1	-2,7	-0,6
Transportes e correio	-1,7	-5,8	-2,9	-6,4
Outros serviços	-7,9	-11,7	-1,0	-7,7

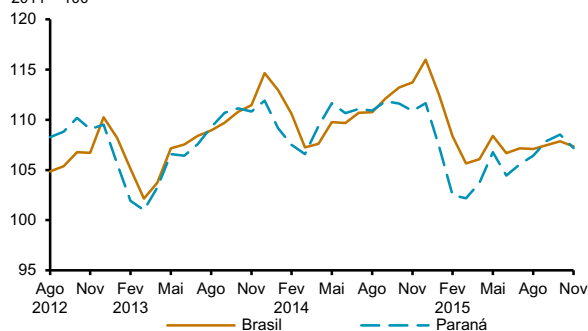
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês em referência e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.10 – Volume de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

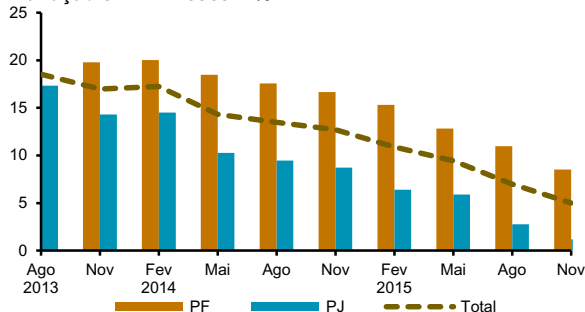
2011 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.11 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.17 – Evolução do emprego formal – Paraná

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
		Nov	Fev	Mai	Ago
Total	16,0	-33,9	6,8	-29,4	-24,7
Indústria de transformação	-0,9	-12,6	-2,4	-17,2	-14,8
Comércio	12,3	-9,3	2,6	-7,2	1,6
Serviços	7,1	-4,3	4,2	-2,2	-4,5
Construção civil	-2,2	-4,9	-0,7	-4,1	-6,2
Agropecuária	-0,3	-2,9	2,8	1,6	-0,8
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	0,0	-0,1	-0,2	0,0
Outros ^{2/}	0,1	0,2	0,3	-0,2	-0,1

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral e administração pública.

2015 (-3,3% em agosto), com destaque para a retração de 7,7% no segmento outros serviços.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas no Paraná, totalizou R\$209,7 bilhões em novembro, elevando-se 1,0% no trimestre e 5,0% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados somaram R\$115,4 bilhões, aumentando 1,5% e 8,0%, respectivamente, e os realizados com recursos livres, R\$94,3 bilhões, variando 0,3% no trimestre e 1,5% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas totalizou R\$112,8 bilhões, aumentando 1,9% no trimestre e 8,5% em doze meses, com destaque para as modalidades cartão de crédito financiado e financiamentos imobiliários. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$96,9 bilhões, registrando estabilidade e aumento de 1,2%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, com ênfase para as contratações nas modalidades financiamentos à exportação e financiamentos rurais.

A taxa de inadimplência dessas operações situou-se em 3,29% em novembro, aumentando 0,49 p.p. no trimestre e 0,91 p.p. em doze meses. A trajetória trimestral refletiu elevações de 0,23 p.p. no segmento de pessoas físicas, para 3,15%, e de 0,79 p.p. no de pessoas jurídicas, para 3,15%.

A economia paranaense eliminou, de acordo com o Caged/MTPS, 24,7 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em novembro (criação de 16 mil em igual período de 2014), dos quais 14,8 mil na indústria de transformação, 6,2 mil na construção civil e 4,5 mil no setor de serviços. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), houve redução de 11,4 mil empregos formais no trimestre, dos quais 5,5 mil na indústria de transformação, 3,7 mil no setor de serviços e 2,9 mil na construção civil.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná totalizou R\$762 milhões nos nove primeiros meses de 2015. O aumento de 464,0% em relação ao mesmo período do ano anterior refletiu, em especial, a reversão de *deficit* de R\$590 milhões, para *superavit* de R\$632 milhões, no resultado do governo do estado.

A arrecadação do ICMS no Paraná totalizou R\$22,7 bilhões nos onze primeiros meses de 2015, segundo a Cotepe, com aumento real de 8,5% em relação a igual período de 2014, considerado o IGP-DI como deflator.

Tabela 5.18 – Necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014 Jan-set	2015 Jan-set	2014 Jan-set	2015 Jan-set
Estado do Paraná	209	-762	794	1 374
Governo estadual	590	-632	733	1 325
Capital	209	-142	14	24
Demais municípios	-590	13	47	25

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.19 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

	R\$ milhões					
UF	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
	2014	Nominal			Outros ^{3/}	2015
	Dez	Primário	Juros	Total ^{4/}		Set
Estado do Paraná	17 074	-762	1 374	612	699	18 384
Governo estadual	17 767	-632	1 325	693	552	19 012
Capital	507	-142	24	-119	157	545
Demais municípios	-1 201	13	25	38	-10	-1 173

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 5.20 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2015/2014
		2014	2015	
Grãos ^{3/}	76,2	35 900	37 621	4,8
Soja	48,4	14 913	17 145	15,0
Milho	16,7	15 823	15 974	1,0
Trigo	6,0	3 816	3 333	-12,7
Feijão	4,2	814	729	-10,4
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	7,7	47 948	51 255	6,9
Mandioca	3,6	3 959	3 917	-1,0
Fumo	3,5	176	185	4,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

As transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundeb, somaram R\$7,7 bilhões nos onze primeiros meses do ano, de acordo com a STN, com variação real de -1,4%, em relação a igual período de 2014, considerado o IGP-DI como deflator.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$1,4 bilhão no período (R\$794 milhões nos nove primeiros meses de 2014), e o resultado nominal foi deficitário em R\$612 milhões (*deficit* de R\$1 bilhão em igual período de 2014).

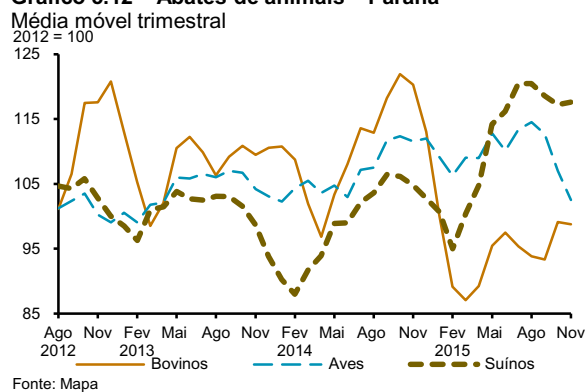
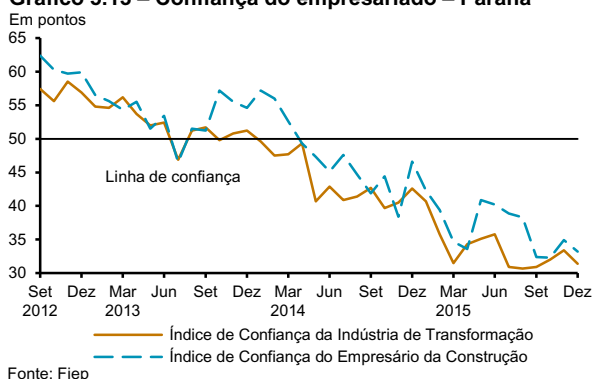
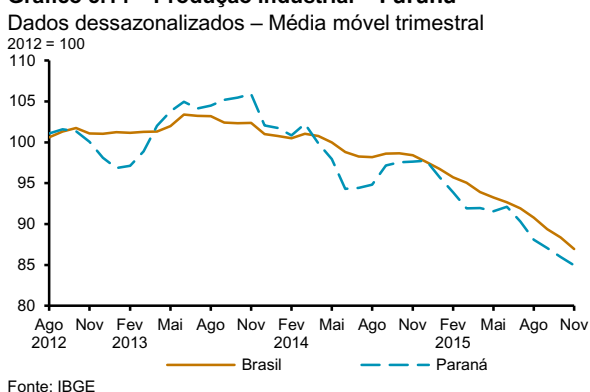
A dívida líquida atingiu R\$18,4 bilhões em setembro de 2015, aumentando 7,7% em relação a dezembro de 2014.

A safra de grãos do Paraná totalizou 37,6 milhões de toneladas em 2015 (18,0% da produção do país) de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE. O aumento anual de 4,8% refletiu elevações nas produções de soja (15,0%) e de milho (1,0%), impulsionadas por aumentos respectivos de 10,6% e 5,8% na produtividade; e retrações nas colheitas de trigo (12,7%), afetada pelo impacto do excesso de chuvas sobre a produtividade, que recuou 9,5% no ano; e de feijão (10,4%), impactada por diminuição de 20,3% na área cultivada.

Projeção da Seab/PR e do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral), divulgada em dezembro, indica que a área cultivada e a produção de soja no estado deverão crescer 3,0% e 7,0%, respectivamente, na safra de 2016. Para a cultura do milho, estão projetadas variações respectivas de -21,0% e 5,0% nas áreas plantadas na primeira e na segunda safras, que deverão variar, na ordem, -21,0% e 3,0% no ano. As áreas cultivadas de feijão primeira e segunda safras deverão registrar recuos respectivos de 6,0% e 4,0% em 2016, e as respectivas produções, aumentos de 1,0%.

O quarto levantamento da intenção de plantio, divulgado pela Conab em janeiro, estima aumento anual de 1,2% para a safra de grãos do Paraná em 2016, destacando-se as projeções de aumentos respectivos de 7,3% e 11,5% para as colheitas de soja e feijão, e de recuo de 5,6% para a de milho.

Os abates de aves, suínos e bovinos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 1,0%, 12,9% e -15,7%, respectivamente, nos onze primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2014, representando,

Gráfico 5.12 – Abates de animais – Paraná**Gráfico 5.13 – Confiança do empresariado – Paraná****Gráfico 5.14 – Produção industrial – Paraná****Tabela 5.21 – Produção industrial – Paraná**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,8	-3,6	-8,2
Produtos alimentícios	22,7	0,0	-5,0	-2,5
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-4,8	7,0	-3,4
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	-4,6	-22,0	-30,2
Máquinas e equipamentos	6,7	-13,4	-7,9	-8,8
Celulose e prod. papel	5,5	5,3	-4,7	8,3
Outros produtos químicos	4,7	-5,0	-8,0	0,2

Fonte: IBGE

^{1/} Ponderação de atividades no VT conforme a PIA 2010/IBGE.

^{2/} Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

na ordem, 31,3%, 21,9% e 3,6% dos abates realizados no país. De acordo com a Seab/PR, os preços médios recebidos pelos produtores no estado, no mesmo período, variaram 3,7%, -3,1% e 19,3%, respectivamente, em relação a igual período em 2014.

O Índice de Confiança da Indústria de Transformação (ICIT-PR) atingiu 31,4 pontos em dezembro (30,9 pontos em setembro), permanecendo na área de pessimismo pelo vigésimo quarto mês consecutivo. O Índice de Condições Atuais (ICA) e o Índice de Expectativas (IE) aumentaram 0,2 ponto e 0,7 ponto, respectivamente, para 25,4 pontos e 34,5 pontos, no período.

O Índice de Confiança do Empresário da Construção (Icec-PR) situou-se em 33,2 pontos em dezembro (32,4 pontos em setembro), permanecendo na área de pessimismo pelo vigésimo primeiro mês consecutivo. O ICA aumentou 3,1 pontos, para 28,7 pontos, e o IE recuou 0,5 ponto, para 35,4 pontos, no período.

A análise da confiança empresarial reforça os indícios de retração para a atividade industrial no estado. Nesse sentido, a Pesquisa de Sondagem Industrial, realizada anualmente pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) – na qual a resposta de cada empresa possui o mesmo peso – mostra que 32,9% dos empresários industriais paranaenses têm expectativas favoráveis para 2016, menor nível desde 1996.

A produção da indústria paranaense recuou 3,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando diminuiu 3,8%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados PIM-PF Regional do IBGE. Houve redução em dez das treze atividades pesquisadas (veículos automotores, reboques e carrocerias, -22,0%; outros produtos químicos, -8,0%, máquinas e equipamentos, -7,9%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 8,2% em novembro (6,7% em agosto), ressaltando-se os decréscimos nas atividades veículos automotores, reboques e carrocerias (30,2%), máquinas e equipamentos (8,8%) e coque, produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis (3,4%).

As vendas reais da indústria paranaense recuaram 5,0% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando diminuiram 0,3%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da

Fiep. Dentre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se as reduções em produtos químicos (15,3%), fabricação e montagem de veículos automotores (12,3%) e máquinas e equipamentos (12,0%). O número de horas trabalhadas e o pessoal empregado na indústria aumentaram 5,6% e 1,6%, respectivamente, no trimestre, período em que o Nuci atingiu média de 71,0% (70,6% no trimestre finalizado em agosto).

A análise em doze meses indica que as vendas reais recuaram 7,4% em novembro, em relação a igual período de 2014, ante retração de 5,6% em agosto (veículos automotores, -19,9%; máquinas e equipamentos, -18,5%; produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, -13,9%).

As vendas de caminhões e ônibus no Paraná diminuíram 5,2% no trimestre encerrado em dezembro de 2015, em relação ao finalizado em setembro, e 55,6% em relação a igual período de 2014, de acordo com a Fenabrave-PR e o Sincodiv PR.

No âmbito da indústria da construção civil, a Prefeitura Municipal de Curitiba emitiu 6,5 mil certificados de conclusão de unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais, no quarto trimestre de 2015 (recuos respectivos de 29,1% e 47,1% em relação ao trimestre anterior e a igual período de 2014); e concedeu 4,6 mil alvarás de construção imobiliária (reduções respectivas de 38,3% e 57,0%, nas mesmas bases de comparação). Os preços dos imóveis em Curitiba, repercutindo o ambiente recessivo observado na economia do estado, recuaram 0,2% em 2015, de acordo com o Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados.

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$2,5 bilhões em 2015, ante *deficit* de US\$964 milhões em 2014, reflexo de reduções de 8,7% nas exportações e de 28,0% nas importações, que somaram US\$14,9 bilhões e US\$12,4 bilhões, respectivamente.

O desempenho das exportações, repercutindo variações de 9,0% no *quantum* e -16,3% nos preços, refletiu recuos nas vendas em todas as categorias de fator agregado: produtos básicos, 7,9% (soja mesmo triturada, -10,0%); manufaturados, 7,7% (automóveis de passageiros, -9,0%); semimanufaturados, 15,4% (açúcar em bruto, -18,9%). As exportações para China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 33,6% dos embarques do estado em 2015, destacando-se o aumento de 33,5% nas vendas de frango para a China e a redução de 8,7% nas de automóveis para a Argentina.

Gráfico 5.15 – Evolução do mercado imobiliário em Curitiba

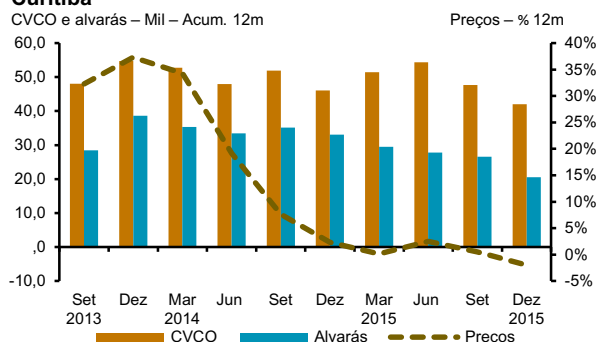


Tabela 5.22 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	16 332	14 909	-8,7	-15,1
Básicos	8 304	7 650	-7,9	-20,4
Industrializados	8 028	7 259	-9,6	-10,0
Semimanufaturados	1 956	1 656	-15,4	-9,0
Manufaturados ^{1/}	6 072	5 604	-7,7	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.23 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	17 296	12 449	-28,0	-25,2
Bens de capital	3 443	2 636	-23,4	-21,2
Matérias-primas	9 778	7 090	-27,5	-21,2
Bens de consumo	2 503	1 750	-30,1	-20,6
Duráveis	1 647	1 132	-31,3	-26,7
Não duráveis	855	618	-27,7	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	1 572	973	-38,1	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.24 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2014	2015		
		Ano	III Tri	IV Tri	Ano
IPCA	100,0	6,66	1,91	2,89	12,58
Livres	76,4	6,84	1,42	2,96	9,84
Comercializáveis	36,8	4,84	2,12	3,46	11,31
Não comercializáveis	39,6	8,70	0,78	2,50	8,53
Monitorados	23,6	6,06	3,56	2,66	22,55
Principais itens					
Alimentação	23,7	8,92	1,51	4,04	13,87
Habitação	17,7	11,44	5,65	1,28	23,24
Artigos de residência	4,4	4,28	2,00	1,70	8,07
Vestuário	7,0	2,01	1,06	2,99	7,95
Transportes	19,3	2,75	0,86	4,51	10,23
Saúde	11,2	7,67	0,52	1,86	10,09
Despesas pessoais	9,8	8,30	1,23	2,56	9,99
Educação	3,3	8,74	1,32	1,09	9,89
Comunicação	3,5	-1,38	0,56	1,78	2,91

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

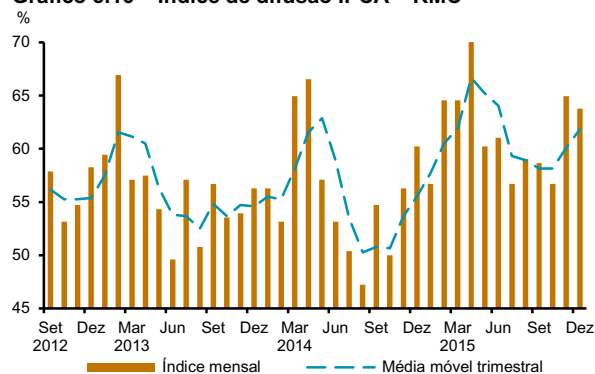
A retração das importações, consistente com a perda de dinamismo da economia do estado, repercutiu reduções de 12,2% nos preços e de 18,0% no *quantum*. Ocorreram recuos em todas as categorias de uso, com destaque para os registrados nas aquisições de bens de capital, 23,4% (veículos de carga, -30,8%) e de matérias-primas, 27,5% (partes e peças para veículos, -33,0%). As importações provenientes da China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 38,1% das compras externas do estado em 2015, destacando-se as reduções nas aquisições de adubos ou fertilizantes da China (39,1%), de veículos de carga da Argentina (30,7%) e de adubos ou fertilizantes dos Estados Unidos (35,8%).

O IPCA da RMC variou 2,89% no quarto trimestre de 2015 (1,91% no terceiro trimestre), refletindo aceleração dos preços livres, de 1,42% para 2,96%, e desaceleração dos monitorados, de 3,56% para 2,66%. Destaque para os impactos das variações de preços nos grupos alimentação e bebidas (0,95 p.p.) e transportes (0,86 p.p.).

A trajetória dos preços livres repercutiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 2,12% para 3,46% (etanol, 25,44%; açúcar cristal, 25,95%; óleo de soja, 14,65%; contrafile, 12,62%); e dos não comercializáveis, de 0,78% para 2,50% (passagem aérea, 33,71%; excursão, 17,27%; conserto de automóvel, 4,52%). A redução na inflação dos bens monitorados, apesar do aumento de 10,90% no preço da gasolina, repercutiu, em especial, o menor impacto das variações de preços dos itens gás de botijão, taxa de água e esgoto, e energia elétrica residencial, que variaram 4,24%, 0,94% e -0,60% no trimestre (12,82%, 7,70% e 11,21%, respectivamente, no trimestre anterior). O índice de difusão atingiu média de 61,8% no trimestre encerrado em dezembro (58,1% no finalizado em setembro).

O IPCA da RMC variou 12,58% em 2015, ante 6,66% em 2014, evolução decorrente de acelerações dos preços livres, de 6,84% para 9,84%, e dos monitorados, de 6,06% para 22,55% (energia elétrica residencial, 69,22%; jogos de azar, 47,50%; gás de botijão, 29,15%; gasolina, 21,63%; taxa de água e esgoto, 21,49%). A evolução dos preços livres repercutiu aceleração, de 4,84% para 11,31%, nos preços dos bens comercializáveis, e desaceleração, de 8,70% para 8,53%, na dos não comercializáveis. A elevação nos preços de serviços atingiu 8,53% em 2015 (9,55% em 2014), ressaltando-se os aumentos nos itens empregado doméstico (8,87%), refeição (8,76%) e aluguel residencial (7,35%).

Gráfico 5.16 – Índice de difusão IPCA – RMC



Fonte: IBGE

As perspectivas para a atividade econômica paranaense nos próximos trimestres seguem condicionadas pelos efeitos do reduzido nível de confiança dos empresários e do menor dinamismo do consumo interno. Os impactos desfavoráveis desse contexto sobre a atividade econômica tendem a ser mitigados pelas perspectivas de continuidade da expansão na produção agrícola estadual e pelos efeitos decorrentes da evolução taxa de câmbio, que tendem a se traduzir em diversificação de mercados externos e em substituição de importações.

Tabela 5.25 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul
Setembro de 2015

Discriminação	III trim. 2015 / III trim. 2014	Var. %	
		Acum. 4 trim.	
PIB		-3,4	-1,7
Impostos		-7,4	-4,5
VAB		-2,8	-1,3
Agropecuária		18,4	8,9
Indústria		-9,4	-7,3
Serviços		-2,3	-0,9

Fonte: FEE

Gráfico 5.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

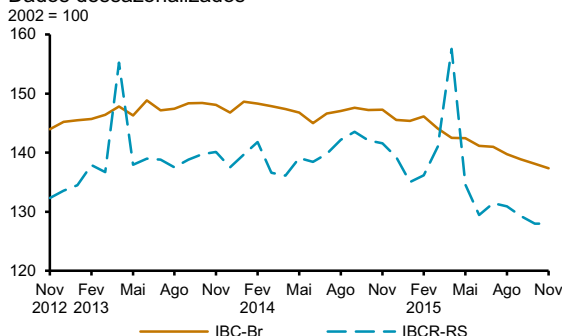
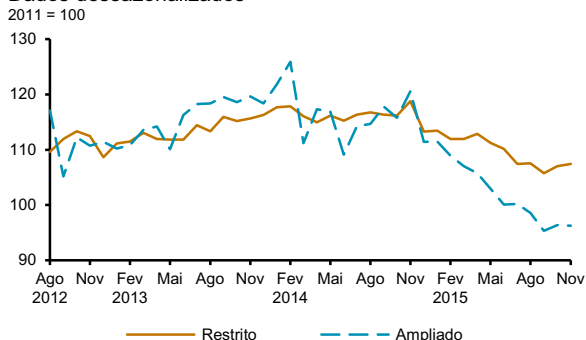


Gráfico 5.18 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 5.26 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul
Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,3	-3,3	-1,5	-5,5
Combustíveis e lubrificantes	5,5	-6,9	-4,8	-7,3
Hiper e supermercados	1,5	-1,9	-1,4	-3,8
Tecidos, vestuário e calçados	-3,0	-9,6	-2,9	-11,6
Móveis e eletrodomésticos	1,1	-5,4	-0,7	-13,4
Comércio varejista ampliado	0,3	-5,3	-3,6	-11,7
Automóveis e motocicletas	-4,6	-11,6	-10,7	-24,6
Material de construção	4,2	-3,5	-0,7	-6,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Rio Grande do Sul

O PIB do Rio Grande do Sul recuou 3,4% no terceiro trimestre de 2015, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Essa evolução repercutiu reduções respectivas de 9,4% e 2,3% no Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria e do setor de serviços, e aumento de 18,4% no da agropecuária. O PIB decresceu 1,7% no período de doze meses encerrado em setembro.

Estatísticas mais recentes evidenciam a continuidade do processo de retração da atividade econômica no estado. Nesse contexto, o IBCR-RS recuou 1,7% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao encerrado em agosto, quando contraíra 9,6%, nesse tipo de análise, segundo dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 2,8% em novembro (aumento de 0,1% em agosto).

As vendas do comércio ampliado do estado recuaram 3,6% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando decresceram 5,3%, neste tipo de comparação, dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se as retrações nas vendas de veículos, motos, partes e peças (10,7%) e de combustíveis e lubrificantes (4,8%). O comércio varejista, excluindo as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-0,7%), decresceu 1,5% no período (-3,3% no trimestre encerrado em agosto).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 11,7% em novembro (-7,2% em agosto), resultado decorrente de recuos em nove das dez atividades pesquisadas (veículos, -24,6%; móveis e eletrodomésticos, -13,4%). As vendas do comércio varejista diminuíram 5,5% e 2,9%, respectivamente, nos períodos mencionados.

A comercialização de automóveis e veículos comerciais leves no estado totalizou 151,1 mil unidades em 2015, segundo a Fenabreve, recuando 31,5% em relação a 2014 (-25,6% no país).

O volume do setor de serviços recuou 6,5% no trimestre finalizado em novembro, em relação a igual período de 2014 (outros serviços, -15,1%; serviços profissionais, administrativos e complementares, -11,7%), segundo a PMS do IBGE. Considerados intervalos de doze meses, o indicador decresceu 3,9% em novembro (transportes e

Tabela 5.27 – Volume de serviços – Rio Grande do Sul

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

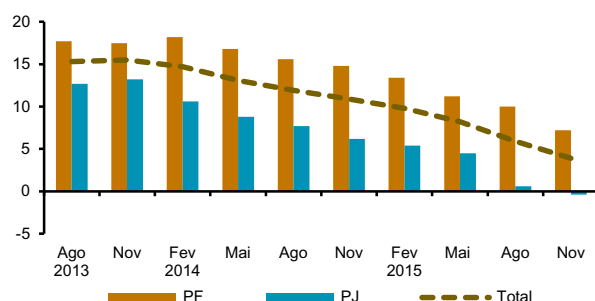
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	12 meses
Total	1,7	-3,0	-6,5	-3,9
Serviços prestados às famílias	0,6	-7,2	-11,2	-7,3
Serviços de informação e comunicação	10,2	1,9	1,4	3,0
Serviços profissionais e administrativos	-7,0	-2,6	-11,7	-5,9
Transportes e correios	-2,2	-7,5	-11,1	-9,7
Outros serviços	4,4	-9,3	-15,1	-6,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.28 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Total	15,2	-25,0	-10,9	-44,6	-18,9
Indústria de transformação	-11,2	-9,3	-2,6	-24,1	-18,1
Comércio	14,5	-7,9	-0,8	-9,1	3,6
Serviços	7,5	-3,7	1,9	-6,9	-4,6
Construção civil	-0,4	-5,9	-2,5	-4,6	-3,3
Agropecuária	5,0	2,2	-7,1	0,4	3,8
Serviços ind. de utilidade pública	0,0	0,2	-0,2	-0,1	0,0
Outros ^{2/}	-0,1	-0,7	0,5	-0,1	-0,2

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

correios; -9,7%; serviços prestados às famílias, -7,3%) e 1,7% em agosto.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas no estado totalizou R\$197,9 bilhões em novembro, crescendo 1,0% no trimestre e 3,9% em doze meses. As operações com recursos direcionados atingiram R\$106,6 bilhões, com aumentos respectivos de 2,0% e 5,9%, e as realizadas com recursos livres somaram R\$91,3 bilhões, variando -0,1% no trimestre e 1,6% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$115,5 bilhões, aumentando 1,8% no trimestre e 7,2% em doze meses, com destaque para as modalidades financiamentos rurais e imobiliários. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$82,4 bilhões, com recuos respectivos de 0,1% e 0,4%, nas mesmas bases de comparação, destacando-se, no trimestre, o impacto da redução no saldo das operações da indústria de transformação, em especial, na atividade alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto, mitigado pela elevação do saldo dos empréstimos no segmento outros serviços (saúde e assistência social).

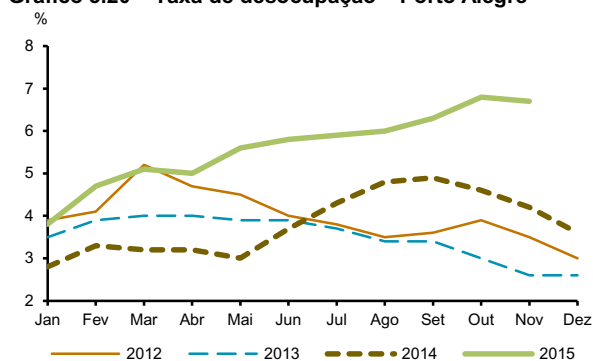
A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,3% em novembro, aumentando 0,2 p.p. no trimestre e 0,6 p.p. em doze meses. A variação trimestral refletiu acréscimos de 0,3 p.p., para 3,0%, no segmento de pessoas físicas, e de 0,1 p.p., para 3,6%, no de pessoas jurídicas.

O Icec, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), situou-se em 77,9 pontos no quarto trimestre de 2015, ante 81,4 pontos no terceiro e 104,3 pontos em igual período de 2014. O recuo repercutiu, sobretudo, a evolução do componente condições atuais da economia brasileira.

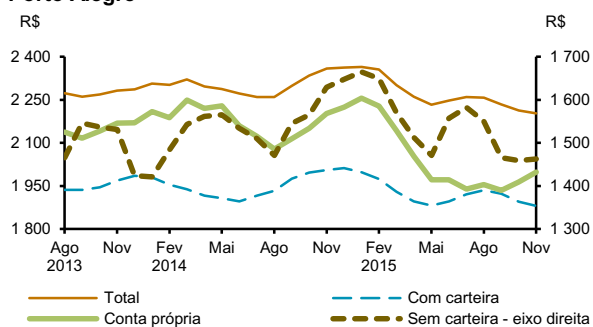
O índice ICF, elaborado pela CNC e divulgado pela Fecomércio-RS, atingiu 70,8 pontos no quarto trimestre (75,9 pontos no terceiro trimestre de 2015 e 123,9 pontos no quarto de 2014). Os consumidores com renda de até dez salários mínimos mostraram-se mais pessimistas.

O percentual de famílias endividadas¹ atingiu, em média, 65,6% no quarto trimestre de 2015 (59,3% em igual período de 2014), segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-RS para Porto Alegre, com base em dados da

4/ São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal, compra de imóvel, prestações de carro e de seguros.

Gráfico 5.20 – Taxa de desocupação – Porto Alegre

Fonte: IBGE

Gráfico 5.21 – Rendimento médio real habitual^{1/} – Porto Alegre

Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral, a preços de novembro de 2015, corrigidos pelo INPC.

Tabela 5.29 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014 Jan-set	2015 Jan-set	2014 Jan-set	2015 Jan-set
RS	-1 971	-868	3 381	5 502
Governo estadual	-1 765	-903	3 356	5 496
Capital	53	85	28	37
Demais municípios	-259	-50	-4	-30

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 5.30 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

						R\$ milhões
UF	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		Nominal		Outros ^{4/}		
	2014	Primário	Juros	Total ^{3/}	Set	
	Dez					
RS	58 075	-868	5 502	4 634	3 401	66 110
Governo estadual	57 994	-903	5 496	4 592	3 181	65 768
Capital	398	85	37	122	84	603
Demais municípios	-317	-50	-30	-80	136	-261

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

CNC. O percentual de famílias com faturas em atraso que não deverão ser pagas nos próximos trinta dias aumentou de 6,2% para 11,4%, no período.

O mercado de trabalho do estado registrou corte de 18,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em novembro (geração de 15,2 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTPS, dos quais 18,1 mil na indústria de transformação (4,6 mil na indústria de calçados e 3,9 mil na de borracha, fumo e couro). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal decresceu 1,3% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando recuou 1,0%, neste tipo de comparação, destacando-se as retrações na indústria de transformação (2,1%) e na construção civil (2,6%).

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 6,6% no trimestre encerrado em novembro (4,6% em igual período de 2014), de acordo com a PME do IBGE, refletindo recuos de 3,4% na população ocupada e de 1,3% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego situou-se em 6,5% no período, enquanto o rendimento médio real habitual e a massa salarial real recuaram 2,4% e 3,1%, respectivamente.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul atingiu R\$868 milhões nos nove primeiros meses de 2015 (R\$2 bilhões em igual período de 2014), com destaque para a redução, de R\$1,8 bilhão em 2014 para R\$900 milhões em 2015, no *superavit* do governo estadual. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$5,5 bilhões e o resultado nominal foi deficitário em R\$4,6 bilhões (R\$3,4 bilhões e *deficit* de R\$1,4 bilhão, respectivamente, nos nove primeiros meses de 2014).

A arrecadação de ICMS totalizou R\$22,3 bilhões nos onze primeiros meses do ano, segundo a Cotepe do Ministério da Fazenda. A arrecadação real, considerado o IGP-DI como deflator, variou 0,5% no período de doze meses encerrado em novembro.

As transferências da União para o estado somaram R\$7,5 bilhões nos onze primeiros meses de 2015 e R\$8,5 bilhões no intervalo de doze meses até novembro, de acordo com a STN. Os recuos reais de 1,0% e 0,7% registrados nessas bases de comparação, considerado o IGP-DI como deflator, refletiram, em parte, a interrupção de transferências decorrente do atraso no pagamento de parcela da dívida do estado com a União.

Tabela 5.31 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

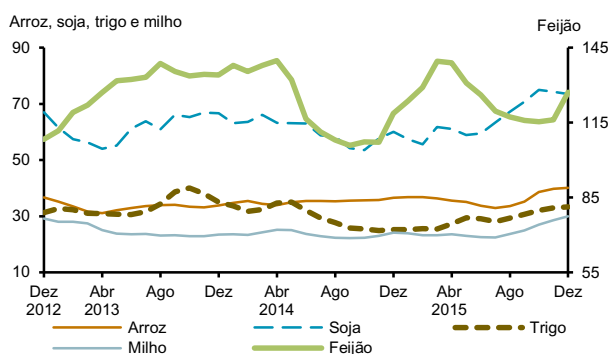
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2014	2015	
Grãos	74,4	28 799	31 894	10,7
Soja	45,3	13 042	15 700	20,4
Arroz	18,5	8 242	8 679	5,3
Milho	7,1	5 390	5 634	4,5
Trigo	2,2	1 671	1 392	-16,7
Feijão	0,8	111	96	-13,6
Outras lavouras				
Fumo	9,8	413	415	0,5
Mandioca	3,7	1 181	1 150	-2,6
Uva	2,3	813	876	7,9
Maçã	2,2	690	599	-13,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Gráfico 5.22 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)

Fonte: Emater

Tabela 5.32 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul
Novembro de 2015

Discriminação	Produção	Variação % no ano	
		Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates ^{1/}			
Bovinos	-14,2	-4,8	18,8
Suínos	-2,0	19,8	2,6
Aves ^{2/}	1,8	0,9	6,6
Leite ^{3/}	0,6	-	-5,8

Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros. Produção até setembro/2015. Preços até novembro/2015.

A safra de grãos do Rio Grande do Sul atingiu o recorde de 31,9 milhões de toneladas em 2015 (15,2% da produção nacional), de acordo com o LSPA de dezembro do IBGE. O aumento anual de 10,7% reflete, em especial, o impacto dos aumentos nas colheitas de soja (20,4%); milho (4,5%), com destaque para a elevação de 11,9% na produtividade; e de arroz (5,3%), mitigado pelas retrações nas safras de trigo⁶ (16,7%) e de feijão (13,6%), essa influenciada pela migração para a cultura de soja. Dentre as demais culturas, destacam-se as variações nas colheitas de maçã (-13,3%) e uva (7,9%). Prognóstico divulgado pelo IBGE em dezembro indica que as safras de soja, arroz e milho deverão apresentar variações anuais respectivas de 3,4%, -2,8% e -14,6% em 2016.

As cotações médias de milho, arroz, trigo, soja e feijão variaram, na ordem, 20,5%, 16,4%, 11,6%, 10,6%, e 1,7% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro, segundo a Emater/RS. Essas cotações registraram variações anuais respectivas de 5,0%, 2,6%, -2,6%, 7,4% e 2,9%, em 2015.

O VBP real da lavoura do estado, considerado o IGP-DI como deflator, deverá aumentar 4,8% em 2015, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em novembro. Estão previstas elevações para os VBP da soja (14,0%) e milho (1,5%), e recuos para os do feijão (11,9%), arroz (2,9%) e trigo (1,5%).

Os abates de bovinos, suínos e aves, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram -14,2%, -2% e 1,8%, respectivamente, nos onze primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, representando, na ordem, 2,6%, 21,5% e 14,2% dos abates no país, de acordo com o Mapa.

Na mesma base de comparação, os respectivos preços médios aumentaram, na ordem, 18,8%, 2,6% e 6,6%, conforme a Emater/RS e o Cepea/USP. As quantidades exportadas de carnes bovina, suína e de aves variaram, de acordo com o MDIC, -4,8%, 19,8% e 0,9%, respectivamente, no período.

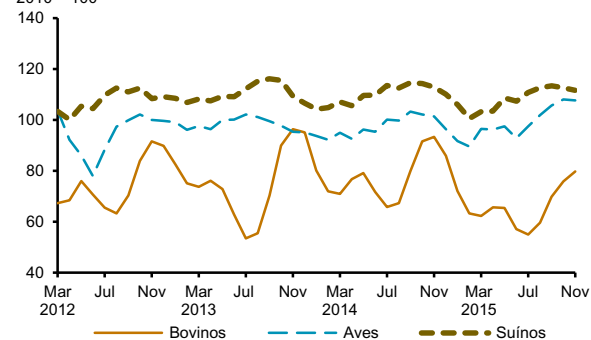
A produção gaúcha de leite (14,6%, em média, do total nacional), aumentou 0,6% nos nove primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com o IBGE. O preço do produto recuou 5,8% nos onze primeiros meses do ano, segundo a Emater/RS.

6/ Apesar das estimativas positivas anteriores para o ano, a produção de trigo foi fortemente afetada pelo excesso de chuvas durante a fase final do ciclo das lavouras, tendo sido o segundo ano consecutivo que o Estado registra essa ocorrência.

Gráfico 5.23 – Abates de animais – Rio Grande do Sul

Média móvel trimestral

2010 = 100

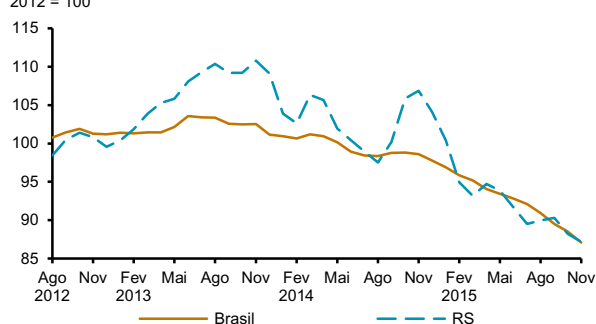


Fonte: Mapa

Gráfico 5.24 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.33 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2015		
		Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,5	-2,5	-11,0
Produtos alimentícios	16,4	3,5	-0,4	-0,2
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	-23,2	-12,3	-30,2
Máquinas e equipamentos	12,0	-8,2	-5,6	-25,1
Outros produtos químicos	10,3	-0,2	1,4	0,6
Artef. couro e calçados	8,9	-1,8	-6,2	-5,1
Produtos de metal	8,5	-5,7	-0,2	-8,1
Produtos de borracha e plástico	5,0	-1,6	-5,9	-9,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 0,4% em 2015, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em novembro. Estão projetados aumentos para os VBPs de bovinos (7,6%) e ovos (1,7%), e reduções respectivas de 6,4%, 1,3% e 0,8% para os do leite, suínos e frango.

A produção da indústria gaúcha recuou 2,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto (móveis, -14,4%; veículos automotores, -12,3%), quando contraíra 3,5%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE.

Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria recuou 11,0% em novembro (7,4% em agosto), com ênfase nas retrações observadas nas atividades veículos (30,2%) e máquinas e equipamentos (25,1%). A produção de celulose, papel e produtos de papel cresceu 30,4% no período, impactada pela expansão da fábrica da Celulose Riograndense.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI) recuou 1,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao finalizado em agosto, quando decrescera 3,1%, neste tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). O IDI recuou 9,1% no período de doze meses encerrado em novembro.

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria gaúcha atingiu 77,3% no trimestre finalizado em novembro (79,2% no encerrado em agosto), segundo dados dessazonalizados da Fiergs.

O Icei atingiu média de 36,4 pontos no quarto trimestre de 2015, segundo a Fiergs (37,1 pontos no terceiro e 44,3 pontos em igual trimestre de 2014), indicando pessimismo dos empresários gaúchos pelo sétimo trimestre em sequência. O Icei da indústria da construção atingiu 33,5 pontos no período, recuando 1,8 ponto no trimestre e 8,7 pontos em doze meses, ressaltando-se que a retração na margem repercutiu decréscimos respectivos de 2,3 pontos e 1,2 ponto nos componentes que avaliam as expectativas e as condições atuais.

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos em Porto Alegre, razão entre as vendas e a oferta, atingiu 9,5% no trimestre encerrado em outubro, ante 7,7% em igual período de 2014, segundo a Pesquisa do Mercado Imobiliário de Porto Alegre (Sindicato das Indústrias da

Tabela 5.34 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2015		
	Ago ^{2/}	Nov ^{2/}	12 meses
IDI	-3,1	-1,9	-9,1
Compras industriais	-2,7	-2,7	-16,4
Faturamento	-5,5	-0,1	-11,2
Emprego industrial	-2,7	-2,8	-6,3
Horas trabalhadas	-1,6	-2,6	-8,9
Massa salarial	-3,6	-3,7	-7,7
Nucl ^{1/}	79,2	77,3	78,7

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.25 – Confiança do empresariado – Rio Grande do Sul



Fontes: Fiergs e Fecomércio

Tabela 5.35 – Exportação por fator agregado – FOB Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	18 696	17 518	-6,3	-15,1
Básicos	9 828	9 313	-5,2	-20,4
Industrializados	8 868	8 205	-7,5	-10,0
Semimanufaturados	1 273	1 320	3,7	-9,0
Manufaturados ^{1/}	7 595	6 885	-9,3	-10,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Construção Civil do Rio Grande do Sul – Sinduscon-RS). O aumento repercutiu variações de 23,3% na comercialização e de -20,4% na oferta de imóveis novos.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 6,3 mil unidades em 2015, segundo a Fenabreve. A redução de 44,6% em relação a 2014 repercutiu, em especial, a retração de 47,2% nas vendas de caminhões.

A balança comercial do Rio Grande do Sul foi superavitária em US\$7,5 bilhões em 2015 (US\$3,7 bilhões em 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$17,5 bilhões e as importações, US\$10 bilhões, contraindo 6,3% e 33,0%, na ordem, no período.

A evolução das exportações refletiu variações de -19,8% nos preços e de 16,9% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos, que representaram 53,2% do total, recuaram 5,2% (milho, -72%; fumo, -15,6%; frango, -9,8%) e os de produtos manufaturados, 9,3%, apesar da exportação de uma plataforma de petróleo para a China no valor de US\$394,2 milhões, representando 5,7% das vendas da categoria no ano. As vendas de semimanufaturados aumentaram 3,7% em 2015 (pastas químicas de madeira, 136,0%).

As exportações para a China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 41,8% das vendas externas do estado em 2015, ressaltando-se a retração anual de 12,8% nas direcionadas aos EUA.

A redução das importações, generalizada em todas as categorias de uso, refletiu recuos de 17% no *quantum* e de 19,3% nos preços. As aquisições de matérias-primas e produtos intermediários (49,1% do total) decresceram 26,1% (naftas, -39,1%; adubos e fertilizantes, -13,9%; partes e peças para veículos; -24,4%); as de bens de capital caíram 27,1% (veículos de carga, -33%); as de combustíveis, -50,4%; e as de bens de consumo, -35,8% (automóveis, -58,8%).

As compras externas provenientes da Argentina, China e EUA representaram, em conjunto, 39,8% do total importado pelo estado em 2015, com ênfase no recuo anual de 37,9% nas originárias da Argentina.

O IPCA da RMPA variou 2,60% no quarto trimestre de 2015 (1,66% no terceiro). Houve aceleração dos preços livres, de 1,70% para 2,34%, e dos monitorados, de 1,54% para 3,42% (gasolina, 9,73%; energia elétrica residencial, 2,24%).

Tabela 5.36 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões		
	Valor		Var. %
	2014	2015	
Agricultura e pecuária	4 559	4 667	2,4
Indústria de transformação ^{1/}	13 477	12 323	-8,6
Alimentos e bebidas	4 162	3 776	-9,3
Produtos químicos	2 071	1 842	-11,1
Fumo	1 867	1 557	-16,6
Máquinas e equipamentos	1 342	1 122	-16,4
Calçados e couros	1 095	953	-13,0
Veículos	753	791	5,0
Outros equipamentos de transporte ^{2/}	12	401	3241,7
Celulose, papel e prod de papel	171	352	105,8
Borracha e plástico	356	324	-9,0
Móveis e indústrias diversas	335	291	-13,1

Fonte: MDIC/Secex

1/ Itens selecionados.

2/ Plataformas de petróleo

Tabela 5.37 – Importação por categoria de uso – FOB Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	14 948	10 021	-33,0	-25,2
Bens de capital	3 142	2 290	-27,1	-21,2
Matérias-primas	6 660	4 923	-26,1	-21,2
Bens de consumo	1 743	1 119	-35,8	-20,6
Duráveis	1 288	706	-45,2	-26,7
Não duráveis	456	413	-9,4	-13,9
Combustíveis e lubrificantes	3 403	1 688	-50,4	-45,0

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.38 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015			
		I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri
IPCA	100,0	4,19	2,34	1,66	2,60
Livres	75,5	2,87	2,13	1,70	2,34
Comercializáveis	37,2	2,32	2,83	1,74	2,07
Não comercializáveis	38,3	3,40	1,46	1,65	2,60
Monitorados	24,5	8,58	2,99	1,54	3,42
Principais itens					
Alimentação	26,4	3,88	2,54	2,40	4,33
Habitação	14,7	11,40	1,64	2,44	1,84
Artigos de residência	4,7	1,39	2,65	2,80	0,78
Vestuário	6,3	-1,13	3,33	-1,19	3,06
Transportes	18,2	4,87	2,01	1,01	3,28
Saúde	11,0	1,83	3,31	2,02	1,68
Despesas pessoais	10,5	3,25	3,17	1,31	0,68
Educação	4,4	5,87	0,12	1,58	0,50
Comunicação	3,7	-1,97	0,62	0,21	2,47

Fonte: IBGE

1/ Referentes a dezembro de 2015.

O desempenho dos preços livres repercutiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 1,74% para 2,07% (etanol, 27,20%; açúcares e derivados, 12,05%), e dos bens não comercializáveis, de 1,65% para 2,60% (tubérculos, 20,46%; frutas, 19,34%; alimentação fora do domicílio, 4,55%).

O índice de difusão registrou média de 59,1% no quarto trimestre de 2015 (61,0% no terceiro e 55,6% em igual período de 2014).

O IPCA da RMPA variou 11,21% em 2015 (6,78% em 2014). Ocorreram acelerações dos preços monitorados, de 6,20% para 17,44%, e dos preços livres, de 6,95% para 9,34% (comercializáveis, de 5,90% para 9,26%; não comercializáveis, de 7,99% para 9,42%).

As perspectivas para a atividade econômica do estado seguem condicionadas pelo cenário de confiança reduzida de empresários e consumidores, e impossibilidade do governo estadual atuar como indutor de investimentos, tendo em vista a crise financeira deflagrada no início de 2015. Nesse contexto, ganha relevância a perspectiva de continuidade de resultados favoráveis no setor agropecuário e, adicionalmente, os impactos da evolução da taxa de câmbio sobre o comércio exterior local.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	0,8	-1,1	-1,8	-1,7	-1,8
Norte	0,8	-0,2	-1,6	-1,1	-1,6
Nordeste	0,9	-1,5	-0,2	-1,1	-1,6
Centro-Oeste	0,8	-0,3	-1,5	-0,8	-1,3
Sudeste	0,6	-0,3	-1,4	-0,9	-1,3
Sul	2,4	-1,7	1,7	-5,9	-0,9

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

A persistência do processo de retração da atividade econômica no Brasil está evidenciada na trajetória do IBC-BR que, após registrar retrações trimestrais sucessivas no decorrer do ano, recuou 1,8% no trimestre encerrado em novembro (Tabela 6.1), em relação ao terminado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados. A atividade retraiu em todas as regiões, ressaltando-se, no trimestre considerado, as reduções de 1,6% do IBCR no Nordeste e no Norte, influenciadas, principalmente, pelo desempenho negativo do setor de serviços e das vendas do comércio ampliado. Os indicadores do Centro-Oeste e do Sudeste apresentaram contração mais moderada, ambas de 1,3%, evolução associada, em parte, a resultados menos desfavoráveis no setor de serviços e nas vendas do comércio, respectivamente.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Comércio varejista					
Brasil	1,9	-1,7	-2,2	-2,6	-0,4
Norte	4,9	-4,9	-1,2	-3,6	-0,9
Nordeste	2,3	-3,5	-2,3	-3,5	-1,1
Centro-Oeste	2,5	-4,6	-2,5	-1,6	-1,8
Sudeste	1,0	-0,8	-2,4	-1,6	0,1
Sul	1,8	-1,3	-1,7	-2,8	-2,1
Comércio ampliado					
Brasil	2,7	-3,1	-4,0	-2,9	-2,9
Norte	5,1	-6,4	-2,8	-4,7	-3,1
Nordeste	3,5	-4,8	-3,7	-3,9	-4,1
Centro-Oeste	3,0	-6,2	-4,2	-3,1	-5,2
Sudeste	1,4	-2,2	-3,5	-1,6	-1,8
Sul	5,3	-5,3	-4,4	-4,6	-3,2

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

As vendas do comércio ampliado diminuíram 2,9% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando haviam registrado retração idêntica, no mesmo tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados (Tabela 6.2). Essa evolução repercutiu reduções em todas as regiões, ressaltando-se as registradas no Centro-Oeste (5,2%), no Nordeste (4,1%) e no Sul (3,2%). A retração no Centro-Oeste foi condicionada, em parte, pelos recuos relevantes nas vendas conjuntas de veículos, motos, partes e peças (14,6%) e de material de construção (7,3%), no Distrito Federal e Goiás, únicos entes federados da região para os quais são divulgadas informações por atividade.

O comércio varejista, que exclui a comercialização de veículos e de material para a construção civil, recuou 0,4% no país, em igual período. A retração menos acentuada do que a observada no âmbito do comércio ampliado repercutiu, em grande parte, o aumento de 0,1% no Sudeste, resultado influenciado pela expansão de 2,8% nas vendas de móveis e eletrodomésticos.

O volume de serviços recuou 5,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação a igual intervalo de 2014. Houve decréscimos nos indicadores de todas as

Tabela 6.3 – Volume de serviçosBrasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	2,0	-2,0	-1,2	-3,3	-5,6
Norte	1,5	-3,7	-2,8	-2,8	-6,3
Nordeste	3,4	-0,9	-2,5	-5,9	-8,1
Centro-Oeste	3,0	-3,6	-4,3	-1,2	-1,0
Sudeste	1,7	-1,9	-0,3	-3,2	-5,7
Sul	2,3	-2,4	-3,6	-3,2	-5,5

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior

Tabela 6.4 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Novembro de 2015

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 629	1 472	3 101	1,2	1,5	1,3	6,9	8,3	7,6
Norte	47	71	118	0,4	1,6	1,1	0,3	10,1	6,0
Nordeste	169	231	399	-1,1	1,7	0,5	0,8	10,6	6,2
Centro-Oeste	141	186	327	0,9	1,9	1,4	7,6	10,8	9,4
Sudeste	1 019	689	1 708	2,1	1,1	1,7	10,1	6,9	8,8
Sul	253	296	550	-0,2	1,9	0,9	0,3	7,8	4,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 6.5 – Inadimplência do crédito do SFN^{1/}

Novembro de 2015

Discriminação	Inadimplência			Variação em p.p.					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	2,5	3,9	3,2	0,1	0,2	0,2	0,5	0,3	0,5
Norte	4,1	4,6	4,4	-0,7	0,2	-0,1	1,6	0,1	0,8
Nordeste	3,7	4,8	4,3	0,4	0,3	0,4	1,2	0,4	0,8
Centro-Oeste	2,8	3,4	3,2	0,3	0,2	0,3	0,8	0,5	0,6
Sudeste	2,0	4,1	2,9	-0,0	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3
Sul	3,2	3,0	3,1	0,4	0,2	0,3	1,0	0,4	0,7

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil com pelo menos uma parcela em atraso superior a 90 dias.

Tabela 6.6 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	101,9	-639,7	-194,1	-355,6	-395,4
Norte	-3,4	-46,9	-22,5	-12,4	-35,6
Nordeste	82,8	-110,6	-98,4	-42,9	-7,5
Centro-Oeste	-18,0	-57,8	3,9	-5,3	-48,5
Sudeste	-11,2	-355,6	-66,1	-191,4	-244,9
Sul	51,7	-68,9	-11,0	-103,6	-58,9

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

regiões (Tabela 6.3), com ênfase no do Nordeste (8,1%), onde o segmento serviços profissionais, administrativos e complementares retraiu 14,4%. A menor retração ocorreu no Centro-Oeste, evolução associada, em parte, ao aumento conjunto de 5,0% no segmento transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, no Distrito Federal e em Goiás.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil totalizou R\$3.101,0 bilhões em novembro, elevando-se 1,3% no trimestre e 7,6% em doze meses (Tabela 6.4). O desempenho trimestral foi condicionado, em parte, pelos aumentos ocorridos no Sudeste (1,7%) e no Centro-Oeste (1,4%). Na mesma base de comparação, a carteira de pessoas físicas cresceu 1,5%, com destaque para as elevações de 1,9% no Sul e no Centro-Oeste, impulsionadas, nas duas regiões, pelas modalidades crédito rural e financiamento imobiliário. A carteira de pessoas jurídicas aumentou 1,2% no trimestre, destacando-se a expansão de 2,1% no Sudeste, impulsionada pelas modalidades financiamentos rurais e à exportação, e a retração de 1,1% no Nordeste, decorrente, especialmente, do recuo de 2,7% no saldo das contratações da indústria de transformação.

A inadimplência das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu 3,2% em novembro (Tabela 6.5), variando 0,2 p.p. no trimestre e 0,5 p.p. em doze meses. A elevação trimestral repercutiu aumentos de 0,1 p.p. no segmento de pessoas jurídicas (0,4 p.p. no Nordeste e no Sul) e de 0,2 p.p. no de pessoas físicas (0,3 p.p. no Nordeste), nos quais a taxa de inadimplência, no país, situou-se em 2,5% e 3,9%, respectivamente, no período.

A distensão no mercado de trabalho persistiu no trimestre encerrado em novembro, quando foram eliminados 395,4 mil postos de trabalho formais, ante geração líquida de 101,9 mil vagas em igual período de 2014. Houve cortes de empregos formais em todas as regiões do país (Tabela 6.6), destacando-se que as demissões no Sudeste, concentradas na indústria de transformação (88,4 mil), na construção civil (63,4 mil) e no setor de serviços (62,3 mil), representaram 61,9% do total no país. Ressalte-se, adicionalmente, a evolução do mercado de trabalho no Nordeste, responsável por 7,5 mil demissões, contrastando com a geração de 82,8 mil vagas no trimestre encerrado em novembro de 2014.

O momento adverso no mercado de trabalho é ratificado pela evolução da taxa de desemprego, que atingiu 7,7% no trimestre finalizado em novembro – patamar 2,9 p.p. superior ao de igual período de 2014 –, segundo a

Tabela 6.7 – Taxa de desemprego

Discriminação ^{1/}	%				
	2014	2015			
	Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	4,8	5,2	6,4	7,3	7,7
Nordeste	8,2	8,1	10,0	10,8	11,6
Sudeste	4,1	4,7	5,8	6,8	6,9
Sul	4,6	4,0	5,2	5,9	6,6

Fonte: IBGE

1/ Média do trimestre encerrado no mês.

Tabela 6.8 – Necessidades de financiamento de estados e municípios^{1/}

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	2014	2015
	Jan-set	Jan-set
Norte	-190	-592
Nordeste	-1 285	-4 060
Centro-Oeste	-1 417	-3 396
Sudeste	-4 139	-11 665
Sul	-2 275	-1 477
Total	-9 306	-21 190

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

(-) *superavit* (+) *deficit***Tabela 6.9 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}**

Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação %
		2014	2015	2015/2014
Brasil	100,0	194,6	209,5	7,7
Norte	3,6	6,3	7,7	22,1
Nordeste	10,4	15,8	16,6	5,4
Centro-Oeste	39,4	83,0	89,9	8,3
Sudeste	8,8	18,4	19,3	5,0
Sul	37,8	71,0	76,0	7,0

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2014.

3/ Estimativa segundo o LSPA de dezembro de 2015.

Tabela 6.10 – Produção física da indústriaBrasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%				
		2014	2015			
		Nov	Fev	Mai	Ago	Nov
Brasil	100,0	0,2	-2,8	-2,5	-2,7	-4,2
Norte	5,9	0,3	0,5	-2,7	-2,7	0,2
Nordeste	9,5	2,8	-4,1	3,3	-0,3	-4,1
Centro-Oeste	3,5	1,5	-5,2	0,7	3,4	-0,9
Sudeste	62,7	-1,2	-3,7	-2,1	-2,7	-4,2
Sul	18,5	3,2	-6,5	-1,5	-3,2	-3,1

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

PME do IBGE (Tabela 6.7). O desemprego aumentou em todas as regiões pesquisadas, no período: Nordeste (3,4 p.p.); Sudeste (2,8 p.p.) e Sul (2,0 p.p.).

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios totalizou R\$21,2 bilhões nos nove primeiros meses de 2015, elevando-se 127,7% relativamente a igual período de 2014 (Tabela 6.8). Destacaram-se a melhora de 181,8% no resultado do Sudeste – impulsionada pela reversão, de *deficit* de R\$1,1 bilhão para *superavit* de R\$8,1 bilhões na esfera dos governos dos estados – e a piora de 35,1% no do Sul, com ênfase na reversão, de *superavit* de R\$1,2 bilhão para *deficit* de R\$685 milhões, no resultado dos demais municípios.

A produção nacional de grãos atingiu 210 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA do IBGE de dezembro (Tabela 6.9), aumentando 7,7% em relação ao ano anterior. Houve elevações nas safras de todas as regiões, em especial no Norte (22,1%), onde a colheita de milho cresceu 38,2%, e no Centro-Oeste (8,3%), região em que ocorreram expansões nas safras de todos os principais grãos. O desempenho mais modesto registrado no Nordeste, onde a produção de grãos aumentou 5,4% no ano, repercutiu, em especial, o impacto de condições meteorológicas inadequadas sobre a safra de milho.

A atividade industrial do país diminuiu 4,2% no trimestre finalizado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quarto recuo em sequência nessa base de comparação, dados dessazonalizados (Tabela 6.10). Houve retração em todas as regiões, exceto no Norte, onde o impacto do crescimento de 6,6% na indústria extrativa predominou em relação ao exercido pela retração de 7,5% na indústria de transformação, que repercutiu a redução da atividade no polo industrial de Manaus.

A indústria apresentou desempenho negativo mais acentuado no Sudeste – onde ocorreram recuos nas indústrias extrativa e de transformação, com destaque para a retração de 11,9% na atividade veículos automotores, reboques e carrocerias – e no Nordeste.

A balança comercial do Brasil registrou *superavit* de US\$19,7 bilhões em 2015 (*deficit* de US\$4,0 bilhões em 2014). A reversão evidenciou o recuo mais expressivo observado nas importações (20,3%) relativamente às exportações (16,8%), diferencial consistente com a desvalorização cambial e com a retração experimentada pela economia brasileira no ano (Tabela 6.11), e repercutiu,

Tabela 6.11 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Dezembro

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Total	225,1	191,1	229,1	171,5	-4,0	19,7
Norte	17,6	13,2	14,9	10,6	2,7	2,6
Nordeste	15,9	14,7	28,7	21,4	-12,8	-6,8
Centro-Oeste	27,4	24,0	12,7	9,3	14,7	14,7
Sudeste	116,1	94,4	124,4	94,8	-8,3	-0,4
Sul	44,0	40,1	48,3	35,1	-4,2	5,0
Outros ^{1/}	4,1	4,8	0,2	0,2	3,9	4,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela 6.12 – IPCA

Variação trimestral^{1/}

Discriminação	Peso	%				
		2014	2015			
		Dez	Mar	Jun	Set	Dez
IPCA						
Brasil	100,0	1,72	3,83	2,26	1,39	2,82
Norte	4,2	2,06	2,69	2,80	0,38	3,76
Nordeste	14,8	1,33	3,26	2,75	1,03	2,88
Centro-Oeste	7,1	2,57	3,53	1,73	1,42	3,34
Sudeste	57,6	1,68	4,06	2,01	1,44	2,68
Sul	16,3	1,76	4,13	2,73	1,78	2,74
Livres						
Brasil		1,77	2,47	1,98	1,06	2,74
Norte		2,53	1,93	2,33	0,08	3,74
Nordeste		1,41	2,68	2,23	0,99	3,04
Centro-Oeste		2,55	1,91	1,93	0,75	3,05
Sudeste		1,74	2,50	1,75	1,04	2,58
Sul		1,71	2,62	2,44	1,56	2,64
Monitorados						
Brasil		1,54	8,45	3,15	2,43	3,04
Norte		0,34	5,59	4,50	1,45	3,81
Nordeste		1,02	5,44	4,68	0,29	0,21
Centro-Oeste		2,62	8,98	1,09	3,53	4,23
Sudeste		1,49	9,11	2,81	2,65	2,97
Sul		1,93	9,39	3,69	2,49	3,06

Fonte: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

fundamentalmente, a melhora dos resultados das balanças comerciais do Nordeste, Sudeste e Sul. Nessa última região, onde ocorreu a maior variação do resultado comercial no ano, destacou-se a retração de 27,3% nas aquisições externas, generalizada em todas as categorias de uso.

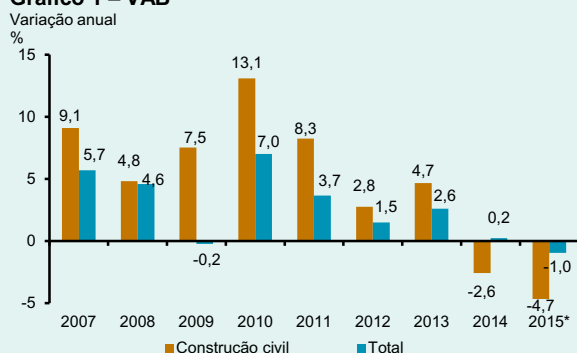
A variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, atingiu 2,82% no Brasil, no quarto trimestre de 2015, ante 1,39% no terceiro, evolução decorrente de acelerações dos preços livres e dos monitorados. Houve aumentos nas variações dos preços em todas as regiões, que registraram inflação de 2,68%, no Sudeste, a 3,76%, no Norte.

Em linhas gerais, a retração registrada na economia brasileira persistiu nos meses finais de 2015. Nesse cenário, fortemente condicionado pela crise de confiança dos agentes econômicos, destacaram-se os desempenhos negativos da indústria, das vendas do comércio e do setor de serviços, com impactos relevantes sobre o mercado de trabalho e a renda real dos consumidores. A recuperação da atividade econômica depende, fundamentalmente, da reversão da confiança de consumidores e empresários, perspectiva que deverá ser fortalecida à medida que o ajuste macroeconômico em curso no país crie condições adequadas para a retomada da atividade. Adicionalmente, a mudança de patamar da taxa de câmbio deverá seguir favorecendo as economias das regiões com maior abertura comercial para o exterior.

Desempenho Recente da Construção Civil no Brasil

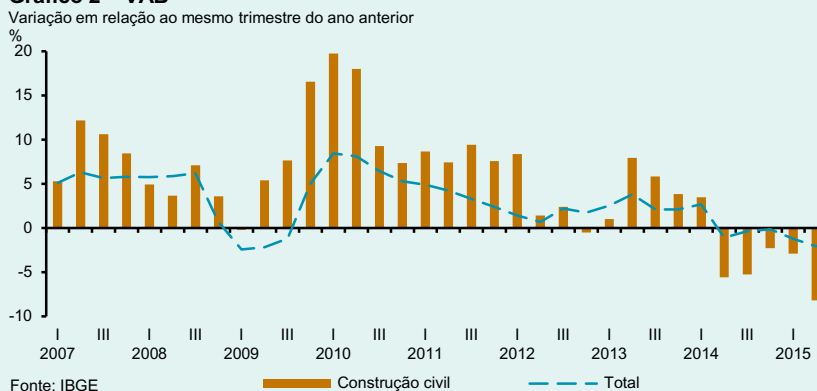
O objetivo deste boxe consiste em avaliar, em âmbito nacional e regional, a evolução do setor de construção civil no período de 2007 a 2015, com ênfase no desempenho dos indicadores Valor Adicionado Bruto (VAB), emprego formal, consumo aparente de cimento e produção de insumos.

Gráfico 1 – VAB



A evolução real do VAB da construção civil no período de 2007 a 2015¹ apresenta três momentos distintos: expansão forte e consistente de 2007 a 2011; desaceleração no biênio 2012-2013; e recuo a partir de 2014 (Gráficos 1 e 2). Ressalte-se que a trajetória observada até 2013 reflete, em especial, o impacto das melhoras das condições nos mercados de trabalho e de crédito, em cenário de aumento da confiança dos agentes econômicos. A partir de 2014, o segmento passou a repercutir o ambiente de desaceleração da atividade econômica do país, evidenciado, no âmbito da demanda interna, pela perda de dinamismo do consumo das famílias e pelo recuo da Formação Bruta de Capital Fixo.

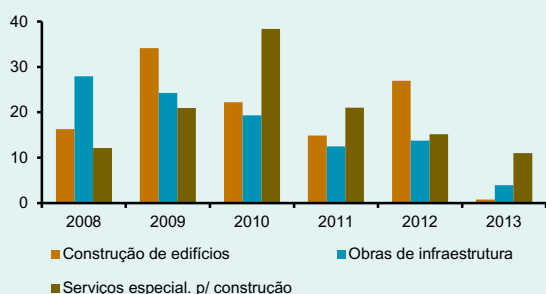
Gráfico 2 – VAB



1/ A análise incorpora dados das Contas Nacionais Trimestrais (CNT), para o período de 2007 a junho de 2015. Ressalte-se que, de acordo com o IBGE, o setor de construção civil cresceu 62,0% de 2007 ao final de 2013, ante expansões respectivas de 22,7%, 24,3% e 29,7% na indústria, na agropecuária e no setor de serviços. De janeiro de 2014 a junho de 2015, o setor de construção civil recuou 7,1%, ante variações respectivas de -4,1%, 2,0% e 0,2% nos demais segmentos mencionados.

Gráfico 3 – VAB – Atividades da construção civil

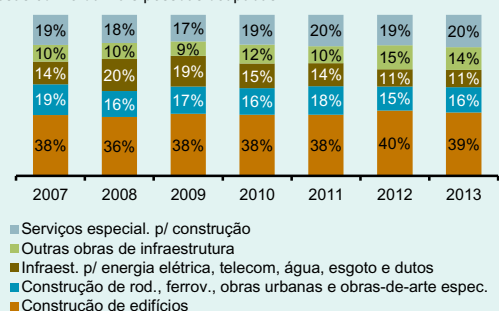
Empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas
%



Fonte: IBGE – PAIC

Gráfico 4 – VAB total da construção civil: participação por atividade

Empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas



Fonte: IBGE – PAIC

Tabela 1 – Geração de emprego formal da construção

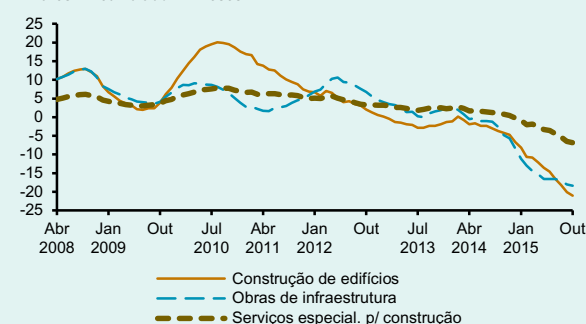
Milhares

Região	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Sul	30,6	49,3	25,2	64,3	36,9	8,8	13,3	8,1	-19,5
Sudeste	118,4	151,1	101,5	135,1	127,4	41,6	35,8	-20,9	-116,2
Centro-Oeste	26,6	28,0	16,5	33,8	24,3	20,4	2,5	-28,0	-20,4
Nordeste	34,3	68,6	69,0	151,2	64,4	17,9	19,0	-31,5	-87,8
Norte	25,7	15,7	21,9	28,0	22,3	17,5	8,2	-2,4	-31,0
Total	235,8	312,6	234,1	412,4	275,5	106,2	78,8	-74,7	-274,9

Fonte: RAIS/MTPS para o período 2007 a 2014 e Caged para 2015 (jan-out). As informações do RAIS incluem empregos celetistas, temporários e avulsos, e os do Caged referem-se apenas a empregos celetistas.

Gráfico 5 – Geração de emprego formal da construção civil – Brasil

Milhares – Acumulado 12 meses



Fonte: Caged/MTPS

A segmentação do VAB² da construção civil indica que as atividades construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados para construção apresentaram trajetória distinta no período (Gráfico 3), destacando-se a tendência decrescente em obras de infraestrutura. Essa evolução implicou redução – de 43,0%, em 2007, para 41,0%, em 2013 – da participação desta atividade no VAB das empresas de construção civil (Gráfico 4), com ênfase nos recuos de 3,0 p.p. nos setores infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e dutos, e construção de rodovias, ferrovias e obras urbanas.

A evolução do emprego formal na construção civil – disponível em termos regionais – repercutiu os ciclos observados no setor no período analisado e mostrou-se semelhante em todas as regiões do país. Nesse sentido, conforme a Tabela 1, houve aumento na criação de vagas no período 2007-2010, desaceleração a partir de 2011 e corte de empregos no biênio 2014-2015.

A segmentação do emprego na construção civil por tipo de atividade indica a importância do segmento construção de edifícios para o dinamismo do setor no período 2007-2010, contrastando com a tendência de retração das contratações no segmento de obras de infraestrutura (Tabela 2). A partir de 2011, todos os segmentos passam a mostrar, embora em intensidades distintas, tendência de retração nas contratações, resultando em cortes generalizados em 2015. A análise das contratações em doze meses (Gráfico 5) ratifica essa tendência.

2/ Segmentação para o período de 2007 a 2013 (último dado disponível), a partir de dados nominais da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consideradas empresas com cinco ou mais pessoas ocupadas.

Tabela 2 – Variação líquida no emprego formal dos segmentos da construção civil

	Milhares								
Segmento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Construção de edifícios	88,1	133,7	104,9	240,1	112,1	30,7	11,7	-33,5	-135,4
Obras de infraestrutura	95,9	109,7	68,0	59,9	72,2	25,7	9,4	-66,1	-104,8
Serviços especial. p/ construção	51,8	69,3	61,2	112,5	91,2	49,9	57,7	24,9	-34,7
Total	235,8	312,6	234,1	412,4	275,5	106,2	78,8	-74,7	-274,9

Fonte: RAIS/MTPS para o período 2007 a 2014 e Caged para 2015 (jan-out). As informações do RAIS incluem empregos celetistas, temporários e avulsos, e os do Caged referem-se apenas a empregos celetistas.

O consumo aparente de cimento no Brasil aumentou 59,3%, de 2007 a 2014, segundo o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), conforme a Tabela 3. Essa trajetória repercutiu expansões generalizadas em todas as regiões do país, destacando-se as observadas no Nordeste (106,3%), Norte (73,3%) e no Sul (69,6%). A análise dos dados disponíveis para 2015 indica a reversão da tendência do indicador no ano. Nesse sentido, o consumo aparente de cimento no país recuou 7,1% nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2014, com ênfase nos decréscimos registrados no Centro-Oeste (10,7%) e Sudeste (9,2%).

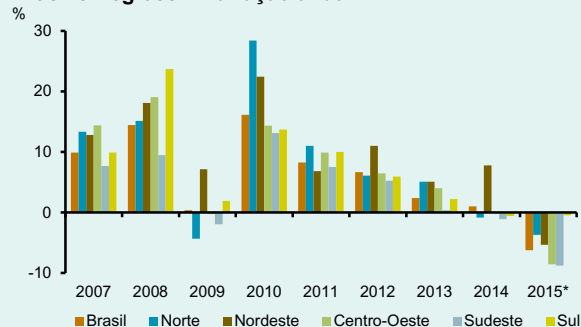
Tabela 3 – Consumo anual aparente de cimento

	Milhões de toneladas					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
2007	3	8	22,9	6,9	4,2	45
2008	3,5	9,4	25,1	8,6	5,0	51,5
2009	3,3	10,1	24,6	8,7	5,0	51,7
2010	4,3	12,3	27,8	9,9	5,7	60
2011	4,7	13,2	29,9	10,9	6,3	65
2012	5	14,6	31,4	11,6	6,7	69,3
2013	5,3	15,4	31,5	11,8	7,0	71
2014	5,2	16,5	31,2	11,7	7,0	71,7
2014(*)	2,0	6,7	13,0	4,8	2,8	29,4
2015(*)	1,9	6,3	11,8	4,7	2,5	27,3

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC)

(*) acumulado de janeiro a maio.

Gráfico 6 – Consumo aparente de cimento no Brasil e Regiões – Variação anual



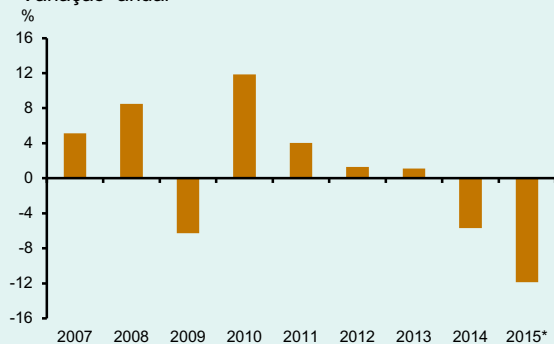
Fonte: SNIC

* 1º quadr 2015/1º quadr 2014

Ressalte-se, ainda, que a trajetória do consumo aparente de cimento, no Brasil e nas regiões, apresentou evolução anual semelhante, com crescimento acelerado de 2007 a 2010 (exceto em 2009, quando repercutiu a crise financeira internacional), desaceleração de 2011 a 2013, e recuo a partir de 2014, com exceção do aumento registrado no Nordeste naquele ano (Gráfico 6).

A produção nacional de insumos típicos da construção civil, após registrar aumento anual próximo a 7,5% de 2007 a 2011, excetuado o movimento negativo ocorrido em 2009, desacelerou no biênio

Gráfico 7 – Produção de insumos da construção civil
Variação anual



Fonte: PIM/PF – IBGE

* Acumulado 12 meses até nov/2015.

seguinte e apresentou retração a partir de 2014 (Gráfico 7). Ressalte-se a intensificação da tendência de queda observada em 2015, atingindo 11,7% no período de doze meses encerrado em novembro, em relação a igual intervalo do ano anterior.

Em linhas gerais, a evolução de indicadores importantes da construção civil – VAB, emprego formal, consumo aparente de cimento e produção de insumos para a construção civil – evidencia que o setor cresceu de forma vigorosa de 2007 a 2013, embora registrasse menor dinamismo a partir de 2010.

A redução da atividade no setor se acentuou a partir de 2014, em ambiente de piora nas condições dos mercados de trabalho e de crédito e de redução da confiança dos agentes econômicos. Nesse cenário, observou-se, em especial em 2015, retração em todos os segmentos da construção civil, com destaque para a redução da representatividade das obras de infraestrutura no VAB das empresas do setor.

A análise regional indica que o setor de construção civil apresentou maior dinamismo, no período de 2007 a 2015, na região Nordeste. Essa evolução, evidenciada nas trajetórias do consumo aparente de cimento e da criação de empregos formais, reflete, em parte, a ocorrência de ganhos de renda mais acentuados na região, além da execução de projetos com utilização intensiva da atividade construção civil, no período analisado.

Disseminação da Crise Econômica: uma análise regional

Este boxe avalia a disseminação da crise econômica atual pelas regiões do país, com ênfase em indicadores relacionados a investimentos, ao consumo, à indústria e ao mercado de trabalho¹. Ressalte-se que os períodos analisados para cada variável, em âmbito nacional e regional, consideram, de forma geral, o trimestre em que a crise passou a repercutir na trajetória da variável, podendo incorporar intervalos distintos no país e nas regiões.

A evolução dos investimentos é mensurada, para o Brasil, por meio do desempenho da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), das Contas Nacionais Trimestrais (CNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do emprego formal na construção civil (EFC), com base em dados censitários do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) (Gráfico 1). Considerando a inexistência de estatísticas regionais para a FBCF e as trajetórias semelhantes desse indicador e do EFC – a construção civil abrange parcela representativa da FBCF –, o segundo indicador foi adotado como proxy para o investimento regional. No país, a FBCF recuou 21,2% no período 3T13-3T15² e o EFC, 16,8%, no período 2T14-4T15.

Ressalte-se que o EFC recuou em todas as regiões a partir de 2T14, exceto no Norte, onde a retração, embora iniciando no 4T14, mostrou-se mais acentuada do que nas demais regiões, acumulando 24,3% até 4T15; e no Sul, onde se iniciou no 3T14 e totalizou 9,5% até o 4T15 (Tabela 1).

1/ Exercícios semelhantes foram realizados no decorrer de 2009, para captar impactos da crise financeira mundial sobre as regiões do país. A esse respeito ver os boxes “Efeitos da Crise Mundial sobre a Economia Brasileira – Uma perspectiva regional”, “A Crise Econômica Mundial e as Economias Regionais”, “Impactos da Crise Financeira sobre a Produção da Indústria” e “Desdobramentos da Crise Mundial entre as Regiões do País”, das edições de janeiro, abril, julho e outubro de 2009 deste boletim.

2/ Nesse boxe, para simplificação, os períodos trimestrais são escritos da forma XTTY, onde X representa o trimestre do ano, T representa trimestre e YY representa o ano.

Gráfico 1 – Investimentos

Variação percentual no trimestre em relação ao anterior, após ajuste sazonal



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do MTPS, e Contas Nacionais Trimestrais (CNT), do IBGE.

O desempenho do consumo é avaliado pelas trajetórias das vendas do comércio varejista e das vendas de veículos, motocicletas partes e peças, ambas divulgadas na Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)³, do IBGE (Gráfico 2). As vendas do comércio varejista, que excluem as de materiais de construção e de veículos automotores, recuaram 6,1% no Brasil, no período 1T15-4T15, no qual a retração mais acentuada ocorreu

3/ As vendas do Norte não são disponibilizadas por segmentos, inviabilizando, portanto, a utilização das vendas de veículos como *proxy* para o consumo na região.

Tabela 1 – Efeitos regionais totais

	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Trimestre	Var. % no	Trimestre	Var. % no	Trimestre	Var. % no	Trimestre	Var. % no	Trimestre	Var. % no	Trimestre	Var. % no
	inicial	período	inicial	período	inicial	período	inicial	período	inicial	período	inicial	período
FBKF ^{1/}	3T2013	-21,2										
Empregos CLT construção	2T2014	-16,8	4T2014	-24,3	2T2014	-20,3	2T2014	-15,6	3T2014	-9,5	2T2014	-22,1
Vendas comércio varejista ^{2/}	1T2015	-6,1	1T2015	-8,4	1T2015	-8,5	1T2015	-4,1	1T2015	-7,9	2T2014	-9,7
Vendas carros e motos ^{2/}	3T2013	-31,7			4T2012	-31,6	4T2012	-33,2	3T2013	-35,1	1T2013	-40,7
Produção industrial ^{2/}	3T2013	-16,4	1T2014	-10,3	2T2014	-7,9	3T2013	-18,1	4T2013	-17,9	1T2013	13,9
Empregos CLT	4T2014	-3,8	4T2014	-6,1	4T2014	-3,8	4T2014	-4,1	1T2015	-3,0	4T2014	-3,2
Rendimento médio real ^{1/}	2T2015	-1,7	2T2015	-3,8	2T2015	-1,8	3T2015	-1,3	1T2015	-3,9	2T2015	-1,3

Fonte: CNT, PMC, PIN-PF e PNAD-C, do IBGE, e Caged, do MTPS.

1/ Até o terceiro trimestre de 2015.

2/ Quarto trimestre de 2015 corresponde à média de outubro e novembro, após ajuste sazonal.

3/ Variação interanual trimestralizada.

Gráfico 2 – Consumo

Variação percentual no trimestre em relação ao anterior, após ajuste sazonal



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE

1/ Quarto trimestre de 2015 corresponde à média de outubro e novembro, após ajuste sazonal.

no Nordeste (8,5%) e a mais moderada, no Sudeste (4,1%). No Centro-Oeste, as vendas varejistas passaram a recuar no 2T14 e acumularam queda de 9,7% até o 4T15 (Tabela 1).

As vendas de veículos, motocicletas, partes e peças apresentam tendência declinante no país desde o 3T13 e acumularam recuo de 31,7% até o 4T15. As retrações se iniciaram no Sudeste e Nordeste (4T12), alcançando 33,2% e 31,6%, respectivamente. No Centro Oeste e no Sul, as vendas passaram a recuar, na ordem, no 1T13 e 3T13 e atingiram 40,7% e 35,1% (Tabela 1).

A produção industrial registra variações trimestrais negativas desde o 3T13 no Brasil, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE (Gráfico 3). A retração atingiu 16,4% no período 3T13-4T15 e repercutiu, fundamentalmente, os recuos observados, no mesmo intervalo, nas indústrias do Sudeste (18,1%) e do Sul (17,9%), que concentram o parque industrial do país e foram impactadas pela menor demanda por bens produzidos pela indústria automobilística.

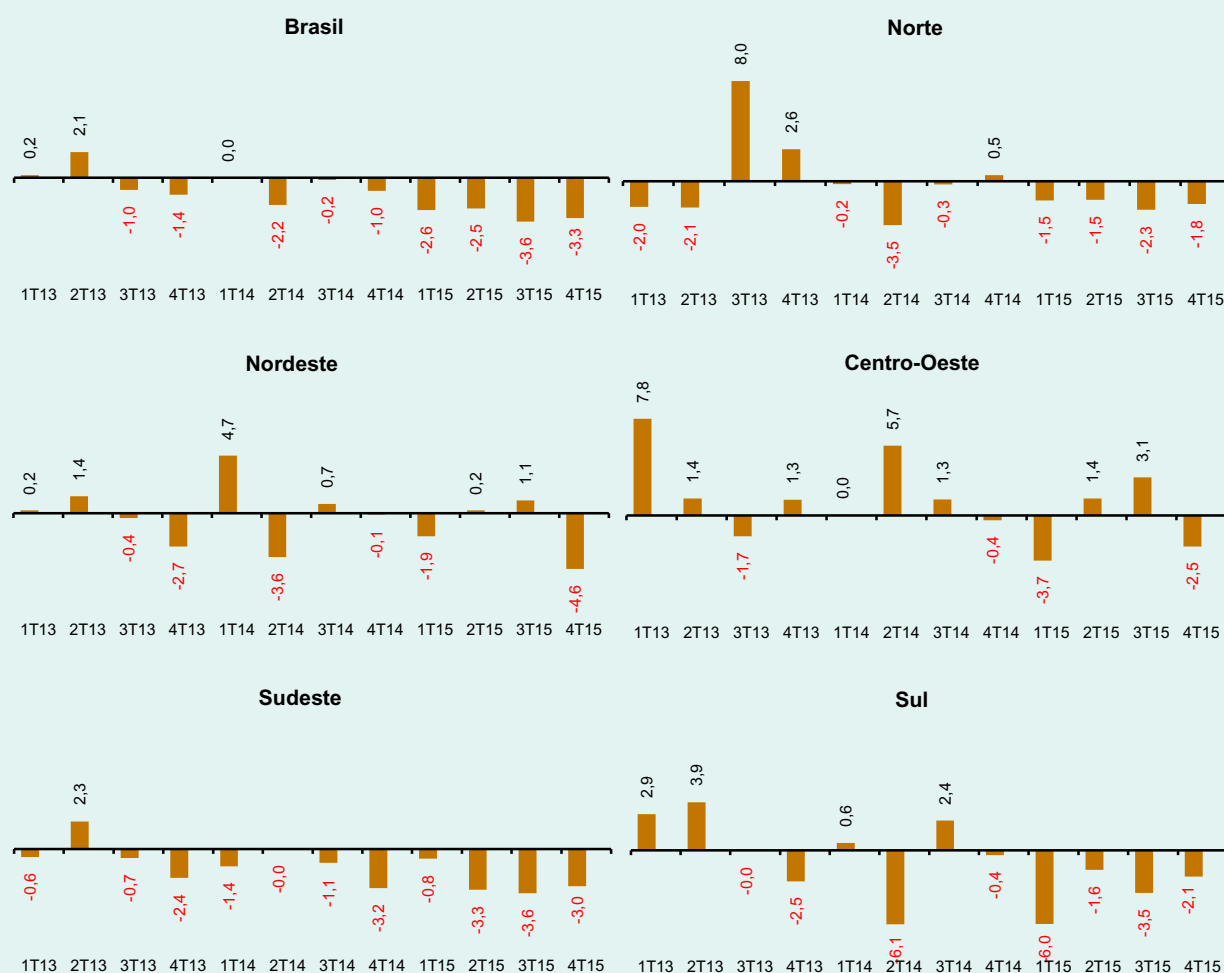
Ressalte-se que as retrações no Norte e no Nordeste (esta atenuada pelos impactos positivos das operações do polo automotivo e da refinaria de petróleo, em Pernambuco) começaram, na ordem, no 1T14 e no 2T14, registraram menor intensidade e totalizaram 10,3% e 7,9%, respectivamente, até o 4T15. A produção industrial do Centro-Oeste, beneficiada pelo desempenho da indústria alimentícia, não registrou trajetória definida nos dois últimos anos e, evidenciando resultados favoráveis no decorrer de 2013, cresceu 13,9% no período 1T13-4T15 (Tabela 1).

A evolução do emprego vem repercutindo o processo de retração observado na economia do país. Nesse sentido, conforme dados do Caged/MTPS (Gráfico 4), o mercado de trabalho do Brasil, após apresentar desaceleração na criação de postos de trabalho formais no período 1T14-3T14, registrou corte crescente de vagas no intervalo 4T14-4T15, período em que o número de empregos formais acumulou retração de 3,8%.

O processo de cortes de empregos formais se iniciou no 4T14 em todas as regiões, exceto no Sul,

Gráfico 3 – Produção industrial – Volume

Varição percentual no trimestre em relação ao anterior, após ajuste sazonal



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE.

Obs: quarto trimestre de 2015 corresponde à média de outubro e novembro, após ajuste sazonal.

onde começou no 1T15 e mostrou-se mais brando, acumulando redução de 3,0% até o 4T15, com ênfase nas contribuições da construção civil, 0,5 p.p., e da indústria de transformação, 1,8 p.p. Nas demais regiões, destacaram-se, no período 4T14-4T15, as reduções acumuladas de 6,1% no Norte, com destaque para a contribuição de -3 p.p. da construção civil, e de 4,1% no Sudeste, impulsionada pela contribuição de -1,7 p.p. da indústria de transformação (Tabela 1).

O rendimento médio real dos trabalhadores, considerados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE⁴, também recuou nos últimos trimestres do período analisado (Gráfico 5). No Brasil, a retração ocorreu no período

4/ Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência. Dados disponíveis até o 3T15.

Gráfico 4 – Emprego



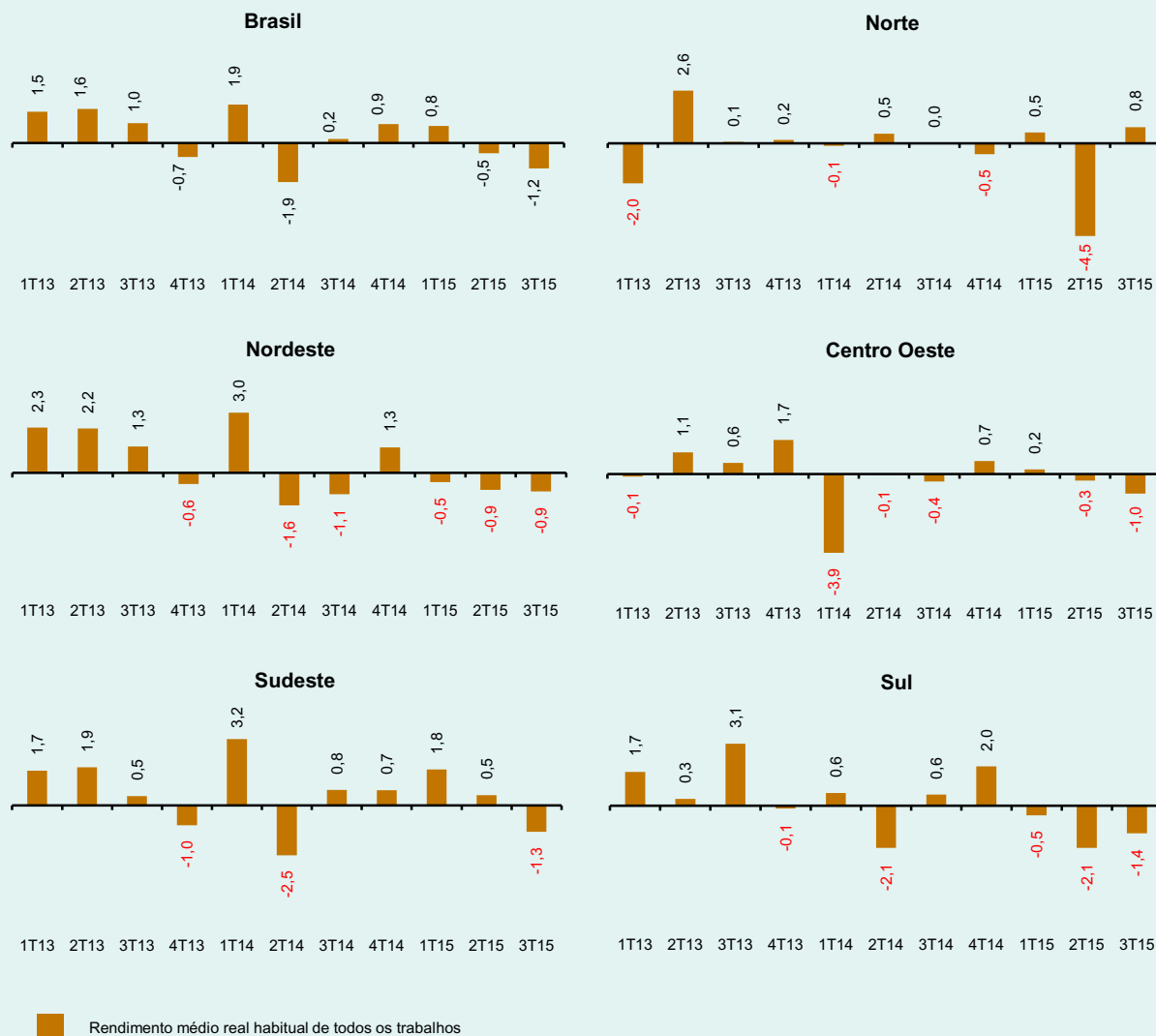
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE, e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do MTPS.

2T15-3T15 e totalizou 1,7%. Nas regiões, diferem os períodos nos quais o rendimento decresceu, assim como sua intensidade, ocorrendo a mais acentuada no Sul (3,9%), no período 1T15-3T15, e a mais branda no Sudeste (1,3%), observada apenas no 3T15 (Tabela 1).

Em síntese, o processo de retração em curso na economia brasileira ocorre, conforme esperado, em intensidade distinta nas cinco regiões do país, evidenciando as diferenças das estruturas econômicas. Nesse ambiente de redução da confiança dos agentes econômicos, a retração dos investimentos, a partir de meados de 2014, exerceu desdobramentos negativos sobre o emprego formal em todas as regiões, a partir do 4T14, com maior intensidade no Norte, Nordeste e Sudeste.

Gráfico 5 – Rendimentos do trabalho

Variação percentual no trimestre em relação ao anterior



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e Contas Nacionais Trimestrais (CNT), do IBGE.

A redução expressiva na demanda por veículos, motocicletas, partes e peças, iniciada no 3T13, foi generalizada em todas as regiões e mostrou-se determinante para o recuo da produção industrial, principalmente no Sudeste e Sul, onde a cadeia produtiva da indústria automobilística é importante.

O ajuste no mercado de trabalho tem-se concentrado no segmento de empregos formais, em particular na indústria de transformação, no Sul e Sudeste, e na construção civil, no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Os rendimentos do trabalho, após aumentarem por vários anos acima da produtividade, recuaram em 2015, exceto no Centro-Oeste, onde esse movimento iniciou-se no 1T14.

Efeitos das Mudanças das Regras do Seguro-desemprego

As regras de concessão do benefício do seguro-desemprego foram alteradas no início de 2015, tornando-as mais restritas, com potencial efeito sobre o mercado de trabalho. Nesse contexto, este boxe busca identificar se as mudanças de regras exerceram impacto na procura por trabalho, ou mais precisamente, se a taxa de atividade (razão entre a População Economicamente Ativa – PEA e a População em Idade Ativa – PIA) sofreu aumento, com reflexos sobre a taxa de desemprego, a partir da vigência das novas regras. As fontes de dados foram as estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 1 – Regras para acesso ao seguro desemprego – 1ª solicitação

	Meses Trabalhados	Número de parcelas do benefício
Antes (Lei nº 7.998)	6 a 11 meses	3
	12 a 23 meses	4
	24 meses ou mais	5
MP nº 665	18 a 23 meses	4
	24 meses ou mais	5
Lei nº 13.134	12 a 23 meses	4
	24 meses ou mais	5

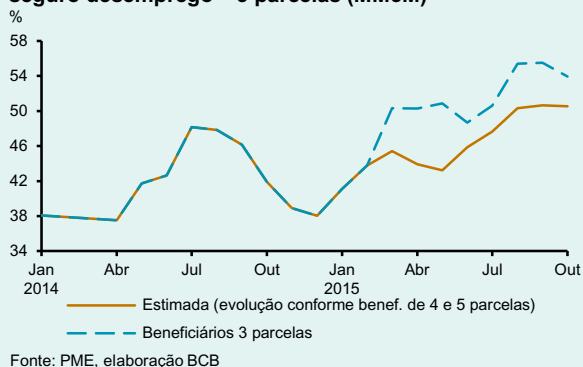
Fonte: Lei nº 7.998/1990; MP nº 665/2014 e Lei nº 13.134/2015

As alterações nas regras do seguro-desemprego afetaram, principalmente, os trabalhadores com menos de um ano no emprego, e que tinham direito ao benefício em três parcelas¹. Desde março de 2015, quando da entrada em vigor da Medida Provisória (MP) nº 665, não existe mais a possibilidade de acesso ao seguro-desemprego para trabalhadores com menos de um ano no emprego, restando apenas os beneficiários com mais tempo de serviço, e que fazem jus a quatro ou cinco parcelas do benefício (Tabela 1).

Para medir o impacto das alterações das regras no mercado de trabalho, identificou-se mensalmente, na PME, o grupo de trabalhadores que era candidato

1/ O trabalhador demitido de forma involuntária fazia jus ao benefício em 3 parcelas desde que comprovasse ter tido vínculo empregatício de 6 a 11 meses (6 ininterruptos imediatamente anteriores à data da dispensa), nos últimos 36 meses, a cada período aquisitivo de 16 meses. O tempo de serviço foi estendido para 18 meses no mínimo, nos últimos 24 meses, na edição da MP nº 665, contemplando apenas benefícios de 4 ou 5 parcelas, em sua primeira solicitação. Com a conversão da MP na Lei nº 13.134, esse tempo de serviço mínimo recuou para 12 meses, mantendo-se a concessão apenas de benefícios de 4 ou 5 parcelas na primeira solicitação.

Gráfico 1 – Taxa de atividade dos beneficiários do seguro desemprego – 3 parcelas (MM3M)

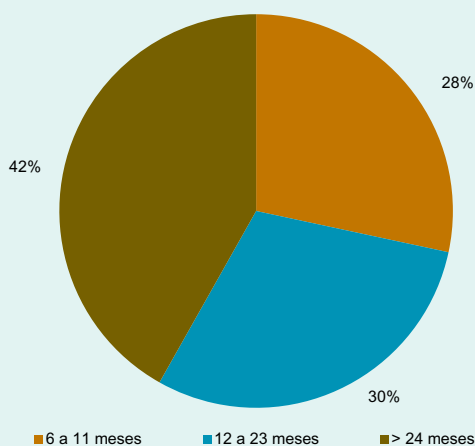


ao benefício em três parcelas², e calculou-se a taxa de atividade desses trabalhadores. Como forma de isolar os efeitos específicos das alterações no acesso ao seguro-desemprego de algum incremento conjuntural da taxa de atividade desse grupo de trabalhadores, também foram calculadas as taxas de atividade dos trabalhadores que não foram afetados, isto é, daqueles que estariam recebendo benefícios de cinco ou quatro parcelas³, e estimou-se a taxa de atividade dos trabalhadores candidatos a três parcelas, supondo sua evolução similar à dos demais beneficiários (Gráfico 1).

A taxa de atividade dos trabalhadores que antes poderiam receber três parcelas do seguro-desemprego e deixaram de ter esse benefício apresentou alta significativa, passando de 44% em fevereiro de 2015 para 54% em outubro de 2015, considerando-se a média móvel de três meses. A taxa de atividade desse grupo situou-se, em média, 4,7 p.p. acima (entre 6,4 p.p. e 3,1 p.p., com um desvio padrão para mais e para menos) da trajetória da taxa de atividade dos beneficiários de quatro ou cinco parcelas.

O grupo de trabalhadores em análise representava 22,3% do total de demitidos e que estariam aptos ao recebimento do seguro-desemprego, nas seis regiões metropolitanas da PME entre março e

Gráfico 2 – Participação dos demitidos sem justa causa por tempo no emprego – Brasil – março a outubro/2015



Fonte: MTPS, elaboração BCB

2/ A PME não pergunta diretamente se a pessoa está recebendo o seguro desemprego. A aproximação adotada para inferir essa condição, no mês analisado, foi considerar aqueles que atenderam a quatro pré-requisitos: (i) não estavam trabalhando; (ii) estiveram empregados com carteira assinada por um período de 6 a 11 meses; (iii) o desligamento foi involuntário e não por justa causa; (iv) foram desligados em no máximo nos últimos 4 meses (considerando algum tempo de espera para o acesso ao benefício). As limitações dessa abordagem referem-se, por exemplo, à hipótese de que todos estejam em sua primeira solicitação, embora o questionário da PME não permita identificar essa situação, e à abstração das pessoas que estão ocupadas informalmente e recebendo o benefício.

3/ Nesta análise considera-se o subgrupo de candidatos ao benefício de quatro parcelas que não foram afetados.

outubro de 2015. Dados do Caged, também relativos aos meses de março a outubro de 2015, confirmam a importância desse grupo de trabalhadores (Gráfico 2), que representavam aproximadamente 28,4% dos desligados involuntariamente sem justa causa no país⁴, segundo o mesmo critério.

Extrapolando o aumento mensal estimado (média de 4,7 p.p.) na taxa de participação desse grupo de trabalhadores para os dados do Caged, projeta-se que o incremento na força de trabalho nacional, entre março e outubro de 2015, alcançou 84 mil pessoas, devido às alterações nas regras do seguro-desemprego.

Na hipótese de que as alterações no acesso ao seguro-desemprego estivessem vigentes nos últimos doze meses, o impacto no mercado de trabalho, via incremento da PEA, teria sido da ordem de 87 mil a 182 mil pessoas, considerando um aumento entre 3,1 p.p. a 6,4 p.p. na taxa de participação dos 2,8 milhões de trabalhadores⁵ que teriam deixado de ser candidatos ao benefício de três parcelas.

Considerando os dados de população desocupada (PD) e PEA da PNADC mensal em outubro de 2014, quando a taxa de desocupação (TD) era de 6,6%, o impacto seria de um aumento da ordem de 0,1 p.p. a 0,2 p.p. na TD de outubro de 2015, em função da mudança da regra do seguro-desemprego.

Em síntese, os resultados apontam para uma elevação da oferta de mão de obra estimulada por mudanças das regras de concessão do seguro-desemprego, mas com efeito relativamente pequeno sobre a taxa de desemprego. Desse modo, outros fatores, como aqueles associados ao ajuste macroeconômico em curso no país, concorrem para explicar o aumento da taxa de desemprego nos últimos meses.

4/ No Caged/MTPS, apenas para as seis regiões metropolitanas pesquisadas na PME, esse índice é de 29,2%. Do total de desligados sem justa causa no país, teoricamente aptos ao seguro-desemprego, entre março e outubro de 2015, 28% eram empregados nessas seis regiões.

5/ Os demitidos sem justa causa com vínculo superior a 6 meses no Caged, considerando apenas as declarações dentro do prazo, já que as declarações fora do prazo não permitem essa desagregação, apontam para um contingente de 8,7 milhões de habilitados. O dado está alinhado aos 8,5 milhões de requerentes ao seguro-desemprego em 2014, conforme divulgado pelo MTPS.

Economia Cearense: estrutura produtiva e desempenho recente

Este boxe analisa a trajetória da economia cearense no período 2004-2015, com destaque para as principais características de sua estrutura produtiva. Busca-se, ainda, comparar a evolução da atividade econômica no estado e no Brasil e apontar suas perspectivas no ambiente atual de retração da economia brasileira.

O Produto Interno Bruto (PIB) cearense aumentou 5% em 2013¹, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – ante variação anual de 3% no Brasil –, registrando taxa de crescimento média anual de 3,8% no período de 2004-2013 (3,1% no país). A participação do PIB cearense no agregado nacional passou de 1,9% em 2004, para 2,0% em 2013.

A participação da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) no PIB cearense atingiu 62,6% em 2013, com destaque para os polos industriais de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. Em relação às demais regiões do estado, ressaltam-se o Noroeste (9,4%), impulsionado pelo polo industrial de Sobral; e o Norte (7,6%), com ênfase na importância do complexo industrial e portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante.

O setor de serviços, repetindo o padrão observado no país, vem registrando participação crescente na estrutura produtiva do Ceará, destacando-se os segmentos comércio e outros serviços. Em sentido inverso, ocorreram recuos nas representatividades da agropecuária, processo associado, em parte, ao impacto de condições meteorológicas adversas observadas nos últimos anos, e da indústria de transformação.

1/ As Contas Nacionais Regionais do IBGE estão disponíveis até 2013.

Nesse contexto, a participação do setor de serviços no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado atingiu 74,4% em 2013, seguindo-se a indústria, 20,4%; e a agropecuária, 5,2% (69,8%, 24,9% e 3,5%, respectivamente, no país). Ressalte-se, conforme observado no Gráfico 1, que a maior representatividade do setor de serviços no estado, relativamente ao registrado no país, repercutiu, em especial, as participações dos segmentos comércio e administração pública, que atingiram, na ordem, 15,7% e 22,9% no Ceará, ante 13,5% e 16,4%, respectivamente, em âmbito nacional.

Gráfico 1 – Participação % no Valor Adicionado Bruto (VAB) em 2013

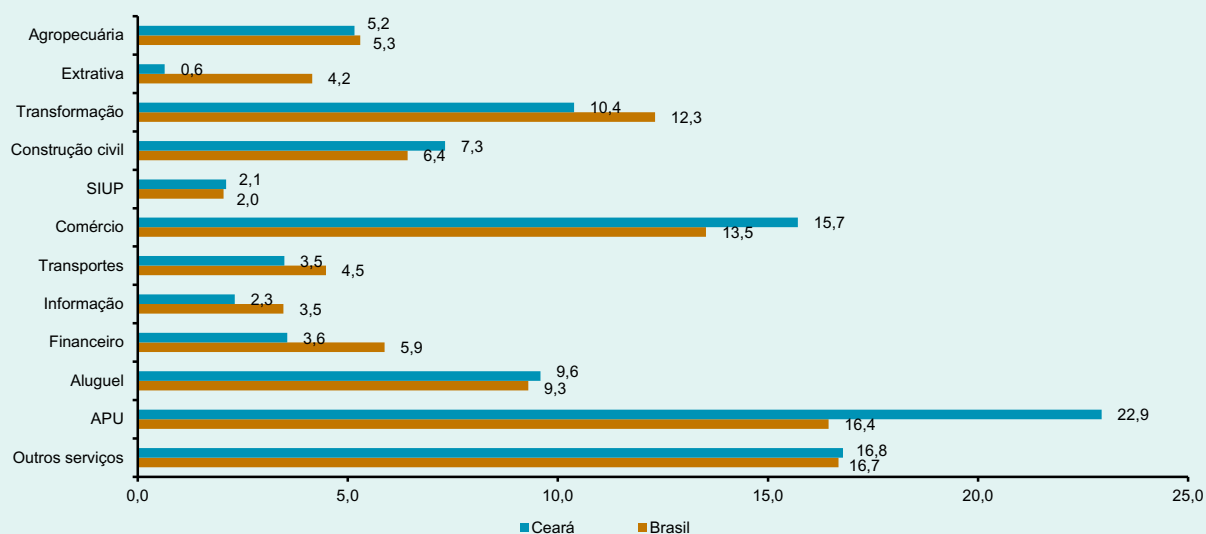
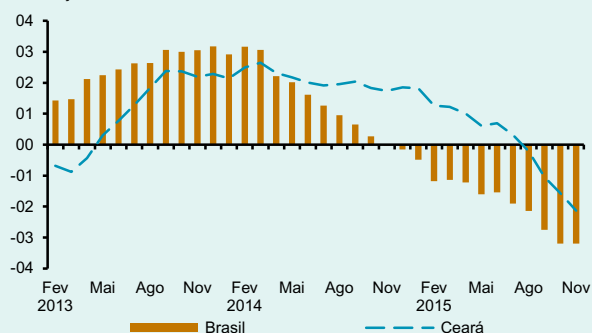


Gráfico 2 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Variação % em 12 meses



O PIB do Ceará aumentou 4,4% em 2014, conforme estimativas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), ante expansão de 0,1% no Brasil. Vale ressaltar que após registrar maior dinamismo do que a economia do país, a atividade econômica no estado apresentou retração em 2015, mas menos acentuada do que no país. Nesse sentido, o IBCR-CE decresceu 2,6% nos onze primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo de 2014, enquanto o IBC-BR recuou 3,9%, no mesmo período (Gráfico 2).

A safra de grãos do Ceará (Tabela 1) totalizou 225,4 mil toneladas em 2015, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), queda de 55,1% em relação à safra anterior. Ressalte-se que a produção estadual concentra-se em milho, feijão e arroz (99% da colheita em 2015) e destina-se, em especial, ao consumo no

estado. As lavouras temporárias representaram 57,8% do valor da produção agrícola em 2014, destacando-se milho (10,0%); feijão (9,9%); mandioca (8,7%), tomate (8,1%) e cana-de-açúcar (5,7%), e as lavouras permanentes, 42,2% do total (banana, 16,1%; maracujá, 7,7%; coco-da-baía, 6,2%; e castanha de caju, 5%).

Tabela 1 – Produção agrícola – Ceará
Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/} (%)	Em mil toneladas											Var. % 2015/2014
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^{2/}	
Produção de grãos		531	1 145	574	1 129	785	336	1 301	232	262	502	225	-55,1
Milho	10,0	282	760	357	753	539	175	915	123	140	348	131	-62,3
Feijão	9,9	132	253	130	253	130	83	264	53	62	109	67	-38,2
Arroz (em casca)	1,4	89	100	72	98	93	64	93	51	56	40	25	-38,0
Outras lavouras selecionadas													
Banana	16,1	363	408	385	423	430	445	494	416	420	453	385	-14,9
Mandioca	8,7	826	861	749	925	686	621	837	469	385	478	359	-25,0
Castanha-de-caju	5,0	66	131	53	121	104	40	112	39	165	51	52	1,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ LSPA de dezembro de 2015.

A atividade pecuária tem sido impactada negativamente, no Ceará, pelas condições meteorológicas adversas observadas nos últimos anos. Nesse contexto, o abate de bovinos apresentou recuos recorrentes de 2011 a 2015 (Tabela 2), acumulando retração de 17,5% de 2005 a 2015. Em sentido inverso, houve, no mesmo intervalo, aumentos respectivos de 284,1% e de 31% nos abates de aves e de suínos.

Tabela 2 – Produção da pecuária – Ceará

Discriminação	%										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^{1/}
Animais abatidos (cabeças)											
Bovinos	-0,5	4,8	5,2	1,8	-6,5	2,8	-5,2	-11,5	-3,1	-5,4	-12,2
Suínos	28,5	13,6	-1,8	-1,6	0,2	-0,8	-0,2	-14,4	13,2	-3,3	13,6
Aves	34,5	45,4	68,0	52,9	36,4	23,3	35,4	-6,5	9,1	152,0	11,0
Peso total das carcaças (Kg)											
Bovinos	-0,9	6,0	4,4	-0,6	-4,9	-0,4	-5,0	-9,8	-8,9	-5,2	-14,4
Suínos	28,1	16,6	-1,3	-2,9	5,6	5,6	3,3	-7,9	24,9	-2,9	14,5
Aves	37,8	43,8	57,1	48,6	39,5	20,8	40,5	-3,7	10,2	132,5	8,7

Fonte: IBGE

1/ Comparação dos 3 primeiros trimestres de 2015 ante os 3 primeiros trimestres de 2014.

A indústria de transformação do estado registrou taxa de crescimento médio anual de 0,3% de 2005 a 2014 (1,4% no Brasil), segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE. Destacaram-se (Tabela 3) as expansões nos

Tabela 3 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período	
		2005-2014	2015
		Jan-Nov ^{2/}	
Indústria geral	100	0,3	-9,4
Calçados e art. de couro	26,7	0,2	-10,2
Produtos alimentícios	16,9	1,4	-6,4
Vestuários e acessórios	11,8	-3,1	-6,4
Bebidas	11,0	4,0	-7,2
Têxtil	7,6	-5,9	-33,0
Petróleo e derivados	6,4	0,3	-4,8
Minerais não-metálicos	4,9	4,9	-0,6
Produtos de metal	3,1	-3,0	-4,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 4 – Volume de vendas do comércio varejista

Discriminação	%			
	2005-2014 ^{1/}		2015 ^{2/}	
	Brasil	CE	Brasil	CE
Comércio varejista	6,8	9,4	-4,0	-4,1
Combustíveis e lubrificantes	2,2	7,1	-5,8	-4,0
Hiper, supermercados,	5,5	7,5	-2,4	-5,4
Tecidos, vestuário e calçados	4,0	6,1	-8,4	2,5
Comércio ampliado	6,8	10,3	-8,4	-7,7
Veículos, motos, partes e peças	7,1	12,4	-17,6	-16,8
Material de construção	4,8	9,3	-8,0	-5,4

Fonte: IBGE

1/ Crescimento médio no período.

2/ Dados disponíveis até novembro.

Tabela 5 – Evolução das exportações e importações

Ano	Exportações			Importações			%
	Brasil	Nordeste	CE	Brasil	Nordeste	CE	
2006	16,3	10,1	3,0	24,1	40,4	86,6	
2007	16,6	12,5	19,4	32,0	33,0	28,2	
2008	23,2	18,1	11,2	43,4	31,8	10,7	
2009	-22,7	-24,8	-15,4	-26,2	-30,5	-21,1	
2010	32,0	36,6	17,5	42,3	62,9	76,3	
2011	26,8	18,8	10,5	24,5	37,2	10,7	
2012	-5,3	-0,4	-9,7	-1,4	7,8	19,3	
2013	-0,2	-8,0	12,1	7,4	6,7	15,3	
2014	-7,0	-7,9	3,6	-4,4	3,5	-9,1	
2015	-15,1	-7,9	-28,9	-25,2	-25,4	-10,4	

Fonte: MDIC

segmentos minerais não-metálicos (4,9%), bebidas (4,0%) e produtos alimentícios (1,4%).

Dados mais recentes indicam que a indústria do estado vem repercutindo o cenário de retração na confiança de empresários e consumidores. Nesse sentido, a produção industrial cearense diminuiu 9,4% nos onze primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo do ano anterior (8,1% no Brasil), ressaltando-se os impactos das retrações nos segmentos têxtil (33,0%) e calçados e artigos de couro (10,2%).

As vendas do comércio ampliado² do estado aumentaram, em média, 10,3% ao ano, de 2005 a 2014 (6,8% no Brasil), de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE (Tabela 4). Esse desempenho, favorecido parcialmente pelos programas de transferência de renda do governo federal, foi impulsionado pelas elevações médias das vendas nos segmentos veículos, motos, partes e peças (12,4%), material de construção (9,3%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios e bebidas (7,5%), que aumentaram 7,1%, 4,8% e 5,5%, respectivamente, no Brasil, na mesma base de comparação.

A trajetória recente das vendas no comércio ampliado, a exemplo do observado no país, repercute o cenário de piora nas condições dos mercados de crédito e de trabalho, e de deterioração da confiança dos agentes econômicos. Nesse cenário, as vendas recuaram 7,7% nos onze primeiros meses de 2015 (-8,4% no Brasil), em relação a igual intervalo de 2014 (veículos, motos, partes e peças, -16,8%; material de construção, e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios e bebidas, ambos -5,4%).

O comércio externo do Ceará registrou, de 2006 a 2015, maior dinamismo das importações, que aumentaram, em média 20,6% ao ano no período, ante expansões de 11,7% no Brasil e de 16,7% no Nordeste (Tabela 5). As exportações cearenses cresceram, em média, 2,3% ao ano, no mesmo intervalo (6,5% no Brasil e 4,7% no Nordeste).

As exportações do estado somaram, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), US\$1.046,0 milhões em

2/ O conceito comércio ampliado engloba o comércio varejista e os segmentos veículos, motos, partes e peças; material de construção.

2015, recuando 28,9% em relação ao ano anterior, retração significativamente maior que as observadas no Nordeste (7,9%) e no Brasil (15,1%). As importações atingiram US\$2.690 milhões, decrescendo 10,4% no ano (-25,4% no Nordeste e -25,2% no Brasil).

Tabela 6 – Exportações do Ceará

Itens selecionados

Produto	Valor 2015 (US\$ milhões)	Participação % no total		
		2006	2014	2015
Calçados, suas partes e componentes	263,0	24,7	21,1	25,1
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	161,4	13,2	14,8	15,4
Melões frescos	88,7	3,0	6,2	8,5
Castanha-de-caju	85,1	14,2	6,1	8,1
Ceras vegetais	64,6	2,6	4,5	6,2

Fonte: MDIC

Tabela 7 – Importações do Ceará

Itens selecionados

Produto	Valor imp. 2015 (US\$ milhões)	Participação % no total		
		2006	2014	2015
Gás Natural Liquefeito	736,9	0,0	14,2	27,4
Trigo em grãos	190,3	9,0	6,5	7,1
Produtos laminados planos de ferro ou aços	185,7	10,9	8,3	6,9
Hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas	171,8	0,0	6,2	6,4

Fonte: MDIC

Tabela 8 – Emprego formal – Ceará

Setores e principais subsetores

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2006/2015	
											Acumulado	2015
Total	31	34	40	41	64	73	46	30	46	42	380	-36
Extrativa mineral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Indústria de transformação	5	7	13	7	21	12	0	4	6	-2	50	-18
Serviços industriais de util. pública	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	1
Construção civil	1	5	4	3	10	14	5	-5	5	7	36	-12
Comércio	9	9	11	12	13	18	15	12	11	11	108	-4
Serviços	14	12	10	16	21	29	24	19	21	23	172	-4
Administração pública	0	0	1	2	1	1	0	0	1	1	6	0
Agropecuária, extr. veg., caça e pesca	2	1	0	1	-1	-2	1	1	1	1	4	1

Fonte: MTPS/Caged

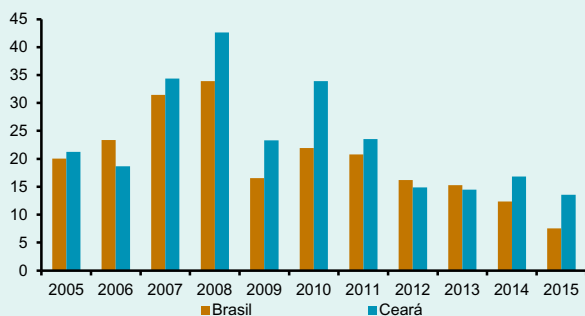
Os principais produtos da pauta de exportações do Ceará (Tabela 6) em 2015 foram calçados, suas partes e componentes (25,1% do total), couros e peles (15,4%), melões frescos (8,5%), castanha-de-caju (8,1%), e ceras vegetais (6,2%).

As importações do estado em 2015 (Tabela 7) foram impulsionadas, em especial, pelas aquisições de gás natural liquefeito (GNL) – impactadas, em parte, pelo funcionamento do Terminal de Regaseificação do Porto do Pecém –, trigo em grãos, produtos laminados planos de ferro ou aços, e hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas, responsáveis, em conjunto, por 47,8% das compras no período.

O mercado de trabalho do estado gerou, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), média anual de 46,2 mil empregos de 2006 e 2014 (Tabela 8). Repercutindo a relevância das atividades no VAB do estado, o setor de serviços e o comércio foram responsáveis, em conjunto, pela criação de 69,2% das vagas no período.

Dados mais recentes, no entanto, evidenciam que o mercado de trabalho do estado apresenta processo de distensão semelhante ao observado em âmbito nacional. Assim, em 2015, a economia cearense eliminou 36 mil empregos formais, dos quais

Gráfico 3 – Evolução do saldo das operações de crédito
Variação % em 12 meses



Nota: Operações do SCR com saldo superior a R\$1 mil.

30 mil, em conjunto, na indústria de transformação e na construção civil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no estado atingiu R\$58,6 bilhões ao final de 2014, elevando-se 16,8% no ano, ante 12,4% no Brasil (Gráfico 3). As carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas detiveram participações respectivas de 51% e de 49% no total, destacando-se, no primeiro segmento, as participações das modalidades crédito consignado, aquisição de automóveis e financiamentos habitacionais, e no segundo, as contratações da indústria de transformação e do setor de serviços industriais de utilidade pública.

O mercado de crédito apresentou menor dinamismo, mas superior ao observado em âmbito nacional, no decorrer de 2015. Nesse sentido, o saldo das operações de crédito atingiu R\$64,2 bilhões em novembro, elevando-se 13,5% em doze meses (7,6% no Brasil), resultado de aumentos respectivos de 11,8% e 15,4% nas carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que totalizaram R\$32,6 bilhões e R\$31,6 bilhões, respectivamente, em novembro.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4,2% em novembro de 2015, ante 3% em dezembro de 2014. Essa trajetória repercutiu variações de 0,48 p.p. no segmento de pessoa física e de -0,70 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a taxa atingiu 4,4% e 1,4%, respectivamente.

O Ceará registrou *deficit* primário de R\$170 milhões nos nove primeiros meses de 2015, ressaltando-se que o aumento de 294,8% em relação a igual período de 2014 repercutiu elevações nos *deficits* dos governos do estado (218,3%) e da capital (57,4%), e no *superavit* dos demais municípios (126,7%). Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$391 milhões e o resultado nominal, R\$561 milhões, no período.

A dívida líquida do estado totalizou R\$8,0 bilhões em dezembro de 2015, aumentando 56,3% em relação a dezembro de 2014. A participação da dívida do estado no endividamento regional aumentou 1,9 p.p., para 12,8%, no período.

A economia cearense apresentou, no período 2005-2014, dinamismo superior ao registrado em âmbito nacional, com impactos diretos e benéficos sobre a evolução dos indicadores sociais do estado. O período mencionado caracterizou-se pelo fortalecimento do mercado interno, com redução dos níveis de pobreza, e pela expansão contínua do mercado de trabalho, expressa em aumentos da renda real e da massa salarial.

A atividade econômica apresentou retração em 2015, embora menos intensa do que em âmbito nacional, movimento associado, em especial, à redução dos níveis de confiança dos agentes econômicos e aos impactos de eventos não econômicos. A evolução da economia cearense nos próximos trimestres poderá ser favorecida pela continuidade dos programas de transferência de renda – que de certa forma sustentam o mercado interno, bastante direcionado ao consumo de bens de menor valor agregado – e pelos desdobramentos de investimentos em curso no estado, em especial os associados à expansão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, à operação da Companhia Siderúrgica do Pecém e à consolidação dos parques eólicos (Tabela 9).

Tabela 9 – Investimentos anunciados no Ceará

Empresa	Finalidade	Valor (US\$ bilhões)
Dongkuk Steel, Vale S/A e Posco	Usina Siderúrgica – Companhia Siderúrgica do Pecém	4,2
Governo estadual e setor privado	Energia eólica	2,7
Governo estadual	Ampliação Porto do Pecém	2,0

Fonte: ADECE e MDIC(Renai)

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Alexandre Antonio Tombini

Diretor de Política Econômica

Altamir Lopes

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre

Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Recife

Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belém
Chefe de Equipe: Priscila Furtado dos Santos

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte
Chefe de Equipe: Rodrigo Lage de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba
Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza
Chefe de Equipe: Afonso Eduardo de Oliveira Jucá

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre
Chefe de Equipe: Maria Juliana Zeilmann Fabris

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Recife
Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro
Chefe: Lilian Carla dos Reis Arquete

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Salvador
Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo
Chefe: Mauricio Barreto Campos

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Cepa	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
Cepea	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNT	Contas Nacionais Trimestrais
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
Depec	Departamento Econômico
Deral	Departamento de Economia Rural
EFC	Emprego formal na construção civil
Emater/RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
Fecomércio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fecomércio-RS	Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fieg	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIEMT	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesc	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GNL	Gás Natural Liquefeito
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	Índice de Condições Atuais
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
ICCBH	Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icec	Índice de Confiança do Empresário da Construção
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICIT	Índice de Confiança da Indústria de Transformação
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDI	Índice de Desempenho Industrial
IE	Índice de Expectativas
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MP	Medida Provisória
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	Pontos percentuais
PAIC	Pesquisa Anual da Indústria da Construção
PAM	Produção Agrícola Municipal
PD	População desocupada
PEA	População Economicamente Ativa
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PET	Politereftalato de etileno
PIA	População em Idade Ativa
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PO	População Ocupada
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSp	Região Metropolitana de São Paulo

RMV	Região Metropolitana de Vitória
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
Sefaz-RJ	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIF	Serviço de Inspeção Federal
Sincodiv PR	Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná
Sinduscon-RS	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TD	Taxa de desocupação
USP	Universidade de São Paulo
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção